UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

**UTILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS PELOS
BANCOS BRASILEIROS PARA O MOVIMENTO SINDICAL DOS BANCÁRIOS**

Paulo Frederico Homero Junior

Orientador:

Prof. Dr. Bruno Meirelles Salotti

SÃO PAULO

2013

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornacchione Junior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Profª Drª Silvia Pereira de Castro Casa Nova
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

PAULO FREDERICO HOMERO JUNIOR

**UTILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS PELOS
BANCOS BRASILEIROS PARA O MOVIMENTO SINDICAL DOS BANCÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Departamento
de Contabilidade e Atuária da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

**Orientador: Prof. Dr. Bruno Meirelles
Salotti**

Versão Corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

SÃO PAULO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Homero Junior, Paulo Frederico

Utilidade das demonstrações financeiras publicadas pelos bancos brasileiros para o movimento sindical dos bancários / Paulo Frederico Homero Junior. – São Paulo, 2013.

144 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2013.

Orientador: Bruno Meirelles Salotti.

1. Demonstração financeira 2. Análise de conteúdo 3. Contabilidade 4. Negociação coletiva 5. Relações industriais 6. Sindicalismo I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.3

AGRADECIMENTOS

Infelizmente, não é raro que dissertações e teses iniciem este espaço com agradecimentos a Deus e/ou Jesus Cristo. Até mesmo ao Espírito Santo já tive o desprazer de encontrar. Entristece-me ver o que deveria ser uma celebração do conhecimento servir a este proselitismo obscurantista. Mas mais triste ainda é constatar que se, ao chegarem aos mais altos graus de formação acadêmica, ainda há pessoas que atribuem seus sucessos a seres imaginários, é porque a universidade vem falhando em sua missão de formar pesquisadores com um mínimo de senso crítico.

Dito isto, quero agradecer primeiramente a meus familiares, e destaco especialmente minha irmã, por ter me alfabetizado quando eu ainda tinha 5 anos, dando início a este processo de estudos que me traz até aqui (muito embora eu não esteja certo de que tenha sido algo bom).

Agradeço também ao senhor Robson, do Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, pela presteza com que me atendeu nas oportunidades em que lá estive a procura de documentos; aos senhores Catia Uehara e Gustavo Cavarzan, técnicos da Subseção do DIEESE no Sindicato, por disporem de seu tempo para me conceder entrevista que foi de grande utilidade na realização desta pesquisa; e ao senhor Márcio Baraldi, pela gentileza de me permitir a reprodução de charge de sua autoria que ilustra esta dissertação.

Agradeço à colega Isabel Sartorelli, pela possibilidade de trocar ideias com alguém consciente de que existe ciência além do r^2 ; aos professores Bruno Salotti, Nelson Carvalho e Wilson Amorim, pelas contribuições oferecidas durante a banca de qualificação; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo suporte financeiro.

Por fim, agradeço a mim mesmo. Reconhecer meus próprios méritos não é algo comum, acreditem. Mas bem sei o quanto penei para chegar até aqui, e se o consegui foi pela capacidade de me manter de pé e seguir adiante, mesmo quando tudo parece estar perdido.

"O que é roubar um banco, comparado a
fundar um?"

Bertolt Brecht

RESUMO

A ideia de que as demonstrações financeiras devem ser úteis para seus usuários tomarem decisões econômicas tem longa tradição na literatura contábil. No entanto, a associação entre contabilidade e tomada de decisões tem sido mais presumida do que observada. Além disso, há uma tendência de redução do escopo destas demonstrações aos interesses de investidores e credores, ignorando as necessidades de outros usuários. Dentre estes outros usuários estão os trabalhadores, que por dependerem das organizações para garantir sua subsistência possivelmente se interessem em informações sobre elas. Para investigar se as demonstrações financeiras são úteis aos trabalhadores, este trabalho analisa o caso do movimento sindical dos bancários brasileiros. O histórico de organização do movimento, a grande disponibilidade de informações contábeis sobre os bancos brasileiros e as negociações centralizadas entre empregados e empregadores contribuem para esta análise. A revisão de literatura discute brevemente a regulação contábil, cujo papel social não é visto como neutro, provavelmente não considerando os interesses dos trabalhadores; as negociações coletivas, descritas como um conjunto de subprocessos por vezes contraditórios; e os papéis e usos da contabilidade nas relações de trabalho, bem como as políticas de divulgação de informações adotadas pelas empresas em relação aos sindicatos. Técnicas de análise de conteúdo foram usadas para estudar dados coletados na Folha Bancária, jornal publicado pelo Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, compreendendo todo o ano de 2012. Os achados foram corroborados por meio de outros documentos e de entrevista. Informações sobre lucro líquido, composição da força de trabalho, remuneração de administradores, operações de crédito e provisões para créditos de liquidação duvidosa foram identificadas como as mais utilizadas pelos sindicalistas. Despesas de pessoal, composição da força de trabalho e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas são temas para os quais as demonstrações financeiras não apresentam informações suficientes aos sindicalistas. Constatou-se que os sindicalistas utilizam as demonstrações financeiras essencialmente de um modo estratégico, selecionando informações que sirvam aos interesses do movimento sindical. E estas informações exercem um papel predominantemente de munição ou racionalização, servindo para promover as posições do sindicato ou para justificar e legitimar suas ações. Porém, tais informações parecem ter pouca influência sobre as decisões do movimento sindical, mostrando que restringir a análise da contabilidade ao âmbito da tomada de decisões econômicas pode limitar a compreensão sobre a disciplina. Por fim, a política de divulgação de informações dos bancos ao movimento sindical parece limitada ao cumprimento de obrigações legais, e os sindicatos não aparentam ter entre suas prioridades o acesso a informações contábeis. Isto pode sugerir que os sindicalistas vejam as informações contábeis mais como um problema a lidar do que como uma oportunidade a explorar, ou talvez que a profissão contábil careça de credibilidade perante eles.

Palavras-chave: Demonstração financeira. Análise de conteúdo. Contabilidade. Negociação coletiva. Relações industriais. Sindicalismo.

ABSTRACT

The idea that financial statements must be useful for their users to take economic decisions has a long tradition in the accounting literature. However, the association between accounting and decision making has been more presumed than observed. Furthermore, there is a tendency of reducing the scope of these statements to the interests of investors and creditors, ignoring the necessities of other users. Among these other users are workers, whom by depending on organisations to grant their subsistence will possibly be interested in information about them. To investigate whether financial statements are useful to workers, this work analyses the case of the trade union movement of the Brazilian bank workers. The movement's organisation history, the huge availability of accounting information from Brazilian banks and the centralised negotiations between employees and employers contribute to this analysis. The literature review briefly discusses accounting regulation, whose social role is not seen as neutral, probably not considering workers' interests; the collective bargaining, described as a set of sometimes contradictory sub-processes; and the roles and uses of accounting in industrial relations, as well as the disclosure policies adopted by enterprises in relation to trade unions. Techniques of content analysis were used to study data collected from Folha Bancária, a newspaper published by the Bank Workers Union of São Paulo, Osasco and Region, comprehending the whole year of 2012. The findings were corroborated by means of other documents and an interview. Information about net income, work force composition, management remuneration, bank loans, and allowance for bad debts were identified as the most used by trade union officials. Personnel expenses, work force composition, and profit share schemes are themes to which financial statements do not provide sufficient information to trade union officials. It was found that trade union officials use financial statements essentially in a strategic way, selecting pieces of information which serve to the interests of the trade union movement. And these pieces of information play a role predominantly of ammunition or rationalisation, serving to promote union's positions or to justify and legitimise its actions. Nevertheless, such information seems to have little influence over the decisions of the trade union movement, showing that restricting the analysis of accounting to the scope of economic decision making may limit the comprehension about the discipline. Lastly, the information disclosure policy of banks to the trade union movement seems to be limited to the fulfilment of legal duties, and unions do not appear to have among their priorities the access to accounting information. This may suggest that trade union officials see accounting information more as a problem to be dealt with than as an opportunity to explore, or perhaps that the accounting profession lacks credibility before them.

Keywords: Financial statement. Content analysis. Accounting. Collective bargaining. Industrial relations. Unionism.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	2
LISTA DE GRÁFICOS.....	4
LISTA DAS DEMAIS ILUSTRAÇÕES.....	5
1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Problema de pesquisa.....	10
1.2 Objetivos.....	10
1.3 Justificativa.....	11
1.4 Estrutura do trabalho.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Regulação contábil.....	14
2.2 Negociações coletivas: Modelo comportamental de Walton e McKersie (1965).....	20
2.3 A contabilidade e as relações de trabalho.....	25
2.3.1 Foley e Maunders (1977).....	25
2.3.2 Craft (1981).....	39
2.3.3 Jackson-Cox, Thirkell e McQueeney (1984).....	42
2.3.4 Ogden e Bougen (1985).....	45
2.3.5 Amernic (1985).....	48
2.3.6 Owen e Lloyd (1985).....	51
2.3.7 Liberty e Zimmerman (1986).....	52
2.3.8 Amernic (1988).....	54
2.3.9 Elias (1990).....	57
2.3.10 McBarnet et al. (1993).....	59
2.3.11 Bougen (1994).....	62
2.3.12 Gomes (1998).....	64
2.3.13 Ezzamel et al. (2004).....	65
2.3.14 Bryer (2006).....	67
2.3.15 Spence (2009).....	70
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	72
3.1 Estratégia de pesquisa.....	72
3.2 Fontes de dados.....	73
3.3 Técnica de análise dos dados.....	74
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO.....	78
4.1 O movimento sindical dos bancários brasileiros.....	78
4.2 Informações divulgadas periodicamente pelos bancos brasileiros.....	80
4.3 Processo de negociação coletiva entre CONTRAF e FENABAN.....	83
5 RESULTADOS.....	86
5.1 Informações utilizadas pelo movimento sindical dos bancários.....	89
5.2 Informações não disponíveis ao movimento sindical dos bancários.....	94
5.3 Usos e papéis das informações contábeis.....	98
5.4 Políticas de divulgação de informações das instituições financeiras.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES.....	129
ANEXOS.....	134

LISTA DE SIGLAS

ABC: Activity-Based Costing
ABM: Activity-Based Management
ABRASCA: Associação Brasileira das Companhias Abertas
ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS: Agência Nacional de Saúde Suplementar
APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BCB: Banco Central do Brasil
CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCT: Convenção Coletiva de Trabalho
CECON: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNI: Confederação Nacional da Indústria
CONTEC: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
CONTRAF: Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CUT: Central Única dos Trabalhadores
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FASB: Financial Accounting Standards Board
FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos
FENABAN: Federação Nacional dos Bancos
FIECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FUNCEF: Fundação dos Economistas Federais
GRI: Global Reporting Initiative
IAPB: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IASB: International Accounting Standards Board
IASC: International Accounting Standards Committee
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INPS: Instituto Nacional de Previdência Social
IIRC: International Integrated Reporting Council
ITR: Formulário de Informações Trimestrais
JIT: Just-In-Time
MBF: Management by Fact
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
PCCS: Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PLR: Participação nos Lucros e Resultados
PREVI: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
SFAS: Statement of Financial Accounting Standards
SFN: Sistema Financeiro Nacional
SRFB: Secretaria da Receita Federal do Brasil

SSRC: Social Science Research Council

SUSEP: Superintendência dos Seguros Privados

TA: Throughput Accounting

TQM: Total Quality Management

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

US GAAP: United States Generally Accepted Accounting Principles

VF: Visual Factory

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Uso de informações contábeis na Folha Bancária ao longo de 2012.....	87
Gráfico 2 – Informações contábeis específicas utilizadas na Folha Bancária em 2012.....	90
Gráfico 3 – Assuntos discutidos nas matérias que citam o lucro líquido.....	92
Gráfico 4 – Informações contábeis gerais utilizadas na Folha Bancária em 2012.....	95
Gráfico 5 – Total de ocorrências na Folha Bancária em 2012.....	96
Gráfico 6 – Negociações coletivas sobre salários.....	101
Gráfico 7 – Negociações coletivas sobre pisos salariais.....	102
Gráfico 8 – Negociações coletivas sobre vales-refeição.....	102
Gráfico 9 – Negociações coletivas sobre vales-alimentação.....	103
Gráfico 10 – Negociações coletivas sobre auxílio-creche/babá.....	103
Gráfico 11 – Negociações coletivas sobre a parcela fixa da PLR.....	104
Gráfico 12 – Negociações coletivas sobre a parcela variável da PLR.....	104

LISTA DAS DEMAIS ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Intervalos de acordo em negociações distributivas.....	22
Ilustração 2 – Processo de solução conjunta de problemas.....	23
Ilustração 3 – Fontes internas de conflito nas organizações.....	24
Ilustração 4 – Curva de Phillips.....	28
Ilustração 5 – Efeitos da sindicalização sobre a Curva de Phillips.....	30
Ilustração 6 – Modelo de negociações coletivas de Cross.....	32
Ilustração 7 – Modelo de negociações coletivas de Stevens.....	32
Ilustração 8 – Políticas de divulgação de informações contábeis aos sindicatos.....	41
Ilustração 9 – Papéis dos contadores nos processos de negociação coletiva.....	42
Ilustração 10 – Incerteza, tomada de decisão e papéis da contabilidade na prática.....	49
Ilustração 11 – Papéis da informação contábil em negociações coletivas.....	49
Ilustração 12 – Charge da edição 5.569 da Folha Bancária, de 21 de agosto de 2012.....	92

1 INTRODUÇÃO

A ideia de que as demonstrações financeiras devam apresentar informações úteis a seus usuários ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 1960, vindo a ser identificada como o principal objetivo de tais demonstrações (Hendriksen & Breda, 2007, pp. 79–80). Até então, as práticas contábeis eram definidas não em função da utilidade das informações que produziriam para os tomadores de decisões econômicas, mas sim de acordo com sua aderência a convenções contábeis como conservadorismo, consistência, custo histórico e regime de competência, sob a premissa de que demonstrações financeiras preparadas de acordo com tais convenções seriam obviamente úteis (Young, 2006).

No entanto, a ligação entre a contabilidade e a tomada de decisões tem sido mais presumida do que descrita (Burchell, Clubb, Hopwood, Hughes, & Nahapiet, 1980), e o enfoque nas necessidades dos usuários das demonstrações financeiras, linha de pensamento atualmente predominante no cenário contábil mundial, acarreta algumas dificuldades: Quais usuários considerar? Até que ponto os objetivos de usuários diferentes são semelhantes? (Hendriksen & Breda, 2007, p. 94).

O *International Accounting Standards Board* (IASB), por exemplo, até recentemente definia o objetivo das demonstrações financeiras como sendo “fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas tomadas de decisões econômicas” (International Accounting Standards Committee [IASC]¹, 1989, p. 5, tradução nossa).²

A nova estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, adotada pelo IASB em 2010, passou a focar a atenção em investidores e credores, mas ainda assim manifesta a crença do organismo de que demonstrações financeiras preparadas com o propósito de fornecer informações úteis às tomadas de decisões econômicas atendem às necessidades comuns da maioria dos usuários (International Accounting Standards Board [IASB], 2010).

¹ Até 2001, o IASB se denominava *International Accounting Standards Committee* (IASC).

² *Provide information about the financial position, performance and changes in financial position of an entity that is useful to a wide range of users in making economic decisions.*

Mas tendo em vista o pouco conhecimento da comunidade contábil sobre os processos decisórios dos usuários das demonstrações financeiras, construiu-se uma ideia abstrata a respeito destes usuários, derivada de modelos econômicos e financeiros, e não de vontades expressas por pessoas reais. Assim, ao invés de espelhar a realidade dos usuários das demonstrações financeiras, as normas contábeis contribuem para a construção da ideia de como estes usuários deveriam ser, ignorando assuntos que poderiam revelar uma multiplicidade de usuários com interesses divergentes (Young, 2006). Segundo Young (2006), “esta estreita conexão da contabilidade a um tomador de decisões econômicas na condição de investidor/credor limita severamente as possíveis relações de *accountability* que poderiam ser ensejadas e reportadas pelas demonstrações financeiras.” (p. 596, tradução nossa)³.

Possivelmente em virtude de tais limitações, nas últimas décadas surgiram iniciativas de incentivo à elaboração e divulgação de relatórios de caráter socioambiental. Nos Estados Unidos, pressões sociais começaram a surgir na época da Guerra do Vietnã, levando empresas a publicar os primeiros relatórios socioeconômicos; a França foi o primeiro país do mundo a ter uma lei, aprovada em 1977, que obriga a publicação do balanço social, para empresas com mais de 300 funcionários; no Brasil, as discussões sobre o tema tiveram início ainda na década de 1970 (Tinoco, 2001).

Tais iniciativas vêm ao encontro de diversas manifestações de organismos intergovernamentais sobre o tema da responsabilidade social das empresas, como as Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aprovadas em 1976 e sujeitas a atualizações desde então, tendo a última sido concluída em 2011; a Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 1977 e cuja versão atual data de 2006; e os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011; todas das quais o Brasil é signatário (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2012a). Dentre outros aspectos, estes documentos identificam como parte da responsabilidade social das empresas a divulgação de informações a respeito de suas atividades aos diversos grupos de interesse com os quais se relacionam.

3 *This tight connection of accounting to an economic decision-maker qua investor/creditor severely limits the possible accountability relationships that might be enacted through and reported in accounting statements.*

Porém, o próprio tema da responsabilidade social das empresas é controverso. Principal expoente da Escola de Chicago, célebre linha de pensamento econômico neoliberal, Friedman (1977) sustenta que os administradores de empresas não têm responsabilidade social, “exceto a que é compartilhada por todos os cidadãos de obedecer à lei do país e viver de acordo com suas normas” (p. 106). Em uma economia livre, segundo Friedman (1977), “há uma e só uma responsabilidade do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo” (p.116). Basicamente, Friedman (1977) argumenta que é responsabilidade da sociedade como um todo estabelecer uma estrutura legal que leve à consecução do bem-estar social através da busca dos indivíduos pela promoção de seus próprios interesses. Ao desenvolverem ações de responsabilidade social que fujam ao objetivo de maximização dos lucros, os administradores estariam agindo de maneira subversiva, estabelecendo eles próprios quais seriam os interesses sociais a serem promovidos às custas de recursos de terceiros, no caso, dos acionistas.

Dentre os críticos de tal posicionamento pode-se destacar Drucker (1989), que aponta para a histórica ineficácia do Estado na solução dos problemas sociais, defendendo que “somente se as empresas aprenderem a converter os importantes desafios sociais que se apresentam às sociedades desenvolvidas nos dias de hoje em novas e rentáveis oportunidades empresariais é que poderemos esperar que esses desafios sejam superados” (p. 310). Assim, para Drucker (1989) a responsabilidade social das empresas inclui a conversão de problemas sociais em oportunidades de negócios, o que inclui o atendimento aos interesses de uma gama maior de interessados, e não só aos dos acionistas. O autor dá ênfase à responsabilidade das empresas pela criação do capital necessário para financiar os empregos do futuro, ou seja, pela formação da mão de obra para assumir postos de trabalho que tendem a exigir habilidades cada vez mais intelectuais do que físicas.

O principal modelo adotado pelas organizações que divulgam relatórios socioambientais é o proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), que inclui orientações sobre como definir os assuntos a serem divulgados e as formas de divulgá-los (Global Reporting Initiative [GRI], 2011). Segundo levantamento da KPMG (2011, p. 20), em 2011 80% das 250 maiores companhias do mundo adotavam o modelo da GRI, e dentre as 100 maiores empresas de cada um dos 34 países analisados este percentual chegava a 69%.

Tais iniciativas, contudo, não escapam a críticas da comunidade acadêmica. S. M. Cooper e Owen (2007) concluem que os relatórios socioambientais não contribuem para a ampliação da influência dos diversos grupos de interesse ligados a uma organização sobre os processos de tomada de decisão que nela ocorrem, uma vez que os representantes destes grupos no processo de elaboração de tais relatórios são apontados pelos administradores das organizações, e não pelos grupos aos quais pretendem representar, limitando o espaço para visões contraditórias. Gray (2010) aponta como o conceito de sustentabilidade, que originalmente se referia à capacidade de preservação do planeta, foi modificado pelo mundo dos negócios e passou a designar a capacidade de preservação dos próprios negócios, fazendo com que os relatórios de sustentabilidade publicados pelas organizações pouco contribuam para questionar práticas nocivas ao planeta. Archel, Husillos e Spence (2011) analisam o processo de institucionalização do tema de responsabilidade social corporativa na Espanha, e constatarem que embora as discussões sobre alterações na legislação do país tenham incluído uma ampla gama de grupos de interesse, as propostas finais apresentadas contemplavam as visões apenas de grupos dominantes, com visão favorável ao mundo dos negócios.

Joseph (2012) argumenta que as regras de mensuração estabelecidas pela GRI carecem de alinhamento aos princípios de sustentabilidade que a própria GRI preconiza. Por conta disso, o autor sugere a priorização de princípios baseados em moral, ética e legitimidade como forma de identificar e resolver conflitos entre os diversos grupos de interesse ligados às organizações, em detrimento da suposta objetividade trazida pela adoção de regras específicas de mensuração, passíveis de manipulação por parte das organizações a fim de gerenciar as percepções públicas sobre as mesmas. Mahoney, Thorne, Cecil e LaGore (2012) apresentam, contudo, resultados alentadores, indicando que as companhias que divulgam relatórios de sustentabilidade possuem desempenho superior, em relação ao tema, do que aquelas que não os divulgam.

Dado o enfoque predominante na literatura contábil aos interesses de administradores, investidores e credores, e em que pesem as iniciativas voltadas ao desenvolvimento de relatórios que atendam as necessidades de uma maior gama de usuários, pouco se conhece a respeito das necessidades e dos modelos decisórios destes demais usuários das informações contábeis. E como lembra Iudícibus (2004), “enquanto isso não for conseguido, não poderemos atender igualmente bem, em todo e qualquer tempo, a todos os usuários.” (p. 25).

Dentre estes demais usuários, merecem destaque os trabalhadores. Dependendo das organizações para garantir sua subsistência, dificilmente se encontrarão em condições de a elas impor o dever de lhes prestar informações. Contudo, justamente por terem sua subsistência associada às organizações, é razoável supor que tenham interesse em obter informações a respeito delas. Além das que obtêm no seu dia a dia, é possível que tenham as demonstrações financeiras como um dos canais para obter tais informações. Mas será que as demonstrações financeiras atualmente publicadas pelas organizações são úteis aos trabalhadores?

1.1 Problema de pesquisa

Diante do exposto, e adotando uma estratégia de estudo de caso, proponho-me a investigar o seguinte problema: **As demonstrações financeiras e demais relatórios (da administração, de sustentabilidade e formulários de referência) publicados pelos bancos brasileiros são úteis aos representantes do movimento sindical dos bancários?**

1.2 Objetivos

O objetivo geral de minha pesquisa é entender como são utilizadas, pelos representantes do movimento sindical dos bancários, as demonstrações financeiras e demais relatórios divulgados pelos bancos brasileiros. Assim, espero contribuir para o esclarecimento do problema proposto, o que permitirá, por sua vez, melhor avaliar se as demonstrações financeiras podem ser úteis aos trabalhadores de um modo geral.

Além disso, busco atingir também os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar quais são as informações contidas nestes relatórios que são úteis aos representantes do movimento sindical dos bancários;
- b) Identificar informações de interesse dos representantes do movimento sindical dos bancários que não estejam contidas nestes relatórios;
- c) Identificar qual é o papel que as informações contábeis desempenham nas negociações

entre bancos e sindicatos, conforme modelo proposto por Amernic (1985);

- d) Identificar qual é o tipo de uso que os representantes do movimento sindical dos bancários fazem destas demonstrações, conforme classificação proposta por McBarnet, Weston, e Whelan (1993);
- e) Identificar qual é a política de divulgação de informações contábeis dos bancos brasileiros aos representantes do movimento sindical dos bancários, conforme modelo proposto por Craft (1981).

Através destes objetivos específicos, espero contribuir para esclarecer quais informações são capazes de tornar as demonstrações financeiras úteis aos trabalhadores e como as características do relacionamento entre sindicatos e empresas impactam as necessidades de informação dos sindicatos.

1.3 Justificativa

Segundo Castro (1977), um bom problema de pesquisa deve ser, ao mesmo tempo, importante, original e viável. Um tema importante, de acordo com o autor, “está de alguma forma ligado a uma questão crucial que polariza ou afeta segmento substancial da sociedade” (p. 56). Conforme já exposto, a utilidade das demonstrações financeiras para outros usuários que não administradores, credores e investidores é questão em aberto na literatura contábil. Em um momento histórico onde as taxas de inflação vêm se mantendo em patamares razoáveis há quase duas décadas, e em que os níveis de emprego e renda atingem recordes positivos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2013), é possível vislumbrar um cenário em que as informações contábeis venham a desempenhar um papel mais decisivo no contexto das negociações coletivas no Brasil.

Por sua vez o setor bancário, que ao final de 2011 empregava cerca de 497 mil trabalhadores (Fontes, Macedo, & Sanches, 2013, p. 44), possui evidente relevância na sociedade brasileira. Minella (2007) destaca que além de seu papel como intermediários financeiros, através do qual controlam os fluxos de capitais na economia, os grandes bancos brasileiros detêm parte significativa da dívida pública, estendem sua atuação a empresas não-financeiras, atuam em entidades de classe e em institutos liberais onde articulam seus interesses, participam do

financiamento de campanhas eleitorais e contam com um intercâmbio de membros de suas diretorias com a do Banco Central do Brasil (BCB), concentrando poder não apenas econômico, mas também sociopolítico.

Já um tema original “é aquele cujos resultados têm o potencial para nos surpreender” (Castro, 1977, p. 57). Dada a escassez de trabalhos nesta área, mesmo em nível internacional, mas sobretudo no Brasil, creio que os resultados obtidos nesta pesquisa contribuem para o avanço do conhecimento sobre o tema, ainda que timidamente.

Por fim, a viabilidade da pesquisa em termos de prazos, recursos financeiros e disponibilidade de dados foi o que me levou a escolher o setor bancário brasileiro para este estudo de caso. A categoria dos bancários possui longa tradição de organização sindical, e desde 1988 as negociações coletivas com os bancos se dão nacionalmente. Os encontros ocorrem na cidade de São Paulo, sede da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), entidade patronal, e da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), entidade de maior representatividade da categoria (Amorim & Huertas Neto, 2011). Além disso, o Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região concentrava em sua base de representação cerca de 28,6% de toda a categoria no Brasil ao final de 2011 (Fontes et al., 2013, p. 44), tendo papel fundamental na condução da campanha nacional unificada. Assim, creio ser possível coletar dados abrangentes em relação aos processos de negociação coletiva dos bancários através de um menor número de fontes do que seriam necessárias para obter dados com abrangência semelhante relativos a outras categorias.

Outro fator importante para a escolha da categoria dos bancários é o fato de que as demonstrações financeiras dos bancos brasileiros são publicadas e facilmente acessíveis através dos sítios eletrônicos do BCB e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto em muitos outros setores é considerável o número de empresas que não divulgam suas demonstrações financeiras. Evidências obtidas por Gomes (1998) sugerem ainda que, dentre o movimento sindical brasileiro, a categoria dos bancários é a mais afeita ao uso de tais demonstrações em suas atividades.

Por fim, os documentos que analisei, notadamente as publicações do movimento sindical e os acordos firmados com os bancos, também se encontram disponíveis na *internet*, em sítios

eletrônicos dos sindicatos e da FENABAN, o que facilitou sobremaneira a condução desta pesquisa.

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho se divide em seis capítulos. Neste capítulo introdutório apresento a questão que se coloca à contabilidade, de atender as necessidades de informação de diversos usuários através das demonstrações financeiras publicadas pelas organizações, e especifico este problema em relação aos trabalhadores, apresentando meus objetivos e as justificativas para a escolha do tema de pesquisa.

O capítulo 2 é dedicado ao referencial teórico, no qual discuto o papel da regulação contábil em relação aos conflitos de interesses existentes na sociedade; apresento a descrição dos processos de negociação coletiva conforme o modelo comportamental de Walton e McKersie (1965); e reviso trabalhos sobre as ligações entre a contabilidade e as relações de trabalho.

No capítulo 3 descrevo os procedimentos metodológicos, apresentando a estratégia de estudo adotada, as fontes de obtenção de dados e a técnica utilizada para analisá-los. No capítulo 4 é feita a contextualização do caso estudado. Nele relato brevemente a história do movimento sindical dos bancários brasileiros, aponto o conjunto de informações divulgadas periodicamente pelos bancos brasileiros e descrevo como se dá o processo de negociação coletiva entre bancos e sindicatos.

O capítulo 5 é dedicado à apresentação e análise dos resultados obtidos na pesquisa, e o capítulo 6, às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A primeira dificuldade com que me deparei ao iniciar esta pesquisa foi a falta de referências ligadas ao tema. No Brasil, o trabalho de maior destaque que encontrei a respeito dos impactos das informações contábeis sobre as ações sindicais foi o de Gomes (1998).

Na literatura de língua inglesa consegui identificar um número maior de obras que abordam as relações entre o mundo do trabalho e as informações contábeis produzidas pelas organizações, mas ainda assim numa quantidade que considero baixa, tendo em conta as décadas de publicação abrangidas pelas bases de dados a que tive acesso. Além disso, a maioria destas obras se refere aos anos 1980 e ao contexto do Reino Unido, o que acaba por empobrecer este referencial.

Apesar destas restrições, três das obras que identifiquei me pareceram especialmente úteis à pesquisa que desenvolvi: Amernic (1985), McBarnet et al. (1993) e Craft (1981). Descrevo-as em maiores detalhes a seguir, na seção 2.3, juntamente às demais obras de que também me vali para referenciar minha pesquisa.

Antes disso, porém, discuto o tema da regulação contábil na seção 2.1, e logo em seguida apresento, na seção 2.2, o modelo comportamental proposto por Walton e McKersie (1965) para descrever os processos de negociação coletiva.

2.1 Regulação contábil

Utilizando uma lógica de análise típica da economia neoclássica, Stigler (1971) apresenta um modelo de oferta e demanda por regulação, propondo a hipótese da captura do poder regulatório por determinados grupos de interesse. Basicamente, o autor argumenta que a regulamentação promove uma realocação de recursos entre grupos de interesse distintos; que o total do benefício que a regulação provê a determinado grupo é igual ao ônus imposto aos demais; que determinado grupo de interesse irá buscar interferir no processo político apenas quando os custos de tal interferência forem menores do que os benefícios esperados através da

regulação, o que torna esta busca mais viável para grupos de interesse menores, em que o benefício *per capita* da regulação é maior; e que os agentes políticos do Estado, ao prover as demandas por regulação, ponderam os benefícios que obterão em termos de financiamento de campanha e de número potencial de votos.

Ao rever os argumentos propostos por Stigler (1971), Peltzman (1976) defende que os agentes políticos necessitam constituir amplas bases de apoio social, levando-os a tentar promover uma coalizão entre distintos grupos de interesse. Em virtude disso, os benefícios da regulação seriam distribuídos a uma pluralidade de interessados, contrastando com o modelo essencialmente dicotômico proposto por Stigler (1971), onde apenas um grupo de interesse obtém benefícios através da regulação, em detrimento aos demais.

Ao revisarem a literatura a respeito do tema, K. Cooper e Keim (1983) constataam que são ambíguas as implicações de tais modelos teóricos quanto à regulação da divulgação de informações financeiras, havendo tanto autores que defendam sua necessidade quanto outros que argumentem por sua supressão. Assim, K. Cooper e Keim (1983) apontam a necessidade de ampliar o escopo das teorias econômicas sobre regulação, incorporando elementos sociais e políticos a fim de avaliar a natureza e a extensão apropriadas para a regulação da divulgação de informações financeiras.

Tinker (1984), por sua vez, contesta as conclusões de K. Cooper e Keim (1983), sustentando que as teorias econômicas neoclássicas a respeito do Estado são antagônicas às teorias de caráter social. Tinker (1984) ressalta que as teorias neoclássicas assumem um voluntarismo político, enfatizando comportamentos individuais na composição dos grupos de interesse em detrimento das relações sociais que os limitam, e que são imbuídas de um reducionismo econômico, cuja característica é buscar explicar fenômenos sociopolíticos exclusivamente através de conceitos econômicos como oferta, preço, demanda, equilíbrio, lucro e utilidade, por exemplo. Para Tinker (1984), ao invés de buscar complementar as deficiências das teorias neoclássicas, seria preciso substituí-las por visões alternativas em relação ao Estado a fim de entender a regulação contábil.

Em linha com a sugestão de Tinker (1984), Puxty, Willmott, Cooper e Lowe (1987) comparam as regulações contábeis na Alemanha Ocidental, no Reino Unido, na Suécia

e nos Estados Unidos sob a óptica de três princípios organizadores da ordem social: mercado, Estado e comunidade. Os autores ressaltam a importância das contradições dentro de cada um destes princípios e entre eles, apresentando a regulação contábil como mediadora e como resultado da articulação de tais contradições.

Ao considerarmos as contradições inerentes às sociedades humanas, convém lembrar Marx (1859/1977), o qual afirma que

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (p. 24).

Para um dos principais teóricos a analisar as superestruturas, Gramsci (2001), “a estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico’” (p. 250), havendo uma “necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura” (p. 251). Assim, a obra de Gramsci se volta ao estudo do vínculo que promove a unidade deste bloco, ao qual ele denomina vínculo orgânico (Portelli, 1977).

Nas superestruturas, Gramsci distingue dois elementos principais: a sociedade política, onde se agrupa o aparelho de Estado, e a sociedade civil, onde reside a maior parte da superestrutura e à qual cabe a direção intelectual e moral de um sistema social. Dentro de cada bloco histórico, os grupos dominantes se valem de ambos os elementos para estabelecer seu domínio, que se dá tanto pela coerção quanto pelo consentimento das classes subalternas (Portelli, 1977).

O consentimento é obtido sobretudo por meio da sociedade civil, que comporta a ideologia da classe dirigente, a qual se difunde por todas as camadas sociais, vinculando-as a esta classe. Tal direção ideológica é exercida através de uma estrutura ideológica, composta pelas organizações que criam e difundem a ideologia da classe dirigente, e pelos materiais ideológicos através dos quais a ideologia se difunde (sistema escolar, meios de comunicação,

etc.). Já o principal meio de coerção é a sociedade política, o aparelho estatal, voltado ao controle dos grupos que demonstrem menor adesão à ideologia dominante (Portelli, 1977).

A combinação entre consenso e coerção compõe a hegemonia de um grupo social dentro do bloco histórico; logo, a hegemonia é um evento superestrutural. Já o vínculo orgânico da superestrutura com a estrutura, responsável pela unidade do bloco histórico, é dado pelos intelectuais: “‘funcionários da superestrutura’ em nome da classe que representam e à qual estão estreitamente vinculados, social e economicamente” (Portelli, 1977, p. 49), a eles cabe promover, no âmbito da superestrutura, a hegemonia da classe social dominante na estrutura econômica da sociedade.

Ao refletirmos sobre a composição e a atuação dos principais normatizadores da contabilidade hoje em dia, podemos perceber claramente que eles cumprem a função destacada por Gramsci de promotores da ideologia das classes dominantes. O IASB, por exemplo, declara que atinge seu objetivo de desenvolver pronunciamentos contábeis, dentre outras maneiras, através da “interação com investidores, reguladores, empresários e com a profissão contábil em geral” (Fundação IFRS & Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade [IASB], 2012). Os membros que atualmente compõem o organismo são oriundos, basicamente, de autoridades reguladoras dos mercados financeiros, diretorias de multinacionais, associações de analistas do mercado financeiro e firmas de auditoria (Fundação IFRS & IASB, 2012).

Já no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é composto por representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Em suas reuniões, participam ainda como convidados, sem direito a voto, representantes da CVM, do BCB, da Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2013).

Ou seja, tanto IASB quanto CPC podem ser vistos como partes da estrutura ideológica do atual bloco histórico, compostos por membros oriundos diretamente das classes dominantes e que se dedicam a criar e difundir a ideologia desta classe. Ainda que os processos de elaboração de normas por parte destes organismos sejam abertos a sugestões públicas, Hogler, Hunt e Wilson (1996) nos trazem um exemplo de como, na prática, estes processos não garantem uma adequada expressão aos interesses dos trabalhadores.

Os autores analisam a participação dos trabalhadores na discussão do *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 106, norma emitida em 1990 pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), congênere estadunidense de IASB e CPC e sobre cuja composição se podem fazer considerações semelhantes. Esta norma obrigou as companhias estadunidenses a contabilizar por competência os planos de benefícios de saúde concedidos a aposentados.

Segundo o FASB, os objetivos da norma eram ampliar a relevância e a fidelidade representacional das demonstrações financeiras das companhias que concediam estes benefícios, aumentando a capacidade dos usuários destas demonstrações em entender a extensão e os efeitos de tais planos, bem como a compreensibilidade e a comparabilidade das demonstrações, ao estabelecer um critério uniforme de mensuração para os benefícios de saúde (Financial Accounting Standards Board [FASB], 1990). Em que pesem tais qualidades, Hogler et al. (1996) argumentam que esta norma prejudicou os interesses econômicos de uma significativa parcela da população dos Estados Unidos, estimada em 3,6 milhões de pessoas à época, que dependia exclusivamente destes planos para o acesso a seguro-saúde coletivo, já que estavam aposentadas mas ainda não haviam atingido a idade mínima de 62 anos para se qualificar aos programas governamentais.

Durante o processo de discussão da norma, muitos argumentavam que ela levaria a uma redução na quantidade de benefícios que seria concedida pelas companhias, já que as obrigaria a reconhecer passivos de expressivos montantes, e afetaria também seus resultados anuais, pois as despesas reconhecidas por competência seriam mais elevadas do que as pelo regime de caixa vigente até então. Esta possibilidade foi alertada inclusive por empresas que enviaram cartas-comentário ao FASB, alegando que reduziriam a concessão de benefícios desta natureza. Após a adoção da norma, estudos constataram que de fato as empresas haviam

reduzido a concessão destes benefícios a seus empregados.

Embora formalmente houvesse muitos canais pelos quais os trabalhadores pudessem se manifestar, tais como o próprio processo de consulta do FASB, o *lobby* de seus sindicatos junto a congressistas, ou mesmo a negociação individual de contratos de trabalho, os autores sustentam que características institucionais e ideológicas da sociedade estadunidense tolheram, na prática, esta possibilidade. Dentre estas características, destacam-se:

- Doutrina legal sobre itens de negociação coletiva, que exclui os benefícios a aposentados do escopo de assuntos que os empregadores são obrigados a negociar com os sindicatos e em relação aos quais os sindicatos podem recorrer a pressões econômicas (greve), além de um Poder Judiciário com predisposição desfavorável aos sindicatos;
- Combate à sindicalização, por parte dos empregadores, em função do declínio econômico após o fim dos anos 1970, visando reduzir custos;
- Declínio do índice de sindicalização, e consequente perda de poder político dos sindicatos.

Como os próprios autores ressaltam, a estrutura das relações de trabalho nos Estados Unidos difere da encontrada em outros países industrializados. Mesmo tratando de um cenário bastante específico, o estudo de Hogler et al. (1996) demonstra como o desenvolvimento de normas contábeis é influenciado pela correlação de forças dentro da superestrutura, e como estas normas podem ter impactos sociais amplos.

Outro ponto a ressaltar é que o aumento no nível de transparência das informações divulgadas pelas companhias nem sempre atende aos interesses dos trabalhadores. Na situação analisada por Hogler et al. (1996), embora o SFAS 106 tenha demandado das companhias a ele sujeitas uma maior clareza na divulgação dos planos de benefícios de saúde concedidos a seus aposentados, isto implicou na diminuição das concessões de tais benefícios, colocando milhões de trabalhadores em uma situação de maior risco.

Aprofundar a discussão sobre a regulação contábil não é meu objetivo neste trabalho, mesmo sendo um tema merecedor de grande atenção. Com esta breve discussão, pretendo apenas ressaltar dois pontos: a regulação não exerce um papel social neutro, conforme o entendimento de autores com linhas de pensamento notadamente distintas; e é provável que a regulação contábil, conforme ilustra o exemplo apresentado por Hogler et al. (1996), não tenha entre suas finalidades atender aos interesses dos trabalhadores.

Mesmo tendo em vista estes dois fatores, é possível que as demonstrações financeiras e demais relatórios atualmente divulgados pelas organizações, preparados sob este conjunto de normas, sejam úteis aos trabalhadores de alguma maneira? Ajudar a elucidar esta questão é o propósito desta pesquisa. Mas antes, na próxima seção apresento o modelo proposto por Walton e McKersie (1965) para descrever os processos de negociação coletiva, que ajudará a vislumbrar possíveis funções para as informações contábeis ao longo destes processos.

2.2 Negociações coletivas: Modelo comportamental de Walton e McKersie (1965)

Ao proporem um modelo sobre negociações coletivas, Walton e McKersie (1965) as classificam em quatro subprocessos, que na visão dos autores descrevem a maioria dos comportamentos observados nestas negociações:

- a) Negociações distributivas, que ensejam comportamentos competitivos cuja intenção é influenciar na divisão de recursos escassos;
- b) Negociações integrativas, em que os comportamentos visam solucionar problemas comuns a ambas as partes, ampliando os ganhos conjuntos disponíveis a ambas;
- c) Estruturação atitudinal, compreendendo as atividades de influência sobre as atitudes de cada parte em relação à outra;
- d) Negociações intraorganizacionais, relativas aos comportamentos que um negociador adota visando obter consenso interno na organização que representa.

Nas negociações distributivas, os processos de negociação são de soma zero, ou seja, os ganhos de uma parte são iguais às perdas incorridas pela outra. Em relação às negociações

salariais, tomadas pelos autores como principal exemplo de negociação distributiva no contexto das negociações coletivas entre empresas e sindicatos, os ganhos e perdas das partes se restringem a um intervalo cujo limite inferior é dado pelo ponto que levaria os empregados a procurar novos empregos, e o limite superior, pelo ponto que levaria as empresas a mudar de ramo, buscando empregar mão de obra mais barata.

Durante estas negociações, cada uma das partes estabelece dois pontos essenciais: sua meta, aquilo que deseja obter durante as negociações, e seu ponto de resistência, o mínimo que considera aceitável obter. O quadro 1 sintetiza as distinções entre estes dois pontos. Quando o ponto de resistência de uma parte é menor do que a meta da outra, há um intervalo positivo de acordo. Caso contrário, este intervalo é negativo, não havendo solução que satisfaça a ambas.

Quadro 1 – Metas e pontos de resistência nas negociações distributivas

Fatores determinantes	Pontos na escala de resultados das negociações	Significado
Maior estimativa sobre o que é preciso (utilidades) Premissas mais otimistas sobre o que é possível (probabilidades) Premissas mais favoráveis sobre a própria capacidade de negociação em relação à dos oponentes	Meta	Sucesso completo
Menor estimativa sobre o que é preciso (utilidades) Premissas mais pessimistas sobre o que é possível (probabilidades) Premissas mais desfavoráveis sobre a própria capacidade de negociação em relação à dos oponentes	Ponto de Resistência	Sucesso mínimo

Fonte: Adaptado de Walton e McKersie (1965, p. 42).

Na prática, segundo Walton e McKersie (1965), “a meta de uma parte é selecionada, usualmente, de modo que represente sua melhor estimativa do ponto de resistência do oponente.” (p. 43, tradução nossa)⁴. Assim, em geral serão encontrados intervalos de acordo positivos. Dentro destes intervalos as soluções serão dadas pelo jogo de influências sobre as preferências e percepções de uma parte sobre a outra, até que se atinja um ponto de acordo.

⁴ *The target of one is usually selected in a way that represents the best estimate about the other's resistance point.*

Intervalos negativos podem levar as partes a recorrer ao auxílio de um árbitro, à deflagração de greves, etc. Nestes cenários acaba prevalecendo a disputa de forças entre as partes, sobre qual é capaz de causar maiores perdas à oponente e de suportar as perdas que lhe são impostas. Na Ilustração 1, as duas situações são representadas graficamente.

Ilustração 1 – Intervalos de acordo em negociações distributivas

Fonte: Adaptado de Walton e McKersie (1965, p. 43).

Em relação às negociações integrativas, os interesses das partes convergem para a solução de problemas comuns. São situações onde ambas as partes obtêm ganhos em relação ao *status quo* prévio, ou onde ambas procuram por soluções que lhes propiciem as menores perdas possíveis. Trata-se, basicamente, de um processo de solução de problemas que pode ser descrito em três passos: (1) identificação do problema; (2) procura de soluções alternativas e avaliação de suas consequências; e (3) ordenação de preferência entre as soluções e seleção de um curso de ação. A Ilustração 2 descreve como se dá este processo.

Ilustração 2 – Processo de solução conjunta de problemas

Fonte: Adaptado de Walton e McKersie (1965, p. 138).

A manutenção ou reestruturação das atitudes de uma parte em relação à outra faz parte do subprocesso de estruturação atitudinal. O padrão de relacionamento mantido entre as partes é classificado em cinco categorias por Walton e McKersie (1965): Conflito, contenção/agressão, acomodação, cooperação e cumplicidade. Em determinado relacionamento, o padrão que irá prevalecer dependerá de fatores contextuais, de características de personalidade dos negociadores, das crenças sociais prevalentes e dos processos de perpetuação ou de mudança do *status quo*. Estes padrões irão afetar a administração dos acordos firmados, as agendas de negociação e seus respectivos resultados,

e até mesmo a organização interna de cada uma das partes. O quadro 2 resume as características de cada um destes tipos de comportamento.

Quadro 2 – Componentes atitudinais dos padrões de relacionamento

Dimensões Atitudinais	Padrão de relacionamento				
	Conflito	Contenção/Agressão	Acomodação	Cooperação	Cumplicidade
Orientação motivacional e tendências de ação em relação à outra parte	Tendências competitivas para enfraquecer.	para destruir ou	Política individualista de independência	Tendências cooperativas para auxiliar e preservar a parte contrária	
Crenças sobre a legitimidade da outra parte	Negação da legitimidade	Aceitação com má-vontade	Aceitação do <i>status quo</i>	Legitimidade completa	Não aplicável
Nível de confiança na condução das negociações	Desconfiança extrema	Desconfiança	Confiança limitada	Confiança extensa	Confiança baseada no potencial mútuo de chantagem
Grau de cordialidade	Ódio	Antagonismo	Neutralidade/Cortesia	Cordialidade	Intimidade

Fonte: Adaptado de Walton e McKersie (1965, p. 189).

Por fim, o subprocesso das negociações intraorganizacionais diz respeito aos conflitos que ocorrem dentro de cada organização, e como elas chegam a um consenso sobre os objetivos e prioridades a serem adotados durante as negociações coletivas. Estes conflitos surgem em razão de diferenças de objetivos, de fatores emocionais e de percepções distintas. A Ilustração 3 esquematiza as fontes de conflito interno.

Ilustração 3 – Fontes internas de conflito nas organizações

Fonte: Adaptado de Walton e McKersie (1965, p. 298).

Embora tratem separadamente cada um destes subprocessos, Walton e McKersie (1965) insistem que todos eles são característicos das negociações coletivas. Assim, ao final do estudo os autores procuram sintetizá-los, destacando como eles se inter-relacionam. Uma estratégia de comprometimento com suas demandas iniciais, por exemplo, pode fortalecer um sindicato durante uma negociação distributiva, ao mesmo tempo que diminui suas possibilidades de ganho em negociações integrativas e prejudica o seu padrão de

relacionamento com a empresa. Estratégias de comunicação aberta podem fortalecer negociações integrativas e melhorar os relacionamentos entre sindicatos e empresas, e no entanto prejudicar a ambos nas negociações distributivas, sendo ainda mal vistas dentro de cada uma das organizações. Apenas o grau de confiança estabelecido entre as partes, segundo os autores, aparenta ser benéfico a elas em todos os subprocessos, propiciando maior efetividade às ameaças feitas durante negociações distributivas, incrementando os ganhos em negociações integrativas e facilitando os relacionamentos entre as partes e os intraorganizacionais (Walton & McKersie, 1965, pp. 357–358).

A ampla caracterização dos processos de negociação coletiva feita por Walton e McKersie (1965), considerando diversos de seus aspectos, faz de seu trabalho ferramenta extremamente útil para o entendimento destes processos. Tanto é que muitos dos autores que posteriormente se dedicaram a estudar os papéis da contabilidade nas negociações coletivas utilizaram este trabalho como referencial para descrevê-las, conforme será apontado nas próximas seções.

2.3 A contabilidade e as relações de trabalho

As pesquisas sobre as interações da contabilidade com as negociações coletivas e com as relações de trabalho buscam respostas para vários tipos de perguntas: quais os papéis que as informações contábeis desempenham nas relações de trabalho e nas negociações coletivas, quais os impactos das informações contábeis sobre estas relações, como os sindicatos e trabalhadores utilizam estas informações, quais informações deveriam ser divulgadas a estes usuários, etc.

Nas seções a seguir destaco os principais aspectos de alguns destes estudos, que julguei serem importantes para minha pesquisa. Procuro destacar as principais contribuições que identifiquei nos trabalhos destes autores, e também eventuais deficiências que procurei evitar repetir.

2.3.1 Foley e Maunders (1977)

Foley e Maunders (1977) apresentam um estudo a respeito dos impactos que as informações contábeis têm sobre processos de negociação coletiva, tendo como objetivos sumariar o

conhecimento desenvolvido, até então, sobre a identificação das necessidades dos representantes sindicais, comparar estudos teóricos e práticos sobre o que deveria ser divulgado para tais representantes, e chamar a atenção para problemas desta área que poderiam ser abordados por futuros pesquisadores.

O estudo é dividido em sete capítulos, sendo o último deles dedicado às conclusões dos autores. Inicialmente, Foley e Maunders (1977) comparam o panorama jurídico relativo à divulgação de informações contábeis nos processos de negociação coletiva em três ambientes: Estados Unidos, Europa continental e Reino Unido. Nos Estados Unidos prevaleciam negociações individualizadas por empresa, sendo tática recorrente dos sindicatos buscar obter acordos vantajosos com as empresas que apresentassem melhores condições para concedê-los, e em seguida buscar levar as demais empresas do setor a se equipararem a estes acordos. A legislação estadunidense sobre negociações coletivas determinava que elas deviam ser conduzidas com boa-fé por ambas as partes; assim, prevalecia no judiciário daquele país a interpretação de que as empresas tinham a obrigação de fornecer as informações solicitadas pelos sindicatos, desde que isso não acarretasse um custo demasiado.

Na Europa continental prevalecia a figura dos conselhos de consulta mútua entre administração e trabalhadores, notadamente na Alemanha Ocidental, onde era assegurada aos trabalhadores a participação nos conselhos de administração de companhias com mais de 500 funcionários (Foley & Maunders, 1977, p. 10). Embora houvesse o temor, manifesto por teóricos e sindicalistas, de que tal participação resultasse na cooptação ideológica da força de trabalho, cuja lealdade se tornaria maior às companhias do que aos sindicatos, o que se observava era que a maioria dos representantes eleitos para participar de tais conselhos eram sindicalizados; assim, na prática os conselhos acabavam se tornando um meio de obtenção de informações por parte dos sindicatos.

No Reino Unido, ao contrário de outros países industrializados, prevaleciam as negociações em nível nacional, conduzidas por sindicatos de trabalhadores e patronais. A tendência legislativa então notada por Foley e Maunders (1977), sendo esta uma das razões que os levaram a elaborar seu estudo, era a de um progressivo aumento das garantias de acesso dos sindicatos às informações das empresas.

No segundo capítulo os autores discutem alguns dos argumentos apresentados a favor e contra o aumento da divulgação de informações contábeis aos trabalhadores. Os principais argumentos apresentados a favor de uma divulgação de informações diretamente aos trabalhadores eram os seguintes: estas informações exerceriam um papel de *feedback*, que possibilitaria incrementar o desempenho da força de trabalho; auxiliariam a implementar uma gestão participativa, onde os funcionários tomariam parte nas decisões gerenciais tomadas na empresa; representariam um passo na mudança de paradigma sobre a empresa, cuja função deixaria de ser vista exclusivamente como a de maximizar a riqueza de seus acionistas e passaria a levar em consideração os interesses de outros grupos de interesse; dentro de uma visão socialista, tais informações contribuiriam para a emancipação dos trabalhadores, permitindo-lhes avançar em direção a formas autodeterminadas de organização do trabalho; já numa visão favorável aos interesses do capital, ao divulgar informações diretamente aos trabalhadores as empresas evitariam a sindicalização da força de trabalho, enfraquecendo os sindicatos. As necessidades de informação dos trabalhadores foram classificadas, por Foley e Maunders (1977), em quatro categorias principais, de acordo com o assunto ao qual se referiam: segurança de emprego, condições de trabalho, alcance de indicadores de desempenho, e equidade.

A divulgação de informações contábeis diretamente aos sindicatos era defendida sob os seguintes argumentos: ela eliminaria a desvantagem dos sindicalistas face aos administradores durante as negociações coletivas, em razão de estes últimos deterem exclusivamente tais informações; contribuiria para que as negociações se tornassem mais racionais; ampliaria o escopo de itens negociados; e resultaria em benefícios mútuos para sindicatos e empresas ao longo do tempo. Já os argumentos contrários a tal tipo de divulgação apontavam para a falta de *expertise* dos sindicalistas para lidar com tais informações; o eventual aumento das demandas e da agressividade dos sindicatos; possíveis quebras de sigilo em relação a competidores da empresa; que informações sobre orçamentos, se divulgadas, poderiam perder sua função motivacional, uma vez que os sindicatos fossem capazes de apontar a fixação de metas superestimadas; que a privacidade de terceiros que transacionassem com as empresas poderia ser violada; que haveria uma redução no poder gerencial dos administradores; e que tal divulgação, resultando em incremento do nível de salários, geraria pressões inflacionárias.

No capítulo 3, Foley e Maunders (1977) discorrem a respeito de evidências empíricas sobre as

relações entre divulgação de informações contábeis, negociações coletivas e inflação. O primeiro estudo discutido é o de Phillips (1958), que ao analisar dados do período entre 1861 e 1957 no Reino Unido, constatou haver uma forte relação exponencial entre a taxa de variação dos salários e o percentual de desemprego da força de trabalho, utilizado como *proxy* para a demanda agregada por trabalho. Na ilustração 4, esta associação é representada pela curva LL. A interpretação dada a esta associação foi de que o nível de salários variava em função da demanda por trabalho, e que por tanto a atividade sindical, como um todo, seria irrelevante.

Ilustração 4 – Curva de Phillips

Fonte: Adaptado de Foley e Maunders (1977, p. 56).

De maneira alternativa, Kaldor (1959) oferecia a seguinte explicação: o nível dos salários variaria conforme o poder de barganha dos sindicatos, e este aumentaria conforme a prosperidade econômica das empresas, cuja demanda por trabalho seria um dos indicadores de tal prosperidade. Com esta interpretação, ficaria reestabelecida a relevância teórica da ação

sindical. E em consequência desta interpretação, Kaldor (1959) postulava que os lucros, como indicadores da prosperidade das empresas e de sua capacidade de pagamento, apresentariam associação estatística ainda maior com o nível de salários.

Kaldor (1959) não foi capaz de encontrar associações estatísticas significativas entre lucros e salários, analisando dados de diversos períodos no Reino Unido. Tampouco o conseguiram Lipsey e Steuer (1961), especificando mais detalhadamente seu modelo. Assim, a hipótese do poder de barganha dos sindicatos, levantada por Kaldor (1959), parecia não contar com suporte em evidências empíricas. Contudo, ao analisar dados relativos à economia estadunidense, Bhatia (1961, 1962) constatou que os lucros explicavam a variação dos salários, mas não a taxa de desemprego, resultados que refutavam os encontrados por Phillips (1958) no Reino Unido e favoreciam a hipótese de Kaldor (1959). Também analisando dados dos Estados Unidos, e adicionando mais variáveis para explicar a variação dos salários, Perry (1964) conseguiu identificar uma associação entre salários e lucros, novamente suportando a ideia de que o poder de barganha dos sindicatos influenciaria o nível de salários.

Hines (1964) obteve evidências de que no Reino Unido, entre 1893 e 1961, a taxa de sindicalização da força de trabalho explicava a variação dos salários, e que esta taxa de sindicalização não era explicada pelas de desemprego ou de variação dos lucros das empresas. Assim, reforçava-se a ideia de que a militância sindical, evidenciada pela taxa de sindicalização como *proxy*, era uma causa independente de influência sobre os níveis salariais.

Vanderkamp (1966) e Pierson (1968), analisando dados das economias canadense e estadunidense, propuseram que a taxa de sindicalização alteraria a relação entre taxa de desemprego e nível de salários, de forma que a cada nível de desemprego corresponderia, para uma força de trabalho sindicalizada, um taxa maior de variação dos salários. Ou seja, reforçavam ainda mais a ideia de que a atividade sindical é relevante. Na ilustração 5, esta relação alterada é representada pela curva $L'_U L'_U$.

Ilustração 5 – Efeitos da sindicalização sobre a Curva de Phillips

Fonte: Adaptado de Foley e Maunders (1977, p. 69).

A inflação que tomou conta das principais economias ocidentais no final dos anos 1960 e durante os anos 1970 levou a um aparente colapso da Curva de Phillips, uma vez que o aumento de salários, causado por esta inflação, se apresentava associado a uma alta na taxa de desemprego. Contudo, ao adicionar as expectativas de inflação ao modelo, Parkin (1975, citado por Foley & Maunders, 1977) constatou que em termos reais a relação entre os níveis de salários e de desemprego se mantinha.

Ao fim do capítulo, Foley e Maunders (1977) concluem, diante de todas as evidências analisadas, haver suficientes razões para crer que a ação sindical exerça influência sobre os níveis salariais. Contudo, veem como uma questão ainda em aberto se a divulgação de informações contábeis aos sindicatos aumenta o poder de atuação destes, o que consideram difícil testar.

Para avaliar esta questão, no capítulo 4 os autores discutem uma série de modelos teóricos a respeito das negociações coletivas, considerando as implicações de cada um deles para a divulgação de informações aos sindicatos. Foley e Maunders (1977) observam que tais modelos oscilam entre uma abordagem dedutiva, baseada na teoria dos jogos, enfatizando o

valor preditivo, e uma abordagem mais indutiva, de cunho comportamental, focada no poder explicativo. Assim, constata-se haver um *trade-off* entre a quantificação das previsões e o realismo das premissas adotadas pelos modelos.

Modelos baseados na teoria dos jogos geralmente tratam as negociações como uma relação entre duas pessoas e de soma zero, ou seja, os ganhos obtidos por uma das partes durante as negociações equivalem às perdas da outra. O modelo desenvolvido por Nash Jr. (1950), por exemplo, prevê que o resultado de uma negociação é dado pelo produto das funções utilidade dos negociadores quanto às estratégias de negociação. Para isso, o modelo assume que a função utilidade de cada oponente é conhecida, o que tornaria o processo de negociação, e portanto a divulgação de informações, irrelevante.

Pen (1959, citado por Foley & Maunders, 1977) propõe um modelo onde a função utilidade do oponente é estimada; dessa maneira, surge um possível papel para as informações contábeis: propiciar condições para que se estime adequadamente esta função. Ainda assim, este papel seria desempenhado antes, e não durante o processo de negociação.

No modelo apresentado por Cross (1969, citado por Foley & Maunders, 1977), a passagem do tempo se torna relevante. A cada proposta feita por uma das partes ocorre um ajuste, pela parte contrária, de sua expectativa quanto à taxa de concessão feita pelo oponente, e então nova proposta é feita. A ilustração 6 descreve este movimento cíclico, que se repete até que as partes cheguem a um acordo. Os valores acordados, conforme este modelo, dependem das taxas de desconto aplicadas aos valores futuros dos acordos, o coeficiente de aprendizagem de cada parte em relação ao comportamento da outra, e das expectativas iniciais de cada uma das partes sobre as taxas de concessão de seu oponente.

Stevens (1963, citado por Foley & Maunders, 1977) propõe que cada negociador enfrenta uma situação de escolha entre situações conflitantes: ou aceitar os termos de acordo propostos pelo seu oponente, ou manter posição em relação a sua proposta, arcando com os custos de eventuais conflitos (paralisações, greves, etc.). O autor argumenta que estas situações não são desejáveis para nenhuma das partes, havendo uma tendência de que cada uma adote posições intermediárias, até chegarem a um consenso. A tendência a evitar cada um dos cenários seria

composta pelas percepções de risco e pela função utilidade de cada uma das partes, e as informações contábeis poderiam influenciar estes fatores. A ilustração 7 representa graficamente como se comportam estas tendências.

Ilustração 6 – Modelo de negociações coletivas de Cross

Fonte: Adaptado de Foley e Maunders (1977, p. 95).

Ilustração 7 – Modelo de negociações coletivas de Stevens

Fonte: Adaptado de Foley e Maunders (1977, p. 99).

Ao fim do capítulo, Foley e Maunders (1977) dão atenção maior ao modelo proposto por Walton e McKersie (1965), que apresentei na seção 2.2. Para os itens discutidos em negociações distributivas, conforme este modelo, Foley e Maunders (1977) sustentam que as informações contábeis auxiliariam as partes a estimar o ponto de resistência do oponente, estabelecendo tal estimativa como sua própria meta. Portanto, eles argumentam que restringir a divulgação de informações contábeis aos sindicatos poderia beneficiar os administradores, na medida em que suas preferências e percepções ficassem menos expostas.

Contudo, Foley e Maunders (1977) lembram ainda que as negociações coletivas não se caracterizam apenas por processos distributivos, na visão de Walton e McKersie (1965). Nas negociações integrativas, ambas as partes precisam unir esforços para solucionar problemas comuns; neste contexto, as informações contábeis auxiliariam na identificação de problemas e na avaliação das diversas soluções propostas. Assim, eventuais perdas decorrentes da divulgação de informações contábeis aos sindicatos em processos distributivos poderiam ser compensadas por ganhos conjuntos nos processos integrativos, havendo ainda que se considerar possíveis ganhos com a redução de tempo das negociações distributivas.

Foley e Maunders (1977) concluem o capítulo defendendo que a divulgação de informações contábeis não piora, necessariamente, a situação das companhias que as divulgam, e que a decisão de efetuar ou não tal divulgação deve ser tomada pela alta administração das empresas, que pode melhor avaliar os efeitos de longo prazo desta política.

No capítulo 5, Foley e Maunders (1977) voltam suas atenções para os tipos particulares de informações contábeis utilizadas nas negociações coletivas. Quanto aos sindicatos, os autores destacam que a utilização destas informações pode servir como ferramenta de racionalização de suas demandas, a fim de influenciar as percepções do público em geral, do governo e de possíveis árbitros. Tais demandas têm como motivos, via de regra, os aumentos no custo de vida, na produtividade das empresas e nos ganhos de outros trabalhadores do setor.

Informações sobre incrementos no custo de vida são obtidas, geralmente, através de estatísticas divulgadas por agências estatais ou institutos de pesquisa privados. Quanto aos indicadores de produtividade, na falta de acesso a informações internas das empresas os

sindicalistas podem se ver forçados a inferir sobre as variações de tais indicadores através de informações contidas nas demonstrações financeiras: variação da receita por empregado, percentual das despesas com pessoal sobre a receita, valor adicionado por empregado, etc. Já as informações necessárias para comparar as estruturas de remuneração da empresa com as demais de seu setor têm origem tanto interna quanto externa à empresa. Caso os sindicatos negociem com diversas empresas do mesmo setor, e tenham as condições de acesso e estrutura necessárias, podem manter registros atualizados destas informações; no entanto, é mais comum que recorram a estatísticas divulgadas pelos governos, que nem sempre são suficientemente claras e precisas.

Os autores afirmam que um dos principais conceitos relacionados ao uso de informações contábeis nas negociações coletivas é o de capacidade de pagamento. E embora este conceito não seja usualmente visto por sindicalistas como um fator determinante nas negociações coletivas, diversos indicadores contábeis acabam sendo utilizados para este fim durante as negociações. Analisando apenas 16 casos de arbitragem nos Estados Unidos, Foley e Maunders (1977, pp. 130–131) identificaram o uso de 20 diferentes indicadores de capacidade de pagamento, tais como lucros acumulados, dividendos por ação, capital de giro, margem líquida, lucro por ação, etc.

As principais fontes das informações utilizadas pelos sindicatos, segundo os autores, são as demonstrações financeiras publicadas pelas empresas e as estatísticas publicadas pelos governos (Foley & Maunders, 1977, p. 134). Porém, como o foco das demonstrações financeiras são as necessidades de investidores e credores, uma expansão das informações publicadas nestas demonstrações pode ser necessária para atender as necessidades dos sindicalistas. Foley e Maunders (1977) argumentam que tal expansão pode atender os interesses também das empresas, já que na falta de acesso às informações os sindicalistas acabam por estimá-las, possivelmente as superestimando. Contudo, os autores alertam para a possibilidade de que ocorra uma sobrecarga de informações nas demonstrações financeiras, prejudicando interesses de investidores e credores.

Outro aspecto ressaltado por Foley e Maunders (1977) é a necessidade de acesso a dados desagregados, que permitam aos sindicalistas recalcular indicadores conforme suas próprias interpretações, o que acarretaria, por outro lado, aumento nos custos de processamento de tais

informações. Os autores destacam ainda que a relevância de determinada informação só pode ser julgada após que se tenha acesso a ela; assim, para que os sindicatos tenham acesso a todas as informações que lhes possam ser relevantes, as empresas deveriam adotar uma política de abertura completa de seus dados. No entanto, tamanha abertura poderia acarretar conflitos com os interesses dos acionistas.

Por parte dos administradores, o uso de informações contábeis durante os processos de negociação coletiva se dá na preparação para estes processos, durante os mesmos, e no acompanhamento e implementação dos acordos firmados. Uma prática comum, segundo Foley e Maunders (1977), é a elaboração de livros de negociação, onde os administradores reúnem dados que julgam poder vir a ser pertinentes durante as negociações.

Nas conclusões do capítulo, Foley e Maunders (1977) discutem os custos e benefícios para as empresas advindos de uma política de maior abertura das informações para os sindicatos. Embora o aumento na divulgação gere maiores custos de processamento, os autores argumentam que tais custos serão incrementais, possivelmente relativos apenas ao processamento e apresentação de informações já existentes. Assim, o foco da análise deve ser, dizem Foley e Maunders (1977), os efeitos desta política sobre os resultados das negociações coletivas. Neste sentido, eles ressaltam mais uma vez que os efeitos de tal política devem ser avaliados a longo prazo, pelo incremento dos processos integrativos de negociação, a despeito de eventuais perdas de curto prazo em processos distributivos. E mesmo em tais processos pode haver ganhos com a divulgação de informações, uma vez que levem a demandas mais realistas dos sindicatos, reduzindo os custos de negociação.

No capítulo 7, Foley e Maunders (1977) discutem possíveis implicações dos temas abordados durante seu estudo para a profissão e para a academia contábil. Inicialmente, ao lembrarem que prevalece na literatura contábil a visão de que a disciplina deve ter um caráter utilitário, voltado a atender as necessidades de seus usuários, os autores apontam a existência de um dilema conceitual enfrentado pelos teóricos da contabilidade: ao identificar as necessidades dos usuários, deve prevalecer uma visão de soberania dos usuários ou de um papel educacional da disciplina? Em outras palavras, deve-se buscar identificar quais **são** as necessidades de informação dos usuários, ou quais **deveriam ser** estas necessidades?

Para se estabelecerem abordagens mais normativas, determinando quais deveriam ser as necessidades de informação dos usuários, seriam necessários modelos altamente precisos sobre o processo de tomada de decisão dos mesmos. Foley e Maunders (1977) argumentam que, conforme discutido no capítulo 4 de sua obra, tais modelos a respeito das negociações coletivas ainda carecem da precisão necessária para permitir este tipo de abordagem. Mas a preocupação de tornar as negociações coletivas mais eficientes, manifestada pelos autores, tornaria a abordagem positiva, de soberania dos usuários, insuficiente. Assim, eles defendem que não se percam de vista nenhuma das duas abordagens.

Ao discutir os impactos de seu estudo sobre a contabilidade para usuários externos, os autores sustentam que a informação mais relevante para os processos de negociação coletiva que pode ser obtida através das demonstrações financeiras de uma empresa é sua capacidade de pagamento, a qual pode ser tomada como estimativa do ponto de resistência de seus administradores nas negociações coletivas e, portanto, adotada como meta pelos sindicatos.

Por conta disso, Foley e Maunders (1977) aprofundam as discussões sobre o conceito de capacidade de pagamento, que definem como “os fluxos operacionais distribuíveis menos o retorno mínimo necessário para os provedores de capital.” (p. 165, tradução nossa)⁵. Os autores argumentam que garantir retorno aos acionistas é necessário para que a companhia se mantenha capaz de levantar fundos no mercado de capitais. No entanto, percebe-se claramente que os autores desconsideram os papéis contestatórios que os sindicatos podem exercer em relação ao sistema capitalista (Bryer, 2006; Ogden & Bougen, 1985).

Como definição operacional de seu conceito de capacidade de pagamento, Foley e Maunders (1977) estabelecem os “lucros antes dos impostos e itens extraordinários, mas após a dedução dos dividendos mínimos necessários para a remuneração do capital, líquidos de seus efeitos tributários.” (p. 167, tradução nossa)⁶. Tal medida pode ser obtida através das demonstrações financeiras das empresas, com algumas ressalvas: a determinação da taxa mínima de retorno aos acionistas, bem como os critérios de mensuração adotados podem ser alvo de questionamentos por parte dos sindicalistas. Uma política de acesso amplo às informações da empresa poderia sanar tais dificuldades, permitindo que os sindicatos recalculassem este

⁵ *Distributable operating flow less the minimum required return to providers of capital.*

⁶ *Profits before tax and extraordinary items but after deducting the grossed up minimum dividends necessary to service the capital.*

indicador de acordo com seus próprios critérios.

Dadas as dificuldades com relação ao retorno dos acionistas, outra medida de capacidade de pagamento proposta por Foley e Maunders (1977) seria o valor adicionado gerado pelas empresas, que representaria uma noção de fundo divisível ao qual os trabalhadores teriam acesso, permitindo considerações de equidade em relação aos acionistas.

Para ambas as medidas, porém, o que interessa nas negociações coletivas é seu valor esperado no futuro, argumentam Foley e Maunders (1977). Assim, a relevância dos valores divulgados nas demonstrações financeiras seria dada por sua capacidade preditiva em relação a valores futuros. A questão que se coloca aos administradores, novamente, é se vale a pena permitir que os sindicatos tenham acesso a previsões elaboradas pela empresa, ou deixar que formulem suas próprias previsões. E afora as considerações sobre capacidade de pagamento, também informações sobre a liquidez das empresas seriam relevantes para os sindicatos, na medida em que permitissem avaliar a viabilidade de atendimento às demandas sindicais.

Técnicas de agregação de informações (em negociações envolvendo sindicatos patronais) e de desagregação (em negociações com multinacionais ou companhias com várias unidades de negócio), preços de transferência, custeio de conflitos, e itens a serem incluídos nos livros de negociação dos administradores são outros temas em que as negociações coletivas podem ter implicações para a contabilidade.

Para a função de auditoria, os autores afirmam que sindicalistas demonstram, em geral, maior desconfiança quanto à independência dos auditores, e que para a função ganhar mais relevância dentro dos processos de negociação coletiva, os auditores deveriam ampliar o escopo de sua atuação, abrangendo também as projeções elaboradas pelos administradores.

As conclusões dos autores, apresentadas no capítulo 7 do estudo, são de que:

- Como política governamental, as evidências analisadas não suportam a ideia de que a garantia de acesso a informações contábeis das empresas aos sindicatos acarrete pressões inflacionárias. Uma possível explicação é que tal acesso pode modificar as demandas dos sindicatos tanto para mais quanto para menos;

- Em relação aos administradores, os benefícios de uma política de divulgação de informações aos sindicatos devem ser analisados a longo prazo, e que para gerarem os benefícios das negociações integrativas tais informações devem ser divulgadas de maneira sistemática ao longo do tempo;
- Quanto aos sindicatos, aumentos no acesso a informações contábeis das empresas acarretariam custos com a preparação de seus dirigentes para lidar com tais informações. Os temores de que tal acesso possa resultar na cooptação ideológica dos representantes sindicais por parte das empresas é rechaçado, por Foley e Maunders (1977), sob o argumento de que sobre um único conjunto de informações se podem construir diferentes interpretações, e que tendo acesso a informações que de outra forma seriam detidas apenas pelos administradores, os sindicalistas ampliariam suas possibilidades de atuação;
- Para os profissionais da contabilidade, o ramo das negociações trabalhistas apresenta oportunidades de atuação pouco exploradas, podendo tais profissionais atuar como consultores ou sendo empregados diretamente pelos sindicatos, além da atuação junto aos administradores também se ampliar;
- Na área acadêmica, os autores expressam a convicção de que as relações entre contabilidade e negociações coletivas oferecem muitos problemas merecedores de atenção por parte dos pesquisadores.

A própria extensão do estudo de Foley e Maunders (1977), cobrindo uma ampla gama de tópicos, o torna extremamente relevante para minha pesquisa. Os autores são felizes no intento de apresentar um panorama dos problemas e do conhecimento obtido, até então, sobre as negociações trabalhistas e os possíveis impactos das informações contábeis sobre elas. Os principais estudos na área que se seguiram à publicação de Foley e Maunders (1977) têm por referência o trabalho destes autores. E este trabalho não ficou imune a críticas, que serão abordadas adiante, o que não lhe tira o mérito de ter ajudado a pôr em evidência uma área de estudos que, ainda hoje, carece de atenção por parte da academia.

2.3.2 Craft (1981)

Craft (1981) analisa o papel da contabilidade nas negociações coletivas e nas relações de trabalho, com o intuito de identificar fatores-chave e propor um modelo analítico para entender as políticas de divulgação das organizações durante estas negociações. Além disso, o autor sugere ainda algumas funções que podem ser desempenhadas pelos contadores durante os processos de negociação coletiva.

Craft (1981) toma como ponto de partida as obras de Palmer (1977, citado por Craft, 1981) e de Foley e Maunders (1977), nas quais os autores concluem que as organizações deveriam aumentar a divulgação de informações contábeis e gerenciais aos sindicatos durante as negociações coletivas em razão de obrigações legais, a fim de tornar as negociações mais eficientes e para estabelecer um clima de cooperação entre as partes. Embora não desconsidere estes elementos, Craft (1981) sustenta ser necessário que se atente para aspectos organizacionais particulares, bem como para fatores comportamentais que possam influenciar as políticas de divulgação de informações aos sindicatos.

Para o autor, são três os fatores que influenciam a divulgação voluntária de informações contábeis das organizações aos sindicatos:

- **Discrecionabilidade** – relaciona-se ao poder de barganha da empresa em relação ao sindicato, ou seja, sua capacidade de chegar a um acordo em seus próprios termos. Quanto maior for o poder de barganha da empresa, maior será sua liberdade para escolher o quanto divulgar de informações além daquelas requeridas por lei;
- **Necessidade** – influenciada pela independência da empresa nas negociações. Se a empresa for uma habitual seguidora do padrão das negociações de seu setor, ou se for representada nas negociações por um sindicato patronal, menor será sua necessidade de divulgar informações contábeis aos sindicatos;
- **Vontade** – o desejo da administração da empresa em fornecer informações ao sindicato é afetado por diversos fatores, inclusive os dois já citados, mas decorre sobretudo da natureza do relacionamento entre as partes. Relacionamentos mais (menos) conflituosos tendem a diminuir (aumentar) a vontade dos administradores de divulgar informações aos sindicatos.

As duas variáveis-chave utilizadas por Craft (1981) para descrever as políticas de divulgação de informações das empresas aos sindicatos são a extensão das informações, que teoricamente podem ir desde nenhuma até à totalidade das informações geradas pela administração para seu próprio uso, e a utilidade destas informações para os sindicatos no âmbito das negociações coletivas, que abrange aspectos como tempestividade, nível de agregação e forma de apresentação das informações.

A combinação destas duas variáveis-chave, extensão e utilidade das informações, leva Craft (1981) a distinguir cinco possíveis políticas de divulgação de informações das empresas aos sindicatos:

- a) **Divulgação limitada** – a administração divulga o mínimo possível de informações, com baixa utilidade ao sindicato. Este cenário é compatível com uma relação de grande conflito entre as partes, em que a administração pretende tornar inefetivas as ações do sindicato;
- b) **Divulgação seletiva** – neste caso, a administração escolhe de maneira cuidadosa e seletiva as informações que irá divulgar. Elas são organizadas e apresentadas de modo que atendam aos requerimentos do sindicato ou à posição de negociação da administração;
- c) **Divulgação julgamental** – a administração divulga informações com objetivos mais amplos do que apenas atender às leis e a sua posição nas negociações. As informações divulgadas podem ter propósitos educacionais, auxiliando o sindicato na formulação de suas demandas, sem contudo atingir um nível de detalhamento que implique em aumento nos custos de gerá-las;
- d) **Divulgação inefetiva** – a maioria ou todas as informações disponíveis são fornecidas, porém a forma como são apresentadas é de pouca utilidade ao sindicato, em função de elas serem organizadas para propósitos outros que não as negociações coletivas, ou em virtude de limitações do próprio sindicato para processar tais informações. A empresa pode adotar esta política para cumprir requerimentos legais de divulgação, ou com intuítos educacionais;
- e) **Divulgação completa** – todas as informações disponíveis são divulgadas, incluindo relatórios e análises especiais para os sindicatos. Este cenário é consistente com uma

relação altamente cooperativa entre administração e sindicato.

Craft (1981) entende ser inapropriado sugerir que uma ampla divulgação de informações contábeis aos sindicatos seja uma política a ser adotada generalizadamente pelas organizações. Pelo contrário, o autor ressalta haver significativa linha de pensamento entre sindicalistas e acadêmicos sustentando a necessidade de que sindicatos e administradores mantenham uma relação equidistante, a fim de que possam exercer adequadamente seus papéis. Assim, as políticas de divulgação de informações contábeis aos sindicatos tenderiam a uma zona de acomodação, conforme representado na ilustração 8.

Ilustração 8 – Políticas de divulgação de informações contábeis aos sindicatos

Fonte: Adaptado de Craft (1981, p. 101).

Por fim, Craft (1981) sugere ainda um modelo para descrever os possíveis papéis desempenhados pelos contadores nos processos de negociação coletiva, conforme a relação que mantenham com as partes e com o grau de envolvimento nas negociações, exposto na ilustração 9. Embora o próprio autor ressalte que seu trabalho é focado na realidade de Estados Unidos e Reino Unido, os modelos que propõe oferecem perspectivas interessantes para entender o papel que a contabilidade exerce nas negociações coletivas. Talvez a principal contribuição de seu trabalho seja o alerta para que se atente a fatores particulares de cada organização, que podem afetar suas políticas de divulgação. A validade dos modelos teóricos

apresentados por Craft (1981) pode ser corroborada através de evidências empíricas sobre processos de negociação coletiva, tais como as obtidas nesta pesquisa.

		Grau de envolvimento no processo de relações de trabalho	
		Baixo	Moderado/Alto
Relação com as partes	Partidário	(1) Sem atuação (2) Preparação de informações sob requerimento especial dos negociadores I	(1) Preparação de itens para negociação e assistência à equipe de negociadores (2) Participação na equipe de negociadores (3) Negociador-chefe II
	Neutro	(1) Auditar os dados apresentados pela administração nas negociações coletivas III	(1) Consultoria com acesso às informações financeiras da empresa, para auxiliar o sindicato (2) Facilitador, mediador e/ou professor, auxiliando ambas as partes no entendimento, uso e interpretação das informações financeiras; ensinar o que deveria ser usado e como deveria ser usado IV

Ilustração 9 – Papéis dos contadores nos processos de negociação coletiva

Fonte: Adaptado de Craft (1981, p. 104).

2.3.3 Jackson-Cox, Thirkell e McQueeney (1984)

Jackson-Cox et al. (1984) examinaram o papel da divulgação de informações contábeis no desenvolvimento das estratégias de negociação coletiva, tanto das empresas quanto dos sindicatos. Para tanto, os autores conduziram um estudo multi-caso com 17 companhias britânicas, de diferentes estruturas de propriedade (nacional ou estrangeira), setores de atuação e número de unidades fabris.

Inicialmente os autores relatam a evolução legislativa ocorrida no Reino Unido ao longo das décadas de 1960 e 1970, desde o início das demandas por garantia de acesso a informações das empresas formulada por uma central sindical em 1960, até a aprovação de uma lei, em 1977, que assegurava este direito aos sindicatos (Jackson-Cox et al., 1984).

Contudo, os autores observam que o efetivo fornecimento de informações aos sindicatos por parte das empresas, dentre os 17 casos analisados, iniciou mais em resposta a restrições impostas pelo ambiente em que operavam, e não em função de pressões ou requerimentos dos sindicatos. Ainda assim, eles afirmam que os casos indicaram haver, de um modo geral, uma

predisposição de administradores e sindicalistas em desenvolver boas práticas de negociação, e um fluxo significativo de informações entre empresas e sindicatos.

Por parte da administração, estes fluxos de informações atendiam a dois padrões gerais: uma abordagem integrativa, e uma abordagem *ad hoc*. Nos casos em que havia uma abordagem integrativa, os administradores demonstravam interesse em desenvolver um senso de identificação dos funcionários com suas respectivas firmas, através do fornecimento periódico de informações contábeis a sindicalistas e trabalhadores. Ao adotarem esta estratégia, os administradores reconheciam a importância de definir a qual segmento e até qual nível da força de trabalho ela seria aplicada. Já nas abordagens *ad hoc* os administradores ou não demonstravam interesse em desenvolver este senso de identificação, ou não chegavam a um consenso sobre como implementar tal estratégia. Nestes casos, as informações eram fornecidas de maneira fragmentada e esporádica, atendendo demandas específicas.

Quanto à abordagem dos sindicatos em relação ao uso de informações contábeis, os autores apontam que ela era restringida ou facilitada pela natureza das instituições de consulta mútua existentes nas empresas analisadas, tais como comitês de segurança no trabalho, fóruns periódicos entre administração e trabalhadores, etc. Contudo, o processo de divulgação de informações aos sindicatos também contribuía para o desenvolvimento destas instituições, na medida em que despertava o interesse dos trabalhadores por assuntos ligados à gestão das empresas.

Neste ponto, os autores destacam que o principal fator de distinção entre as diversas abordagens dos sindicatos era a segmentação interna da força de trabalho em cada empresa, com os sindicatos de trabalhadores das áreas administrativas (*white collars*) demonstrando maior interesse na obtenção e uso de informações contábeis do que os sindicatos de trabalhadores das áreas fabris (*blue collars*).

Os autores argumentam que o fornecimento de informações contábeis aos sindicatos é particularmente importante para que eles desenvolvam **inteligência**, ou seja, aumentem sua compreensão sobre a gestão das entidades e sua capacidade de perceber novos assuntos para explorar nas negociações coletivas. Nos casos analisados, porém, a falta de *expertise* por parte

dos sindicalistas, necessária para questionar as informações da administração, os forçava a aceitá-las ou rejeitá-las completamente, sem que conseguissem utilizá-las de modo estratégico.

Nas negociações salariais, enquanto a administração buscava enfatizar medidas internas de capacidade de pagamento, os representantes sindicais geralmente adotavam padrões externos na formulação de suas demandas salariais. O desejo da administração em fornecer informações contábeis acabava por reforçar a ideia dos representantes sindicais de que estariam melhor sem estas informações, e os deixava desconfiados de quaisquer informações repassadas pela administração. Informações sobre a capacidade de pagamento das companhias só se tornavam relevantes aos sindicalistas quando ficava claro que não haveria chances de se atingir as metas estipuladas para as negociações, ou quando a empresa parecia estar tendo um desempenho muito bom.

Outro ponto identificado pelos autores foi que, por vezes, os representantes sindicais consideravam que as informações oriundas dos sistemas contábeis das companhias eram demasiadamente agregadas, tornando-as de pouca utilidade para os propósitos dos sindicatos, sobretudo nas fábricas ligadas a uma estrutura corporativa maior.

Os autores concluíram que a asseguaração de acesso dos sindicatos a informações contábeis pela legislação britânica havia tido pouco impacto nas negociações coletivas; que o uso de tais informações nos processos de negociação era limitado; e que embora as políticas de divulgação das empresas pudessem levar, por um lado, a um processo de identificação dos empregados com suas empresas, minando a representatividade dos movimentos sindicais, elas poderiam também, ao contrário, levar a um aumento da capacidade crítica dos sindicatos, permitindo-lhes questionar as decisões dos administradores.

O estudo de Jackson-Cox et al. (1984) retrata a multiplicidade de abordagens que diferentes sindicatos podem dar às informações contábeis, rechaçando a ideia de que haja um perfil geral de atuação por parte dos mesmos. Em relação à presente pesquisa, tal constatação reforça a ideia de que seus resultados não podem ser generalizados, sendo a documentação de uma dentre diversas possibilidades de uso das informações contábeis por parte dos movimentos

sindicais. Outra contribuição importante do estudo é chamar a atenção para a influência que a divulgação de informações contábeis pode ter a longo prazo nas relações entre empresas e sindicatos, não sendo restrita apenas aos resultados de negociações coletivas específicas.

2.3.4 Ogden e Bougen (1985)

Ogden e Bougen (1985) apresentam uma visão alternativa sobre as questões que devem ser abordadas nas discussões sobre a divulgação de informações contábeis aos sindicatos nos processos de negociações coletivas. Os autores criticam estudos prévios que adotam, segundo eles, duas premissas básicas: a de que à administração cabe custodiar os processos e estruturas organizacionais, dirigindo e coordenando as atividades da organização rumo a metas acordadas e calcadas nos conceitos de eficiência e racionalidade, se valendo do apoio da contabilidade no desempenho destas tarefas; e a de que os interesses da administração equivalem aos de todas as partes envolvidas, ignorando os antagonismos e conflitos existentes. As principais características dos quatro estudos analisados pelos autores são resumidas no quadro 3.

Por conta disso, Ogden e Bougen (1985) analisam as organizações sob uma óptica marxista, acreditando assim poderem oferecer questionamentos relevantes ao debate sobre a divulgação de informações contábeis nos processos de negociação coletiva. Para eles, a principal característica das sociedades capitalistas é a busca pelo lucro, através da apropriação de mais-valia. Esta busca contrapõe a classe dominante, a dos capitalistas, à classe subordinada, composta pelos trabalhadores.

Com os meios de produção controlados pela classe dominante, resta à classe dominada a venda de sua força de trabalho, como único meio de subsistência. Em troca do salário, os trabalhadores colocam sua força de trabalho à disposição dos empregadores, os quais procuram utilizá-la em atividades produtivas cujos frutos são apropriados na forma de lucro.

Quadro 3 – Principais características dos estudos analisados por Ogden e Bougen (1985)

	Modelos			
	Palmer (1977, citado por Ogden & Bougen, 1985)	Craft (1981)	Foley e Maunders (1977)	Pope e Peel (1981, citado por Ogden & Bougen, 1985)
Relacionamento entre os negociadores	Cooperação: não mais conflituoso	Adversariedade: as partes mantêm uma relação de independência	Pluralismo: diferentes grupos de interesse, com diferentes objetivos, mas reconciliáveis através de acordos negociados	Conflito em consequência de diferentes arranjos informacionais
Objetivos dos negociadores	Manter a viabilidade econômica da empresa	Alocar recursos escassos, visando manter a organização viável como coalizão de diversos grupos	Solução conjunta de problemas	Alcançar soluções negociadas
Pauta de negociações	Remuneração e condições de trabalho	Remuneração	Remuneração e condições de trabalho	Remuneração
Distribuição de poder	Ignorada e não-especificada	Desigual, porém os sindicatos têm poder para irritar a administração	Igualitária: nenhuma parte tem poder suficiente para coagir a outra	Vantagem da administração desfrutada através da posse de informações
Papel da informação contábil nas negociações	Permitir que se tomem as decisões “ótimas”: tomar as negociações mais profissionais	Arma tática de negociação para a administração	Estruturação atitudinal de longo prazo para promover a confiança	Input racional ao modelo de tomada de decisões dos sindicatos, reduzindo os erros de suas previsões
Prescrição de divulgação	Aumento da disponibilidade	Tida como inapropriada, exceto se variáveis organizacionais contingenciais indicarem de outra maneira	Divulgação sistemática e completa	Divulgação completa, sujeita a limitações de custos de processamento

Fonte: Adaptado de Ogden e Bougen (1985, p. 214).

Como a expropriação de mais-valia é uma atividade econômica, as relações de dominação e subordinação se mostram mais necessárias, e portanto mais explícitas, no âmbito das relações econômicas. Assim, as organizações são vistas por Ogden e Bougen (1985) como arenas onde se dá o conflito de classes. Neste conflito, os empregadores desejam utilizar a força de trabalho da maneira mais flexível possível, enquanto os empregados desejam exercer certo controle sobre a forma como são utilizados, a fim de minimizar sua insegurança e exploração.

Logo, Ogden e Bougen (1985) entendem que uma das principais tarefas da administração é garantir o controle da força de trabalho. Este controle pode se dar através de estratégias de coerção, como o emprego de tecnologia e a separação entre concepção e execução do trabalho, ficando a primeira a cargo da gerência e apenas a última sendo repassada aos trabalhadores; mas pode também se dar através do consentimento dos trabalhadores, obtido através de estratégias como administração científica, relações humanas, segurança do trabalho, enriquecimento de tarefas, programas de humanização do trabalho, etc. No entanto, independentemente das estratégias que a administração adote, seu objetivo permanece o mesmo: exercer o controle gerencial sobre o trabalho.

Para os autores, a divulgação de informações aos sindicatos pela gerência pode também ser

entendida como uma estratégia de exercício do controle gerencial, numa tentativa de persuadir os trabalhadores a adotar uma visão dos processos organizacionais orientada para valores como lucro, racionalidade e eficiência, servindo para evitar que eles se atenham a outros objetivos.

Assim, a contabilidade exerceria uma função latente, funcionando como um mecanismo ideológico para propagar e reforçar os valores e propósitos da administração. A divulgação de informações contábeis aos sindicatos teria potencial para obter deles maior envolvimento, lealdade e comprometimento com os objetivos organizacionais estipulados pela administração, servindo como um meio de recrutamento ideológico voltado a educar os sindicatos nos termos desta.

Tal divulgação, se sistemática e não-seletiva, pode fornecer bases para legitimar o exercício da autoridade gerencial. As informações contábeis se tornariam meios para enfatizar uma natureza técnica dos problemas que a organização enfrenta, e um papel dos administradores como especialistas a procura de soluções técnicas. Assim, afastariam-se os aspectos políticos que permeiam as relações de trabalho, desarmando-se possíveis oposições dos sindicatos às decisões da administração.

Os sindicatos, ao se assegurarem da divulgação sistemática de informações contábeis, por um lado reduziriam sua desvantagem informacional perante as empresas nos processos de negociação coletiva, advinda da posse de informações exclusivas por parte destas. Por outro lado, eles se exporiam ao condicionamento ideológico latente nestas informações. Ao conduzirem negociações baseadas em informações contábeis, estariam aceitando um discurso cuja lógica pertence à administração.

Para evitar tal situação, Ogden e Bougen (1985) propõem que os sindicatos desenvolvam critérios alternativos para avaliar o desempenho organizacional, mantendo a integridade e distinção de suas próprias demandas e interesses em relação àqueles oriundos da administração. Assim, poderiam avaliar criticamente as informações contábeis apresentadas pelos administradores, tanto em termos de mensuração de desempenho quanto em termos de importância no processo de negociação coletiva.

Em que pese a posição cética dos autores quanto à utilidade das informações contábeis aos representantes dos trabalhadores, a contribuição principal que se obtém do artigo é a atenção que ele desperta para fatores que outros estudos ignoram: aspectos políticos e ideológicos presentes na atuação de sindicatos e empresas, que não se limitam ao âmbito das organizações, mas são antes decorrentes das estruturas sociais subjacentes a elas. Levar em conta estes aspectos nas análises de processos de negociação coletiva contribui para que tais análises sejam mais profundas, e portanto mais reveladoras.

2.3.5 Amernic (1985)

Amernic (1985), tendo exercido o papel de especialista contábil da equipe de negociação da associação dos professores com a Universidade de Toronto, relativa ao exercício de 1981/1982, procurou descrever e avaliar os papéis que a informação contábil desempenhou neste processo. Para tanto, propôs um esquema para os possíveis papéis da informação contábil em negociações coletivas, recorrendo ao modelo de Walton e McKersie (1965), descrito na seção 2.2, e ao modelo de papéis da contabilidade nas organizações, de Burchell et al. (1980).

Burchell et al. (1980) descrevem quatro possíveis papéis que a contabilidade pode exercer nas organizações, determinados pelo grau de incerteza ou discordância (alto ou baixo) em relação aos objetivos da organização e em relação ao padrão de causalidade que determina as consequências das ações tomadas:

- a) **Máquina de respostas** – a informação contábil abriga algoritmos, fórmulas e regras para a tomada de decisão;
- b) **Máquina de aprendizado** – a informação contábil subsidia análises de cenários, ajuda a explicar presunções, etc.;
- c) **Máquina de munição** – a informação contábil é utilizada para promover as posições das partes interessadas; e
- d) **Máquina de racionalização** – a informação contábil serve para legitimar e justificar decisões já tomadas.

Ilustração 10 – Incerteza, tomada de decisão e papéis da contabilidade na prática

Fonte: Adaptado de Burchell et al. (1980, p. 14).

Conjugando ambos os modelos, Armenic (1985) propôs o esquema descrito na ilustração 11 para os possíveis papéis da informação contábil em negociações coletivas, no qual os fatores determinantes destes papéis são a natureza intrínseca do item sendo negociado, que pode ensejar interesses divergentes ou convergentes; a natureza do ambiente geral das negociações, que pode ser de conflito ou de conciliação; e as incertezas quanto aos efeitos das decisões tomadas, que podem ser altas ou baixas.

Ilustração 11 – Papéis da informação contábil em negociações coletivas

Fonte: Adaptado de Armenic (1985, p. 235).

O uso da contabilidade no processo de estruturação atitudinal descrito por Walton e McKersie (1965) é contemplado na coluna 2 da ilustração 11, onde a política de divulgação de informações contábeis pode ser moldada para melhorar ou para deteriorar o ambiente de negociação. Embora o esquema ignore o subprocesso de negociações intraorganizacionais, ele pode ser analisado de maneira semelhante, dependendo do grau de consenso entre os membros de cada uma das partes negociantes (Amernic, 1985).

Por ser um participante das negociações, o autor teve acesso a evidências em primeira mão, o que contribuiu para a profundidade de suas análises. Contudo, esta participação também poderia ser prejudicial à análise objetiva dos fatos, razão pela qual ele se valeu de suas anotações e de documentos relacionados à negociação, tendo ainda aguardado um período de aproximadamente seis meses para dar início a suas reflexões a respeito do caso.

Com base nas reflexões advindas do estudo, Amernic (1985) levantou algumas hipóteses a respeito dos papéis que a informação contábil desempenha em negociações coletivas, dentre as quais destaco:

- As políticas de divulgação de informações, por parte da administração, e de demanda de informações, por parte do sindicato, antes e durante as negociações, podem afetar o relacionamento entre as partes;
- A natureza do relacionamento entre as partes, por sua vez, também pode afetar as políticas tanto da administração quanto do sindicato em relação às informações;
- Modelos baseados nas necessidades dos usuários têm utilidade limitada no entendimento dos papéis da contabilidade em negociações coletivas, devendo ser complementados por modelos que levem em conta aspectos políticos.

As reflexões apresentadas por Amernic (1985) contribuem para que se tenha uma visão mais ampla das funções que a informação contábil pode desempenhar nos processos de negociação coletiva, não se limitando simplesmente à tomada de decisões econômicas, como frequentemente é sugerido na literatura contábil.

2.3.6 Owen e Lloyd (1985)

Owen e Lloyd (1985) fazem uma revisão crítica de estudos empíricos a respeito do uso de informações contábeis no processo de negociação entre sindicatos e empresas, realizados na Inglaterra entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 sob patrocínio do *Social Science Research Council* (SSRC).

Os estudos conduzidos por Moore, Gold e Levie (1979, citado por Owen & Lloyd, 1985) e por Moore e Levie (1981, citado por Owen & Lloyd, 1985) tratavam de casos onde grandes mudanças no ambiente de trabalho estavam ocorrendo ou em curso de ocorrer, tais como fusão de companhias, introdução de planos de participação nos resultados ou fechamento de fábricas. Estes autores acabaram por identificar, no último estudo, fatores dinâmicos capazes de modificar a divulgação para e o uso de informações contábeis pelos sindicatos: estratégia e estilo da administração, a situação econômica geral e, principalmente, a ambição das demandas dos sindicatos. Basicamente, os autores sustentavam que quanto mais ambiciosas se tornassem as demandas informacionais dos sindicatos, mais amplos seriam seus usos destas informações.

Já Jackson-Cox et al. (1984), como visto na seção 2.3.3, sustentavam a ideia de que o uso de informações contábeis seria importante para que os sindicatos pudessem identificar o surgimento de novos assuntos ligados às companhias e mudanças de estratégia por parte dos administradores que ainda não tivessem sido totalmente desenvolvidas ou divulgadas.

Reeves e McGovern (1981, citado por Owen & Lloyd, 1985) destacavam que o uso de informações contábeis por parte de sindicalistas permanecia limitado, mesmo que tivessem identificado cenários em que os sindicalistas demonstrassem interesse em utilizar tais informações e as companhias se mostrassem, na visão dos autores, dispostas a divulgar tais informações. Dentre as causas para este baixo uso, os autores apontavam a falta de suporte da base sindical ao uso deste tipo de informação.

Uma das críticas de Owen e Lloyd (1985) a estes estudos era por terem assumido, sem questionamentos, a ideia de que as demonstrações financeiras seriam potencialmente úteis aos sindicalistas, levando seus autores a desconsiderar possíveis explicações para o baixo grau de

utilização destas demonstrações identificado em seus estudos. Tal premissa, assumida com base em considerações de racionalidade econômica, ignora que as informações contábeis podem assumir um papel de ferramenta ideológica para a propagação e reforço dos valores e propósitos dos administradores. Sendo tais valores e propósitos conflitantes com os dos trabalhadores, este papel assumido pelas informações contábeis pode motivar os trabalhadores a ignorá-las. Outro aspecto destes estudos que é criticado por Owen e Lloyd (1985) é a aparente crença e busca por objetivos universais dos sindicatos, ignorando prováveis distinções entre diferentes categorias de trabalhadores, por exemplo.

As críticas apresentadas pelos autores e as sugestões por eles apresentadas, de que futuros estudos levem em conta as diferenças entre negociadores que atuam em tempo integral no sindicato e aqueles que atuam ocasionalmente nesta função, entre sindicatos de trabalhadores fabris e de trabalhadores de escritório, e entre lideranças sindicais de diferentes estilos, parecem pertinentes também à minha dissertação, ressaltando mais uma vez o caráter contingencial dos resultados que obtive.

2.3.7 Liberty e Zimmerman (1986)

Liberty e Zimmerman (1986) investigam se os administradores reduzem os resultados publicados durante as negociações coletivas, em comparação aos resultados publicados antes e após estas negociações.

Considerando que os resultados publicados pelas empresas afetem implicitamente as negociações coletivas, os autores argumentam que administradores teriam incentivos para manipular tais resultados durante os períodos de negociação, desde que os custos incorridos por eles (aumento da probabilidade de *default* em relação às cláusulas de *covenants* sobre as dívidas da empresa e redução de seus próprios bônus) fossem inferiores aos benefícios esperados desta atitude (menores concessões de aumentos salariais). Quanto aos sindicatos, assume-se que os lucros contábeis lhes forneçam informações sobre o desempenho econômico das empresas, e que quanto melhores forem estes desempenhos, maiores serão suas demandas. Caso os sindicatos não tenham capacidade de identificar e corrigir as distorções provocadas pelos administradores, o gerenciamento de resultados traria a estes o benefício esperado.

Analisando séries temporais de resultados publicados trimestralmente e anualmente por 105 companhias estadunidenses, no período de 1968 a 1981, os autores avaliaram se nos períodos em que houve negociações com os sindicatos os resultados inesperados das empresas foram menores do que nos períodos circuncindantes. Assumindo que os resultados publicados seguem um passeio aleatório, as medidas de resultados inesperados adotadas pelos autores foram obtidas, basicamente, por diferenças entre os resultados publicados em cada período e resultados publicados em períodos anteriores. Os resultados associados às negociações trabalhistas (período $t = 0$) foram aqueles divulgados imediatamente antes das datas em que foram celebrados os acordos entre empresas e sindicatos, nos casos em que tal informação estava disponível nas bases de dados consultadas, ou então os anteriores à data de entrada em vigor de tais acordos.

A fim de validar os resultados obtidos, Liberty e Zimmerman (1986) os compararam aos de outras duas amostras: uma de empresas selecionadas aleatoriamente, e uma de empresas similares às que compunham a amostra selecionada para estudo. Os testes estatísticos rejeitaram a hipótese de que houvesse redução dos resultados divulgados pelas companhias durante os períodos de negociações coletivas. Na interpretação dos autores, estes resultados eram compatíveis com três explicações:

- As companhias da amostra analisada apresentaram, ao longo de todo o período coberto pela análise, desempenho inferior ao das que compunham a amostra aleatória. Isso indicaria que a força de trabalho sindicalizada é um fator que contribui para um pior desempenho das companhias, e que portanto, em face deste menor desempenho, seus administradores não teriam incentivos para reduzir, através de manipulação, os resultados divulgados;
- Os sindicatos seriam capazes de identificar e corrigir eventuais manipulações de resultados, eliminando qualquer benefício que esta prática pudesse trazer, o que levaria os administradores a não utilizá-la; e
- Os testes utilizados seriam incapazes de detectar manipulações de resultados, em virtude do tamanho reduzido da amostra, das especificações feitas quanto ao período em que a manipulação ocorreria, e pela falta de controles em relação aos efeitos das negociações coletivas sobre o fluxo de caixa das companhias.

Embora os resultados de Liberty e Zimmerman (1986) contradigam o receio manifestado em diversas oportunidades por acadêmicos e por lideranças sindicais em relação à manipulação de resultados (Amernic, 1985; Ezzamel, Willmott, & Worthington, 2004; Foley & Maunders, 1977; Gomes, 1998; Jackson-Cox et al., 1984; Ogden & Bougen, 1985), os métodos empregados no estudo parecem-me bastante limitados para detectar este tipo de comportamento. As definições operacionais de resultados inesperados como diferenças entre resultados publicados em períodos distintos, assumindo que tais resultados se comportem de maneira aleatória, ignoram diversos fatores que podem levar a uma correlação serial dos mesmos. Ademais, em que pese a robustez estatística dos testes realizados, creio que as diversas simplificações adotadas nos modelos especificados pelos autores limitem sua capacidade de representar adequadamente uma realidade que se mostra muito mais complexa.

2.3.8 Amernic (1988)

Amernic (1988) apresenta uma revisão de trabalhos a respeito da divulgação de informações contábeis no âmbito das relações de trabalho e das negociações coletivas, com o objetivo de identificar assuntos merecedores de atenção por parte dos pesquisadores com interesse na área. Primeiramente, o autor descreve três situações que ilustram a importância das informações contábeis nas relações de trabalho:

- A introdução do custo corrente, em 1977, pela subsidiária da Ford no Reino Unido, a fim de melhor refletir os efeitos da inflação em suas demonstrações financeiras, que levou os sindicatos envolvidos a contratar consultores para avaliar de maneira independente os critérios adotados pela companhia. Estes consultores entenderam que os critérios adotados pela companhia subestimavam o resultado do período; que o método adotado para refletir os efeitos inflacionários era apenas um dentre muitos, dos quais nenhum tinha aceitação geral; que os tributos diferidos não haviam sido levados em consideração; e que os gastos com bens de capital eram inferiores ao montante da depreciação calculada pelo custo corrente, indicando que a companhia não vinha mantendo seu capital físico. Os sindicatos tornaram públicas as conclusões dos consultores, criticando a companhia por não manter os níveis de investimento no país, a despeito do aumento de seus lucros e da restrição ao aumento de salários. Segundo

Amernic (1988), este caso exemplifica que quando as informações contábeis se tornam foco de atenção elas acabam moldando a visão dos participantes sobre aquilo que é importante, e que o mesmo conjunto de informações contábeis pode ser útil a diferentes atores e servir a diferentes finalidades;

- A contratação de um consultor, em 1985, por parte da associação de clubes da liga de beisebol estadunidense, com a finalidade de avaliar se estes clubes estavam ganhando ou perdendo dinheiro com as operações ligadas ao esporte, questão que gerava controvérsia entre os clubes e o sindicato dos atletas. Em resposta, o sindicato dos atletas também contratou um consultor para realizar o mesmo trabalho. Ambos os consultores, professores universitários, concluíram que as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas contábeis vigentes (US GAAP) não refletiam adequadamente a situação dos clubes, devido aos tratamentos preconizados em relação a partes relacionadas e remunerações de longo prazo, dentre outros. Amernic (1988) sustenta que este caso reflete como as informações contábeis podem, por vezes, ter forte impacto sobre as negociações coletivas, quando então controvérsias contábeis se transformam em controvérsias nas relações entre empresas e sindicatos;
- A crítica apresentada por sindicatos, em 1979, a um estudo de viabilidade elaborado pela Massey-Ferguson, multinacional do setor de máquinas e implementos agrícolas que pretendia fechar sua planta na cidade de Kilmarnock, na Escócia. Segundo os sindicatos, o estudo da companhia era uma justificativa elaborada após a decisão de fechar a planta ter sido tomada, sendo uma mera atividade de propaganda para minar a oposição dos trabalhadores e do governo. Amernic (1988) teve acesso apenas à crítica dos sindicatos, a qual lhe pareceu ter sido elaborada de maneira razoável. Para ele, o estudo feito pela companhia, ao qual não teve acesso, poderia representar uma tentativa de preservar sua imagem junto ao público e aos governantes britânicos, já que era intenção da mesma continuar fazendo negócios no país.

Com estes três exemplos, Amernic (1988) procura ilustrar os diversos papéis que as informações contábeis podem desempenhar nas relações de trabalho e nas negociações coletivas, ressaltando a importância de que se realizem pesquisas sistemáticas a respeito destes papéis, a fim de aumentar a compreensão a respeito do tema.

Um aspecto importante de tais pesquisas, no entendimento do autor, é a visão de mundo dos pesquisadores, que pode delimitar aquilo que venha a ser considerado como problema de pesquisa. Amernic (1988) identifica três diferentes perspectivas usualmente adotadas nos trabalhos sobre a divulgação de informações contábeis no contexto das relações de trabalho:

- **Perspectiva unitária** – os autores que partem desta perspectiva veem as organizações de maneira análoga a times: sistemas unitários com uma única fonte de autoridade, e com foco na lealdade de seus participantes. Enfatizam a conciliação de interesses e objetivos comuns a todos os participantes, com as prerrogativas da administração sendo legitimadas por todos eles;
- **Perspectiva pluralista** – vindo na perspectiva unitária pouca correspondência à realidade, uma vez que os conflitos são tratados como se fossem anomalias, os autores que adotam a perspectiva pluralista enxergam o processo de tomada de decisões dentro das organizações como resultado de conflitos e acordos entre diferentes grupos de poder e de interesse. No entanto, estes diferentes grupos compartilham a crença de que é desejável a continuidade da estrutura organizacional, ainda que os conflitos do dia a dia possam ser intensos;
- **Perspectiva radical** – autores que adotam linhas marxistas de pensamento veem, subjacente às relações entre empregados e empregadores, um radical conflito de interesses entre classes sociais distintas e antagônicas: os trabalhadores que, desprovidos da propriedade dos meios de produção, precisam vender sua força de trabalho a fim de garantir sua subsistência; e os capitalistas que, detendo a propriedade dos meios de produção, exploram esta força de trabalho e lhe remuneram por valor inferior àquele que ela gera, expropriando esta diferença ou mais-valia. Para estes autores a visão pluralista, em que a classe dominante é apresentada como apenas mais um grupo de interesse, acaba servindo como uma ferramenta ideológica de subordinação das classes dominadas, legitimando o *status quo*.

Por fim, Amernic (1988) constata que a literatura contábil recente é orientada para os usuários, predominando a visão de que as informações desejadas por grupos de interesse legítimos devem ser divulgadas pelas organizações, desde que os benefícios trazidos por estas informações superem os custos para gerá-las. Em relação às negociações coletivas, Amernic

(1988) destaca três possíveis dimensões em que a divulgação de informações contábeis pode ser abordada, e algumas das questões que podem ser abordadas em cada uma delas:

- a) **Perspectiva dos sindicatos** – Qual deve ser a política de demanda de informações por parte do sindicato?
- b) **Dimensão gerencial** – Qual é a política de divulgação ótima do ponto de vista dos administradores? Esta política deve visar à maximização da riqueza dos acionistas, ou ter objetivos mais amplos? A divulgação de informações deve ser restrita aos sindicatos, no âmbito das negociações coletivas, ou a administração deve procurar se comunicar diretamente com seus empregados?
- c) **Dimensão de política pública** – O conjunto corrente de normas que regulam a divulgação de informações contábeis aos sindicatos é ótimo?

Alguns dos trabalhos revisados por Amernic (1988) também o são nesta dissertação (Craft, 1981; Foley & Maunders, 1977; Jackson-Cox et al., 1984). Por fim, o autor lembra que a divulgação de informações não é a única área passível de estudo na interface entre a contabilidade e as relações de trabalho. Outros temas que podem despertar interesse são os custos de contratação, análises de custo/benefício de greves e paralisações, os impactos das informações sobre os processos e nos resultados das negociações, dentre outras áreas de pesquisa relevantes.

2.3.9 Elias (1990)

Elias (1990) analisa os efeitos da divulgação de informações contábeis aos representantes sindicais nos resultados das negociações, através de um experimento com 80 participantes, divididos em 40 pares de negociação, nos quais foi atribuído a cada componente o papel ou de administrador ou de sindicalista. Os participantes eram estudantes universitários, e seus papéis lhes foram atribuídos por sorteio.

Aos participantes foi solicitado que negociassem uma proposta de aumento salarial, tendo cada um deles recebido informações a respeito do cenário em que estaria inserida a empresa. As variáveis manipuladas no experimento foram duas: a divulgação prévia ou não, aos

representantes sindicais, de informações contábeis relativas à empresa, e um cenário de lucro ou de prejuízo. As hipóteses testadas, e seus respectivos resultados, foram os seguintes:

- **H1: Hipótese da expectativa de informação** – as expectativas dos negociadores sindicais quanto aos acordos, bem como suas percepções quanto a um acordo justo, bom ou ruim, expressas no percentual de aumento a ser acordado e medidas através de questionário aplicado antes da rodada de negociações, seriam maiores no cenário de assimetria de informações. Esta hipótese foi suportada de um modo geral, mas só obteve significância estatística no cenário de prejuízo;
- **H2: Hipótese da convergência de informações** – as divergências de expectativas entre as partes, tanto pré quanto pós-negociações, também expressas pelo percentual de aumento esperado e medidas através de questionários aplicados antes e após a rodada de negociações, seriam maiores no cenário de assimetria de informações. A hipótese foi suportada em relação às divergências pré-negociação, mas não quanto às pós-negociação;
- **H3: Hipótese da fraqueza da informação** – os percentuais de aumento concedidos aos trabalhadores seriam maiores no cenário de assimetria de informações. Esta hipótese não foi suportada;
- **H4: Hipótese da justeza percebida** – os percentuais de aumento concedidos aos trabalhadores seriam maiores no cenário de lucro do que no de prejuízo. Os percentuais de aumento concedidos aos trabalhadores seriam menores (maiores), no cenário de assimetria de informações, quando houvesse lucro (prejuízo). Suportada apenas na relação dos acordos com os cenários de lucro ou prejuízo, mas não quanto aos efeitos da assimetria.

O estudo de Elias (1990) se destaca pela abordagem metodológica dada ao problema, bastante distinta em relação ao que se costuma encontrar na área. A principal vantagem que um experimento proporciona é o controle que o pesquisador tem sobre as variáveis estudadas, sendo a forma de estudo que melhor se adapta ao propósito de identificar relações causais entre variáveis (Martins & Theóphilo, 2009).

No entanto, ao utilizar estudantes sem vivência nestas negociações e ao ignorar o aspecto de coletividade que as caracteriza, definido-as como um problema entre dois indivíduos, o cenário reproduzido em laboratório pelo autor desconsidera uma série de fatores apontados por pesquisas de campo como sendo capazes de influenciar as negociações coletivas, tais quais a discricionariedade, necessidade e vontade da administração em divulgar informações contábeis ao sindicato (Craft, 1981), a existência de órgãos permanentes de consulta mútua entre empresa e sindicato (Jackson-Cox et al., 1984), o histórico de relacionamento entre as partes (Amernic, 1985), distinções na natureza das funções exercidas pela força de trabalho representada pelo sindicato, na dedicação dos negociadores sindicais a esta tarefa e no estilo de liderança exercido pelos sindicalistas (Owen & Lloyd, 1985), e o acesso dos trabalhadores a informações internas das empresas e a capacitação dos representantes sindicais para lidar com informações contábeis (McBarnet et al., 1993).

A despeito destas lacunas, o esforço de Elias (1990) em obter resultados experimentalmente controlados me parece louvável. Cabe tentar compará-los a evidências obtidas em campo, como as que pretendo coletar nesta pesquisa. Como meu foco foi em apenas um caso, não creio que seja possível avaliar o trabalho de Elias (1990) através dos resultados por mim obtidos. No entanto, em conjunto com resultados obtidos em outras pesquisas sobre o tema, podem contribuir para que se avalie até que ponto o cenário reproduzido em laboratório representa adequadamente as negociações coletivas.

2.3.10 McBarnet et al. (1993)

McBarnet et al. (1993) investigam se as informações contábeis são necessariamente ferramentas capitalistas, ou se podem ser utilizadas de maneira estratégica ou contestatória por quem tenha acesso a elas, bem como habilidade e interesse em utilizá-las em benefício próprio.

Primeiramente, os autores relatam uma série de tentativas de aquisição hostil ocorridas no Reino Unido durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, onde as informações contábeis das ofertantes foram utilizadas, pelas firmas sob assédio, de modo a evitar estes eventos. Por exemplo, uma das companhias sob assédio publicou um relatório de 93 páginas,

analisando a situação financeira da companhia que pretendia adquiri-la, no qual a classificava como tecnicamente insolvente. Muitos analistas e a própria ofertante apontaram este fato como sendo o estopim para um processo de perda de confiança na companhia, que a levou a registrar um prejuízo recorde para companhias australianas durante o ano de 1989 (McBarnet et al., 1993).

Diante de fatos com este, os autores buscaram evidências de que este tipo de uso das informações contábeis pudesse ocorrer não apenas em disputas entre detentores de capital, mas também no âmbito das relações entre capital e trabalho, já que a literatura a respeito do tema apresentava uma visão cética a respeito, com base em três principais problemas: acesso a informações adequadas, habilidade dos representantes sindicais para lidar com as informações obtidas, e a disposição ideológica dos representantes sindicais em relação às mesmas. Assim, através de entrevistas com representantes do movimento sindical britânico, os autores analisaram 24 casos onde sindicatos solicitaram apoio a uma central sindical para analisar informações contábeis, a fim de investigar se as técnicas contábeis e informações financeiras eram necessariamente ferramentas de controle gerencial, ou se poderiam ser utilizadas também pelos trabalhadores em interesse próprio.

De acordo com o estudo, os sindicatos utilizavam informações financeiras para uma série de propósitos, tais como negociações salariais, situações de aquisições e fusões de empresas, discussões sobre saúde e segurança do trabalho, remuneração baseada em resultados, para campanhas de recrutamento de filiados e para fins de propaganda. A forma de utilização destas informações pelos sindicatos foi classificada pelos autores em três categorias:

- **Consensual** – as informações contábeis são tidas como objetivas e aceitas tal qual interpretadas pela administração. Tal uso pode acarretar na incorporação ideológica do movimento sindical, com as informações contábeis servindo para legitimar e reforçar os posicionamentos dos administradores;
- **Estratégica** – as informações são tratadas como objetivas, porém sua interpretação e utilização se dão conforme os interesses do sindicato, o que não implica em concordância com os objetivos dos administradores, tampouco em comprometimento a aceitar as regras por eles impostas. Isto acontece, por exemplo, quando informações

contábeis são utilizadas como munição pelo sindicato, a fim de contestar o discurso dos administradores, ou quando estas informações são utilizadas como ferramenta de propaganda para mobilizar as bases sindicais;

- **Contestatória** – questionam-se ou as decisões tomadas com base nas informações contábeis, ou as próprias políticas contábeis adotadas pela organização. Embora as informações sejam vistas com desconfiança, elas podem acabar fornecendo vantagens pragmáticas aos sindicalistas, uma vez que permitam, por exemplo, detectar, expor e questionar a utilização de práticas contábeis questionáveis e que atendam a interesses dos administradores.

Nos diferentes casos analisados, os autores encontraram evidências de uso rotineiro das informações contábeis por parte dos sindicatos, com diversas finalidades e de cada uma das maneiras descritas. Portanto, eles concluem que tais informações podem ser utilizadas de maneira estratégica ou contestatória pelos sindicatos, não devendo ser vistas como ferramentas exclusivas dos administradores.

Além disso, os autores ressaltam ainda o acesso que os empregados têm a informações internas das empresas, o que pode incrementar seus usos estratégico e contestatório das informações contábeis em comparação a outros grupos de usuários. Como exemplo, os autores relatam o caso de uma companhia cuja produção era ajustada para atender variações sazonais na demanda por seus produtos. Ao perceberem que em determinado ano o padrão de ajuste não se repetiria, os funcionários deram início, através de seu sindicato, a uma investigação através das demonstrações financeiras da companhia e de sua principal concorrente, que indicou uma expansão das atividades da última. Contatos com funcionários da companhia concorrente revelaram que este incremento se dera em função de pedidos de clientes oriundos de sua rival, cujos funcionários se alertaram para uma possível aquisição até então não divulgada, mas que se concretizou três meses depois (McBarnet et al., 1993).

Embora McBarnet et al. (1993) ressaltem possíveis barreiras práticas na utilização de informações contábeis pelos sindicatos, como a falta de coordenação, de preparo e de recursos, o estudo aponta claramente a possibilidade de que estas informações sejam úteis aos mesmos. As limitações metodológicas apontadas pelos autores (amostra selecionada por

acessibilidade, considerando apenas sindicatos que haviam manifestado interesse em utilizar informações contábeis), antes de enfraquecer as conclusões obtidas, sugerem o aprofundamento das investigações sobre o tema.

2.3.11 Bougen (1994)

Utilizando evidências documentais sobre o programa de participação nos resultados de uma empresa britânica durante o período entre 1921 e 1931, caracterizado pela existência de um comitê consultivo composto por representantes da administração e dos trabalhadores, Bougen (1994) analisa as relações entre contabilidade e trabalho, apontando deficiências no conhecimento sobre ambos, bem como os limites das características construtivas e destrutivas da contabilidade.

O autor começa destacando que o papel da contabilidade nas organizações é tradicionalmente visto como sendo construtivo, integrando atividades, processos e recursos e possuindo propriedades que facilitam o estabelecimento dos regimes de verdade dos administradores, caracterizados pela mescla entre regras, mensurações, discursos e filosofias. Por outro lado, Bougen (1994) relata que se costuma atribuir ao trabalho um papel destrutivo, caracterizado por preguiça, ignorância e desperdício. No entanto, Bougen (1994) encontra evidências de que os trabalhadores contam com seus próprios regimes de verdade, e que a contabilidade apresenta também propriedades destrutivas.

No caso analisado, o surgimento do programa de participação nos resultados se deu sob a influência de vários fatores, congregando características de administração científica, contabilidade, educação de funcionários e paternalismo gerencial. O estilo adotado pela gerência da fábrica, marcado por gestos paternalísticos de benevolência, supunha que a educação da força de trabalho serviria para incrementar a legitimidade do controle gerencial, com os administradores assumindo o papel de educadores e com um conteúdo baseado nas prioridades e perspectivas da gerência.

A ênfase do programa na redução de custos, associada a mudanças de tecnologia e nos métodos de trabalho, levou a um incremento da produtividade da fábrica, provocando também o aumento do nível de controles formais. No entanto, durante a vigência do programa os

trabalhadores consideravam os bônus muito infrequentes e insuficientes em relação a seus esforços, tendo passado a considerá-lo uma ferramenta de exploração. Tal sentimento foi agravado pelas alterações promovidas unilateralmente pela administração no ano de 1926, cujo efeito foi diminuir os bônus que naquele ano seriam maiores.

Um dos objetivos da administração era convencer os trabalhadores, através do programa, de que as decisões gerenciais não tinham um caráter discricionário, sendo antes necessárias, legítimas e explicáveis. Com este intuito a apresentação de informações contábeis assumiu destaque durante as primeiras sessões do comitê consultivo, porém os trabalhadores não deixaram de avaliar tais informações de acordo com suas próprias habilidades, conhecimentos e critérios, o que gerou uma série de controvérsias.

A acurácia de diversos métodos contábeis que afetavam o valor dos bônus, tais como os cálculos de resultados departamentais e de provisões para redução ao valor de mercado dos estoques, foi posta em cheque pelos trabalhadores. Tais discussões chegaram a um ponto em que os administradores se viram em desvantagem, tendo de admitir que os números contábeis eram imprecisos e que muitas de suas decisões eram tomadas com base em impressões gerais ao invés de cálculos detalhados. Assim, a tentativa de convencer os trabalhadores sobre o rigor sistemático das decisões gerenciais não obteve sucesso, e a apresentação de informações contábeis acabou vindo a ser excluída da agenda do comitê por parte dos administradores, a fim de evitar uma maior deterioração de sua credibilidade perante os trabalhadores.

Diante do caso analisado, Bougen (1994) ressalta o potencial construtivo exercido pela contabilidade num primeiro momento, fomentando a produtividade da empresa, e destaca que para isso contribuiu a predisposição da força de trabalho em se engajar no programa de participação nos resultados, numa atitude colaborativa que contradiz pressupostos geralmente assumidos. Contudo, o desenrolar dos acontecimentos levou a contabilidade a assumir um caráter destrutivo para a administração, minando sua intenção de educar os trabalhadores em seus próprios termos, ao passo que para estes a contabilidade passou a ter um papel construtivo, servindo de munição para corroborar seus pontos de vista. Tais evidências se coadunam às obtidas por McBarnet et al. (1993) e indicam que os trabalhadores são capazes de usar em seu próprio benefício as informações contábeis geradas pelas organizações.

2.3.12 Gomes (1998)

Gomes (1998) investigou se os trabalhadores brasileiros usam as informações contidas nas demonstrações financeiras como elemento orientador nas negociações trabalhistas, se estas demonstrações atendem às necessidades de informações dos sindicatos e se o balanço social supre as necessidades de informação dos trabalhadores. Para tanto, conduziu entrevistas estruturadas com diretores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e com um representante do sindicato patronal.

A autora constatou que o sindicato não utilizava as informações contábeis nas ações sindicais, obtendo informações junto a sua base. Os sindicalistas manifestaram falta de confiança no conteúdo das demonstrações financeiras, que estariam sujeitas a manipulações por parte das empresas. Além disso, demonstraram falta de conhecimento sobre o conteúdo de tais demonstrações, mas afirmaram que a obrigatoriedade de divulgação do Balanço Social, segregando as informações entre os recursos destinados a executivos e a trabalhadores, as tornaria mais úteis. Além disso, o representante do sindicato patronal relatou não haver interesse, por parte dos empresários, de divulgar tais informações aos sindicatos de trabalhadores. O sistema de relações de trabalho e a história do movimento sindical brasileiro, marcada por forte intervenção estatal, foram apontados como inibidores da utilização de informações contábeis nas ações sindicais.

Em que pese a grande importância do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na história do movimento sindical brasileiro, como bem descrita pela autora, parece-me inapropriado tomar este único caso como paradigma das negociações trabalhistas no Brasil, tal qual sugere o título de seu trabalho. Gomes (1998) aparenta sustentar a crença, criticada por Owen e Lloyd (1985), de que os sindicatos tenham objetivos universais de atuação, independentemente da categoria que representem.

O aspecto que mais chama atenção no estudo, entretanto, é a premissa adotada pela autora de que as demonstrações financeiras são úteis. Sobre o fato de que o lucro é pouco utilizado como parâmetro nos acordos de participação nos resultados, constatado por um estudo realizado pelo DIEESE a respeito de acordos firmados entre julho de 1995 e março de 1996, a

autora diz o seguinte: “Nota-se, porém, que a desconfiança dos trabalhadores nas Demonstrações Contábeis e o receio dos empresários em negociar com base nestas informações é uma questão cultural. Ambos ainda não descobriram o valor informativo destas demonstrações para a negociação trabalhista.” (Gomes, 1998, p. 96).

Este tipo de premissa também é fortemente criticado por Owen e Lloyd (1985), por levar quem a adota a desconsiderar possíveis explicações para o baixo grau de utilização de demonstrações financeiras por parte de sindicalistas, ignorando que as informações contábeis podem servir para propagar e reforçar valores e propósitos dos administradores, motivando os trabalhadores a ignorá-las.

Aspectos como confiabilidade, acesso e compreensibilidade das demonstrações financeiras, por exemplo, foram apontados pelos sindicalistas como fatores que restringem o uso das mesmas (Gomes, 1998, pp. 120–121). No entanto, ao adotar a premissa de que tais demonstrações são úteis, em suas conclusões a autora recorre sobretudo a fatores conjunturais para explicar o pouco uso que delas é feito no contexto das negociações trabalhistas, ignorando possíveis deficiências das próprias demonstrações.

A despeito destas críticas, o trabalho de Gomes (1998) tem o mérito de ser pioneiro ao investigar, no Brasil, a utilidade das demonstrações financeiras para os representantes sindicais. Em termos de métodos de pesquisa, neste trabalho dei uma maior ênfase à análise documental, mas também entrevistei técnicos do DIEESE a fim de corroborar os achados destas análises.

2.3.13 Ezzamel et al. (2004)

Ezzamel et al. (2004), através de um estudo de caso em uma planta de manufatura de uma grande multinacional do setor automotivo, examinaram o papel da contabilidade nas relações entre empregadores e empregados. Eles investigaram como novas técnicas contábeis e de organização da produção foram recebidas pelos empregados, e como as respostas dos mesmos a estas iniciativas acabaram por moldá-las.

No início dos anos 1980, esta fábrica localizada no nordeste da Inglaterra detinha aproximadamente 90% de participação no mercado de seu produto, um componente automotivo de alta tecnologia, sendo reputada por sua qualidade. Os empregados então gozavam de grande discrição sobre como organizar seu trabalho, comprometendo-se apenas a entregar os números, ou seja, a cumprir as metas acordadas com a gerência.

Porém, ao longo dos anos a concorrência se acirrou, a fábrica foi adquirida por uma multinacional estadunidense, e passaram a ser implementadas novas técnicas de organização da produção, como *Just-In-Time* (JIT) e *Total Quality Management* (TQM), acompanhadas também de novas técnicas de contabilidade gerencial, tais como *Activity-Based Costing* (ABC), *Throughput Accounting* (TA), Teoria das Restrições, *Activity-Based Management* (ABM), *Visual Factory* (VF) e *Management by Fact* (MBF), visando otimizar os resultados da fábrica.

Através de observação participante, tendo um dos autores trabalhado na fábrica por 16 anos, e de mais de 80 entrevistas semi-estruturadas conduzidas ao longo deste período, a conclusão a que chegaram os autores foi de que as políticas de produção na planta foram moldadas e remoldadas pela determinação dos empregados em resistir e subverter iniciativas que ameaçassem modificar o *status quo* de autonomia que gozavam nos primeiros anos da fábrica, vistas por eles como meras tentativas de intensificação do trabalho.

Os autores identificaram também que, por vezes, esta determinação dos empregados levou a atitudes que não contavam com o apoio de seu sindicato, o qual buscava contemporizar a situação junto à administração da empresa. Isto chama a atenção para o fato de que os interesses dos sindicatos não podem ser confundidos, de imediato, com os dos trabalhadores que representam, posto que há uma série de fatores capazes de influenciar a atuação destas entidades.

Ainda assim, ao final do período analisado pelos autores os empregados deflagraram paralisações, coordenadas pelo seu sindicato, a fim de combater as mudanças que vinham sendo implementadas pela administração. Isto demonstra que embora se possam fazer ressalvas quanto à representatividade das entidades sindicais, elas são instâncias legítimas de organização e defesa dos interesses dos trabalhadores.

Outro aspecto interessante que os autores destacam no caso é que os empregados contestavam apenas certas condições de exploração do seu trabalho, e não a exploração em si, buscando preservar condições de trabalho sob as quais tinham desenvolvido um senso de independência em relação ao controle gerencial direto. Em vista disso, os autores criticam visões marxistas mais ortodoxas sobre as relações de trabalho, onde os indivíduos são percebidos como simples personificações de categorias econômicas, desconsiderando noções de identidade construídas por empregados e empregadores ao longo do tempo.

Para os autores, ainda que tais noções de identidade possam ser ilusórias, uma vez que resultem de processos de formação cultural e histórica contingentes e arbitrários, elas são noções que rotineiramente são defendidas por empregadores e empregados e, portanto, constituem elementos significativos nas relações entre estes grupos. Como bem lembram os autores, o controle gerencial não se dá apenas por meio da coerção, mas também através de cooperação, onde tais noções de identidade se tornam importantes. Contudo, os autores não ignoram a relevância do contexto social na formação destas identidades em cada local de trabalho.

A principal conclusão de Ezzamel et al. (2004) é de que para entender as mudanças na contabilidade gerencial, não basta apenas dar mais atenção à política do processo produtivo, é preciso colocá-la no centro da análise. Sendo o foco desta pesquisa os relatórios contábeis para usuários externos, tal conclusão não se mostra particularmente relevante para a mesma, no entanto as evidências de conflitos eventuais entre os interesses dos empregados e seus próprios sindicatos, bem como as reflexões sobre as relações de trabalho, contribuem para uma visão mais crítica em relação aos fenômenos estudados.

2.3.14 Bryer (2006)

Bryer (2006), tendo como base a teoria do processo de trabalho de Marx, sustenta que a contabilidade é o principal sistema de controle deste processo, uma vez que fornece a investidores e gestores medidas objetivas da geração e realização de mais-valia, moldando o comportamento dos trabalhadores de acordo com os interesses do capital.

De acordo com Marx, o sistema capitalista representou uma mudança na forma de controle do

processo produtivo: ao passo que nos sistemas escravocratas e feudais a produção era controlada política e fisicamente, no capitalismo este controle passa a ser econômico (Bryer, 2006). O circuito percorrido pelo capital, ou seja, o modo de produção capitalista, é descrito por Marx da seguinte maneira:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Inicialmente o capitalista transforma capital financeiro (D) em capital físico (M), que inclui a força de trabalho. Em seguida, durante o processo produtivo (P), o capitalista consome o valor de uso do capital físico para produzir bens ou serviços com valores de uso que possuam maior valor de troca ($M' = M + m$). Por fim, a venda dos produtos gera um capital financeiro maior do que o originalmente investido ($D' = D + d$), sendo esta diferença (d) o valor do trabalho não pago, ou seja, a mais-valia.

Nesta concepção do processo produtivo, o valor econômico de um produto é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-lo, incluindo também o trabalho necessário para produzir todos os insumos consumidos na sua produção (matérias primas, máquinas, etc.). Logo, a origem do valor se encontra no trabalho humano.

A acumulação de capital só se torna possível devido a uma característica específica do trabalho assalariado: seu valor de troca é, no limite, o necessário para a subsistência do trabalhador, porém seu valor de uso consiste em gerar valor, enquanto o valor de troca das demais mercadorias equivale a seu valor de uso. Assim, o capital aplicado nos meios de produção é denominado de capital constante por Marx (1867/1983), pois “não altera sua grandeza de valor no processo de produção.” (p. 171). Já o capital aplicado na força de trabalho é chamado de capital variável, uma vez que a força de trabalho “reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia” (Marx, 1867/1983, p. 171), pois o capitalista paga apenas por seu valor de troca, via de regra inferior a seu valor de uso.

Sendo objetivo do capitalista maximizar o retorno do capital empregado, ou seja, d/D , Bryer (2006) encontra aí a fundação teórica para a contabilidade financeira e gerencial: a contabilidade financeira reporta aos investidores o retorno realizado sobre o capital, a fim de

controlar os gestores, e a contabilidade gerencial reporta aos gestores a produção e realização do retorno requerido sobre o capital como forma de controlar os trabalhadores.

O principal argumento de Bryer (2006) é que a contabilidade reporta um fenômeno objetivo, ou seja, a geração e realização de mais-valia. Desta forma, ele se contrapõe a autores que enxergam a contabilidade como uma atividade inerentemente subjetiva. Bryer (2006) também enfatiza o papel central da contabilidade dentre as ferramentas de controle existentes no sistema capitalista, já que ela reporta a criação de valor durante o processo de circulação do capital, sendo este o principal aspecto deste processo, conforme descrito por Marx. Assim, Bryer (2006) também se contrapõe a autores que enfatizam aspectos físicos como preponderantes no controle gerencial.

Cabe lembrar, como faz Bryer (2006, pp. 589–590), que na teoria de Marx o capital é um fenômeno social. Assim, embora individualmente seja possível que uma empresa obtenha mais-valia através do mercado (por exemplo, através de uma compra vantajosa), este ganho representará uma perda para aquela empresa com a qual negociou. Agregadamente, a geração de valor é fruto apenas do trabalho, e a soma da mais-valia obtida por todas as empresas na exploração do trabalho humano é a responsável pela geração e acúmulo do capital.

E embora seja o trabalho que gere o capital, e não o contrário, individualmente os trabalhadores não têm como resistir ao domínio capitalista. Somente através da ação coletiva é que esta resistência se torna possível. A superação do sistema capitalista demanda, portanto, uma transição de mentalidade, com o despertar da consciência de classe por parte dos trabalhadores. Para Bryer (2006), a implicação potencialmente revolucionária deste entendimento da contabilidade como socialmente objetiva é que ao invés de lutar pelo controle, por parte dos trabalhadores, do processo físico de produção, os ativistas deveriam lutar pelo controle sobre o processo de geração de valor, incluindo a prestação de contas sobre o processo de trabalho, ou seja, sobre a própria contabilidade.

O conteúdo ideológico implícito no trabalho de Bryer (2006) é evidente, e o autor não procura negá-lo. O mais importante de seu trabalho, contudo, seja talvez o fato de ele lembrar que a contabilidade está inserida em um contexto social mais amplo que o das empresas, e que

acaba refletindo estas relações. Ao evidenciar o fenômeno social que são a geração e realização de mais-valia, a contabilidade pode não apenas servir aos interesses do capital, ao moldá-las e controlá-las, mas servir também aos interesses dos trabalhadores, uma vez que lhes propicie informações capazes de conscientizá-los sobre estes fenômenos.

2.3.15 Spence (2009)

Spence (2009) propõe uma explicação teórica, baseada no pensamento de Gramsci, discutido na seção 2.1, para o fato de os relatórios de caráter social publicados pelas corporações não exporem adequadamente as contradições inerentes ao sistema capitalista, servindo para, ao contrário, ofuscá-las.

Para o autor, o argumento básico que sustenta estes relatórios é o de que as corporações têm o dever de prestar informações relativas a suas interações sociais e ambientais com um maior grupo de interessados do que apenas os grupos de interesse financeiros. Os relatórios de caráter social são vistos como um dos elementos da responsabilidade social corporativa, cuja finalidade é acomodar pressões sociais e políticas, enquanto mantém a autonomia ideológica dos negócios e dos mercados.

Spence (2009) ressalta que as corporações são meros instrumentos dos mercados de capitais, compostas por ativos e passivos dispostos em conjunto com o intuito de maximizar a riqueza de seus acionistas. O autor argumenta que nas sociedades capitalistas o poder não reside nas corporações, mas no capital, sendo aquelas subservientes a este, como parte da superestrutura cuja finalidade é legitimar o modelo capitalista. Assim, não se pode esperar das organizações práticas contábeis voltadas à transformação da sociedade.

Contudo, em linha com o pensamento de Gramsci, Spence (2009) destaca a possibilidade de eventos superestruturais contribuírem para a alteração das relações de poder dentro da sociedade. Assim, o autor acredita que elementos da sociedade civil mais autônomos em relação à base econômica, como movimentos sociais e sindicatos, são os agentes de mudança mais indicados para levar a cabo o projeto de uma contabilidade emancipatória, através de relatórios independentes sobre as atividades das corporações. O autor destaca, inclusive, iniciativas de grupos independentes que apresentam relatórios onde expõem as contradições

entre as práticas e os discursos corporativos.

O trabalho de Spence (2009) reforça o ceticismo quanto à possibilidade de que as demonstrações financeiras sejam úteis a usuários com interesses distintos aos das corporações que as preparam, ao sustentar que tais demonstrações exercem um papel de legitimação das estruturas de poder subjacentes às corporações. O autor aponta, ainda, para a necessidade da elaboração de relatórios independentes, que exponham com maior propriedade as contradições inerentes ao ambiente corporativo. Contudo, saber se os relatórios preparados pelas próprias organizações não contêm elementos úteis a esta finalidade me parece uma questão suscetível a avaliações empíricas, como a que conduzi nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descrevo a estratégia de pesquisa que adotei, as fontes de dados que consultei e a técnica que empreguei para analisar os dados coletados, a fim de permitir a compreensão e avaliação destes procedimentos.

3.1 Estratégia de pesquisa

A estratégia adotada na condução desta pesquisa é a do estudo de caso. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), “trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.” (p. 62).

D. J. Cooper e Morgan (2008) salientam os benefícios dos estudos de caso para entender situações de incerteza, instabilidade, singularidade e conflito de valores. Para os autores, estudos de caso, pesquisas quantitativas e experimentos são abordagens complementares: Enquanto pesquisas quantitativas respondem **quanto** e experimentos respondem **o quê**, estudos de caso são mais apropriados para responder questões do tipo **como** e **por quê**.

Sucintamente, meus objetivos nesta pesquisa, expostos na seção 1.2, foram entender como se dá o uso das informações contábeis publicadas pelos bancos brasileiros em suas demonstrações financeiras por parte do movimento sindical dos bancários, razão pela qual esta estratégia me pareceu adequada.

Segundo Martins (2008), no planejamento e condução de pesquisas em que se adote a estratégia de estudo de caso, as proposições substituem as hipóteses normalmente formuladas nas pesquisas convencionais. Estas proposições se constituem em uma teoria preliminar, que pode tanto ser ratificada ou retificada ao longo do estudo, conforme indiquem as evidências analisadas.

Em função dos objetivos desta pesquisa e do referencial teórico consultado, ao longo do estudo procurei evidências que sustentassem ou refutassem, dentre outras, as seguintes proposições:

- a) O papel das informações contábeis nos processos de negociação coletiva pode ser de respostas, aprendizado, munição ou racionalização, conforme descrição de Burchell et al. (1980);
- b) As informações contábeis podem ser utilizadas pelos sindicatos de modo estratégico ou contestatório, e não apenas de modo consensual (McBarnet et al., 1993);
- c) As políticas de divulgação de informações contábeis aos sindicatos são determinadas pela discricionariedade, necessidade e vontade dos bancos (Craft, 1981).

3.2 Fontes de dados

Os dados que utilizei nesta pesquisa foram coletados sobretudo a partir da Folha Bancária, principal e mais antigo veículo de comunicação do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, com periodicidade mínima de duas edições semanais, tiragem de cem mil exemplares e distribuição em cerca de três mil locais de trabalho (Fontes et al., 2013, p. 134). As edições que analisei foram as de número 5.504 a 5.614, abrangendo todo o ano de 2012.

Sendo esta análise restrita ao ano de 2012, ela está sujeita à influência de acontecimentos específicos deste período, que podem não representar o ocorrido em anos anteriores e nem vir a se repetir nos anos seguintes. E como se trata de uma fonte indireta de dados, a capacidade de se inferir a respeito dos reais posicionamentos do movimento sindical quanto aos problemas que investigo é limitada, demandando um maior esforço de análise. Por outro lado, o fato de não haver interferência direta de minha parte na geração destes dados, como haveria no uso de questionários e entrevistas, evita a possibilidade de indução de respostas por minha parte.

Contudo, o estudo de caso requer justamente que se recorra a variadas fontes e formas de coleta de dados, a fim de que ao se confrontar as diversas evidências obtidas se reduzam os efeitos das limitações inerentes a cada uma das técnicas empregadas. Neste sentido, em complemento às análises feitas a partir dos dados extraídos da Folha Bancária, avaliei documentos como estudos do DIEESE, convenções coletivas de trabalho, outras publicações do movimento sindical, etc., que são referenciados ao longo do trabalho, e em 20 de março de 2013 entrevistei os senhores Catia Uehara e Gustavo Cavarzan, técnicos da Subseção do DIEESE no Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região.

Criado em 1955 através da união de esforços de diversos segmentos do movimento sindical, a fim de oferecer um contraponto às iniciativas de fundamentação técnico-científica das decisões tomadas pelo Estado e pelos empresários, o DIEESE é a maior e mais antiga organização de apoio às entidades sindicais brasileiras (Amorim, 2007), atuando no desenvolvimento de pesquisas, assessoramento de negociações coletivas e promoção de atividades de formação para dirigentes sindicais (Fontes et al., 2013, p. 152). A entrevista foi conduzida de maneira semiestruturada, “com uso de um roteiro, mas com liberdade de serem acrescentadas novas questões pelo entrevistador” (Martins & Theóphilo, 2009, pp. 88–89). O roteiro que utilizei se encontra no Apêndice A.

3.3 Técnica de análise dos dados

No estudo das fontes de dados consultadas empreguei técnicas de análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011), “a análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações* [itálicos no original].” (p. 37).

As diferentes etapas da análise de conteúdo se organizam, cronologicamente, em três fases: a pré-análise, em que se organiza o trabalho, se escolhem os documentos a analisar e se formulam hipóteses e objetivos para a análise; a exploração do material, em que se aplicam sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise; e o tratamento dos resultados obtidos, visando interpretá-los e fazer inferências a partir deles. Já o processo de codificação, que corresponde à transformação dos dados brutos do texto, também é composto por três etapas: recorte – escolha das unidades; enumeração – escolha das regras de contagem; classificação e

agregação – escolha das categorias (Bardin, 2011).

Os elementos do texto a serem considerados durante a codificação são as unidades de registro e as de contexto. As unidades de registro são as unidades de significação a codificar e correspondem ao segmento de conteúdo a ser considerado como unidade base para a categorização e contagem frequencial, tais como palavra, tema, objeto ou referente, personagem, acontecimento, documento, etc. As unidades de contexto, por sua vez, servem de unidade de compreensão para codificar as unidades de registro, permitindo que se entendam as significações exatas destas (Bardin, 2011).

Na enumeração das unidades de registro, podem ser aplicadas diferentes regras de contagem: presença ou ausência, frequência, frequência ponderada, intensidade, direção, ordem, coocorrência. Ainda segundo Bardin (2011), a maioria dos procedimentos de análise se organizam como processos de categorização, da qual se esperam as seguintes qualidades:

- **Exclusão mútua:** cada elemento não pode existir em mais de uma categoria;
- **Homogeneidade:** Um mesmo conjunto categorial só pode funcionar com um registro e com uma dimensão da análise;
- **Pertinência:** As categorias devem estar adaptadas ao material de análise e ao quadro teórico definido;
- **Objetividade e fidelidade:** As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma tabela categorial, devem ser codificadas da mesma maneira;
- **Produtividade:** Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis para inferências e novas hipóteses.

O tipo de análise que efetuei foi a temática, identificando nos textos publicados na Folha Bancária o uso de informações contábeis. Além disso, através de unidades de contexto, procurei registrar o assunto tratado em cada ocorrência, o papel desempenhado e o uso feito de cada informação.

Tais análises padecem de limitações inerentes à própria técnica empregada, não sendo

possível atribuir-lhes graus de precisão e objetividade excessivamente elevados. A título de exemplo, uma das classificações que atribuí a cada ocorrência foi a de específica, quando evidenciasse o uso de informação extraída diretamente das demonstrações financeiras e demais relatórios de algum banco, ou geral, quando tratasse de assunto com impacto sobre tais relatórios, e a identificação do possível impacto de determinado assunto sobre estes relatórios foi feita com base em meus conhecimentos a respeito do conteúdo dos mesmos. Fiz curso técnico em contabilidade, sou graduado em ciências contábeis e com esta dissertação espero concluir o mestrado em controladoria e contabilidade, mas nem por isso deixa de haver margem para equívocos. Mais problemáticas ainda são as unidades de contexto, que por natureza são interpretações dos textos analisados, não correspondendo necessariamente às intenções de quem produziu tais textos nem às interpretações que outros leitores possam ter.

Buscando minimizar tais limitações, elaborei descrições para cada tipo de dado que coletei, às quais procurei me ater ao longo de todo o processo de coleta. No Apêndice B apresento a estrutura do banco de dados, onde constam tais definições. No Anexo A consta um exemplo em que são destacadas as ocorrências registradas em determinada notícia, e o respectivo formulário de coleta é apresentado no Apêndice C. Além disso, o uso de outras fontes ajuda a corroborar os achados da análise de conteúdo, cujos resultados são apresentados no capítulo 5.

Por fim, cabe uma breve reflexão sobre a influência da minha visão de mundo sobre os resultados desta pesquisa. De acordo com Amernic (1988), para que tenham valor significativo, trabalhos a respeito da divulgação de informações contábeis no âmbito das relações de trabalho devem expor abertamente os vieses ideológicos a que estão sujeitos por conta da visão de seus autores a respeito do tema, proposição com a qual concordo, e por isso faço questão de aqui registrar meu posicionamento ao conduzir esta pesquisa.

Minha visão quanto às relações entre empregados e empregadores é de que os interesses de ambos os grupos são distintos, havendo uma clara assimetria de poder em desfavor dos primeiros. Assim, esta pesquisa segue um caminho que oscila entre as perspectivas pluralista e radical, conforme descritas por Amernic (1988). Contudo, minha intenção foi adotar uma postura o mais empírica possível; mais do que conceitualizar, pretendi descrever como se dão, no caso estudado, as relações entre empregados e empregadores; mais do que expor minha visão, pretendi descrever a visão que os próprios participantes têm a respeito destas relações.

Como ressalta Amernic (1988),

ainda que muito trabalho precise ser feito na *teorização* sobre as demandas dos sindicatos por informações [itálico no original], há uma correspondente escassez de trabalhos empíricos sobre as necessidades de informação aparentes dos tomadores das decisões dos sindicatos, sobre a utilidade das informações disponíveis, etc. (p. 151, tradução nossa)⁷.

Além disso, gostaria de deixar claro que não acredito ser possível, em uma ciência social como é a contabilidade, haver neutralidade por parte do pesquisador. Não tenho como me divorciar da realidade que estudo, e mesmo que escolhesse não contestar o *status quo*, isto também seria assumir uma posição em relação a ele. D. J. Cooper e Sherer (1984), por exemplo, afirmam que “interesse pelo investidor privado, pelos agentes do mercado de capitais ou pela gestão corporativa é, em efeito, uma declaração normativa de que o interesse destas partes em particular deveria predominar na escolha de um sistema contábil.” (p. 220, tradução nossa)⁸.

No entanto, acredito sim que a busca por objetividade é um valor que deva permear o fazer científico, sendo esta a principal função dos métodos de pesquisa. Por isso, meus esforços foram no sentido de aplicar com o maior rigor possível os métodos descritos neste capítulo. Assim, entendo que o fato de eu enxergar o mundo com um viés diferente do predominante na literatura contábil não torne, por si só, minha pesquisa mais enviesada do que outras.

7 Although much work needs to be done in the area of theorizing about the union's demand for information, there is a corresponding scarcity of empirical work on the apparent information needs of union decision makers, the usefulness of available disclosures, etc.

8 Concern for the private investor, for capital market agents, or for corporate management is in effect a normative statement that the interest of these particular parties should predominate in the choice of an accounting system.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO

O presente capítulo tem por intuito expor o contexto do caso analisado. Para tanto, apresento um breve histórico do movimento sindical dos bancários brasileiros, identifico quais são os relatórios publicados periodicamente pelas instituições financeiras do país e descrevo como se dá o processo de negociações coletivas entre CONTRAF e FENABAN.

4.1 O movimento sindical dos bancários brasileiros

O movimento sindical dos bancários brasileiros teve início em 1923, quando foi criada a Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo, sociedade de caráter recreativo, instrutivo e beneficente (Canêdo, 1986).

A criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), através do Decreto-Lei 24.615, de 9 de julho de 1934, foi um marco importante na história da categoria. A luta para obter o controle do IAPB, contra a ingerência do Ministério do Trabalho, mobilizou os bancários durante toda sua existência, até sua extinção em 1966, quando foi incorporado ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (Canêdo, 1986).

A primeira Federação Nacional de Bancários foi criada em 1935, contando com a participação dos 23 sindicatos de bancários então existentes no país. A repressão que se seguiu ao levante comunista de novembro de 1935 levou ao desaparecimento desta federação, e o movimento sindical bancário só voltaria a se rearticular nacionalmente a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Canêdo, 1986).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) foi fundada em 1958, um ano após a criação da Federação dos Bancários de São Paulo e Paraná, da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste e da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Canêdo, 1986).

O governo do Presidente João Goulart (1961 a 1964), em especial, foi palco de inúmeras

mobilizações dos diversos segmentos sociais, tendo ocorrido inúmeras greves, das quais os bancários tomaram parte. Contudo, a ditadura instaurada pelo golpe militar de 1964 reprimiu fortemente o movimento sindical brasileiro, promovendo intervenções que acabaram por desarticulá-lo e enfraquecê-lo (Canêdo, 1986).

A reorganização prática do movimento vai ocorrer apenas no biênio 1974/75, no combate à política econômica do governo Geisel, quando a sociedade civil brasileira retoma o fôlego para organizar-se contra a repressão, votando expressivamente contra o governo e manifestando-se contra as violações aos direitos humanos (Antunes, 2001).

Em 1979 a categoria promove greves coordenadas nas principais capitais brasileiras, e em 1985 uma vitoriosa greve nacional de dois dias marca a passagem definitiva das negociações coletivas do setor para uma estrutura nacionalmente centralizada, sendo que desde 1988 os encontros entre empregados e patrões se concentram na cidade de São Paulo, sede da FENABAN e dos principais bancos privados (Amorim & Huertas Neto, 2011).

Durante a década de 1990, os processos de desregulamentação, de privatizações e de concentração que atingiram o setor bancário brasileiro tiveram forte impacto sobre o nível de emprego da categoria. De um total aproximado de 732 mil trabalhadores em 1990, o número de postos de trabalho no setor chegou a um patamar de aproximadamente 393 mil ao final dos anos de 1999 e de 2001, momento a partir do qual esta tendência de queda se reverte (Fontes et al., 2013, p. 44).

Ainda assim, em 1992 foi assinada a primeira Convenção Coletiva de Trabalho válida para todo o país; em 1995 os bancários são a primeira categoria a assegurar o direito de receber a Participação nos Lucros e Resultados (PLR); em 2003 ocorre a primeira campanha salarial unificada, congregando os funcionários de bancos estatais e privados (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro [CONTRAF], 2012a).

Atualmente há duas confederações que representam os bancários nacionalmente: a CONTRAF, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a CONTEC, cuja importância política secundária não altera o caráter nacional e centralizado das negociações coletivas do setor (Amorim & Huertas Neto, 2011).

4.2 Informações divulgadas periodicamente pelos bancos brasileiros

A Constituição Federal, em seu art. 7º, inc. XI, estabelece o seguinte:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:...

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Por sua vez, a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que regula a PLR, matéria até então tratada por sucessivas medidas provisórias, sendo a primeira delas a Medida Provisória nº 794, de 29 de dezembro de 1994, assim determina:

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I - comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II - convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, *inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado* [itálicos nossos], periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I - índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II - programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente. (Lei nº 10.101, 2000).

Desta maneira, a legislação sobre a PLR prevê a possibilidade de que os trabalhadores obtenham, através de negociação coletiva, direito de acesso às informações contábeis relativas às empresas. No entanto, embora ainda em 1995 os bancários tenham sido a primeira categoria do país a ter a PLR incluída como cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) (Fontes et al., 2013, pp. 54–55), os acordos entre FENABAN e CONTRAF não incluem cláusula específica de acesso a informações contábeis, estabelecendo apenas limites mínimo e máximo a serem distribuídos a título de PLR com base no lucro líquido apurado por cada instituição (Federação Nacional dos Bancos [FENABAN] & CONTRAF, 2012a), do que se depreende que seja o lucro líquido apurado pelos bancos conforme a legislação em vigor.

No que tange às divulgações de caráter obrigatório para os bancos, a Lei 4.595 (1964), em seu artigo 4º, inciso XII, concede ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a competência para “Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras”. Valendo-se dessa competência, delegada pelo CMN, o BCB instituiu, para adoção obrigatória a partir do balanço de 30 de junho de 1988, o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) (Circular BCB nº 1.273, 1987). As normas estabelecidas no COSIF

têm por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas, expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros (Circular BCB nº 1.273, 1987, p. 9).

Assim, o setor financeiro é um dos que conta com normatização contábil específica no Brasil, a exemplo do que ocorre com as seguradoras, cuja normatização é responsabilidade da SUSEP, e daqueles supervisionados por agências reguladoras como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Um aspecto interessante, no caso das instituições financeiras, é que embora suas demonstrações individuais sejam elaboradas de acordo com as normas do COSIF, as demonstrações consolidadas devem ser apresentadas também de acordo com os padrões internacionais emitidos pelo IASB (Resolução BCB nº 3.786, 2009). Os principais relatórios contábeis que as instituições financeiras são requeridas pelo BCB a publicar são descritas no quadro 4.

Quadro 4 – Principais relatórios contábeis requeridos pelo BCB

Documentos	Periodicidade	Data-limite para publicação
Balancete Patrimonial	Mensal	30 dias após a data-base
Demonstrações Financeiras Completas	Semestral	60 dias após a data-base de 30 de junho
		90 dias após a data-base de 31 de dezembro

Fonte: Circular BCB nº 1.273 (1987).

Além disso, os emissores de valores mobiliários devem enviar à CVM formulário de informações trimestrais (ITR) no prazo de quarenta e cinco dias contados da data do

encerramento de cada trimestre, contendo suas demonstrações financeiras relativas a este período, e o formulário de referência, em até cinco meses após o encerramento do exercício social (Instrução CVM nº 480, 2009). No formulário de referência devem constar diversas informações a respeito do emissor, dentre as quais se destacam as relativas às políticas de remuneração do conselho de administração e da diretoria, usualmente visadas pelos representantes do movimento sindical.

Outro aspecto interessante é o trazido pela Lei Complementar nº 109 (2001), que trata sobre os regimes de previdência complementar, e estabelece o seguinte em seu art. 35:

Art. 35. As entidades fechadas deverão manter estrutura mínima composta por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

§ 1º O estatuto deverá prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço das vagas.

Assim, entidades como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que administra o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal, respectivamente primeiro e terceiro maiores fundos de pensão do Brasil (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil [PREVI], 2013; Fundação dos Economiários Federais [FUNCEF], 2013), contam com representantes eleitos pela categoria dos bancários em seus principais órgãos administrativos. Além de terem amplo acesso às informações contábeis geradas pelos próprios fundos, tais representantes podem influenciar as políticas de investimento dos recursos geridos, atividade para a qual as normas de elaboração de demonstrações financeiras pretendem-nas prioritariamente úteis. Tal experiência pode contribuir para que os representantes da categoria desenvolvam maior interesse e experiência no uso de informações contábeis.

Mais relevante ainda, porém, é a Lei 12.353 (2010), que garante a participação de representantes dos empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União. Pela natureza do cargo, tais representantes terão amplo acesso às informações contábeis destas organizações, dentre as quais se incluem Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, mesmo que sujeitos aos deveres de sigilo previstos na Lei das S.A. (Lei nº 6.404, 1976). Contudo, ao comentar a

situação da Alemanha Ocidental, país onde a participação dos trabalhadores nos conselhos de administração das grandes empresas também era assegurada por lei, Foley e Maunders (1977) relatam que na prática isto se constituía num meio de acesso a informações por parte dos movimentos sindicais, aos quais eram ligados a maioria dos representantes eleitos pelos trabalhadores.

Por fim, cabe destacar que a divulgação de relatórios de sustentabilidade é prática comum no setor. Dentre as instituições financeiras brasileiras que registraram no sítio eletrônico da GRI a publicação de relatórios de sustentabilidade relativos ao exercício de 2011 encontram-se Bradesco, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Itaú, Santander, Banrisul e BicBanco (GRI, 2013). Além disso, também Caixa Econômica Federal e HSBC divulgam tais relatórios (Caixa Econômica Federal, 2012; HSBC, 2012), completando o conjunto dos seis maiores bancos do país.

Com a publicação dos balancetes mensais, das ITR, das demonstrações financeiras semestrais e do formulário de referência, além de diversas outras informações também requeridas pelo BCB, e ainda com os relatórios de sustentabilidade divulgados voluntariamente pelas principais instituições, o setor bancário é, possivelmente, aquele para o qual há a maior disponibilidade pública de informações contábeis no Brasil. Creio que este seja mais um fato a limitar os resultados desta pesquisa, uma vez que a maior parte da economia brasileira é composta por empresas fechadas, que não têm obrigação de publicar quaisquer informações contábeis a seu respeito. Assim, em muitos outros setores da economia o movimento sindical, mesmo que tenha interesse, não terá acesso a tais informações. Por outro lado, o exemplo dos bancários pode servir para que outras categorias avaliem a pertinência de incorporar a suas pautas de reivindicações o acesso a informações contábeis dos empregadores.

4.3 Processo de negociação coletiva entre CONTRAF e FENABAN

O processo de negociação da CCT tem início a partir de consultas e reuniões promovidas por cada sindicato com os trabalhadores de sua base, a fim de identificar as reivindicações da categoria. Os resultados destes levantamentos são discutidos em assembleias nas quais também se escolhem delegados para conferências estaduais, que por sua vez elegem

representantes para uma conferência nacional. Nesta conferência nacional é definida a pauta de reivindicações a ser discutida entre a FENABAN e o Comando Nacional dos Bancários, do qual participam dirigentes da CONTRAF, de federações e dos maiores sindicatos do país. Paralelamente, tratativas específicas com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são conduzidas pelo Comando Nacional, assessorado pelas comissões de empregados destas instituições. Por fim, cabe às assembleias promovidas por cada sindicato a aceitação ou recusa das propostas apresentadas pelas instituições financeiras, bem como a definição de estratégias de mobilização da categoria (Fontes et al., 2013, pp. 90–91).

As negociações ocorrem anualmente, e a data-base da categoria é 1º de setembro. Em 2012, o processo de consulta aos trabalhadores representados pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região teve início em 28 de maio (“O que interessa a você, bancário”, 2012). No Anexo B consta o formulário de consulta utilizado para levantar junto a base da categoria as prioridades para a Campanha Nacional de 2012, com questões sobre cláusulas econômicas e sociais, de saúde, condições de trabalho, segurança e emprego.

A eleição dos delegados que representaram o sindicato na conferência estadual se deu em assembleia realizada no dia 05 de julho (“Delegados eleitos para conferência”, 2012); a conferência estadual de São Paulo ocorreu em 14 de julho (“Definida pauta de reivindicações de SP”, 2012); a 14ª Conferência Nacional dos Bancários foi realizada na cidade de Curitiba, entre os dias 20 e 22 de julho, ocasião em que foi definida a pauta de reivindicações da categoria para o ano de 2012 (“Pauta definida”, 2012); as principais reivindicações constantes na pauta de 2012 são apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 – Principais reivindicações dos bancários na Campanha Nacional de 2012

<ul style="list-style-type: none"> • Reajuste salarial de 10,25% (5% de aumento real, além da inflação projetada de 5%) • PLR maior – três salários mais R\$ 4.961,25 • Piso maior – salário mínimo do Dieese (R\$ 2.416,38) • Vales alimentação, refeição e auxílio-creche (R\$ 622) • 13º vale-refeição e 14º salário • Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todos • Auxílio-educação para graduação e pós • Emprego – ampliação das contratações, combate às terceirizações, aprovação da convenção 158 da OIT • Respeito à jornada de seis horas 	<ul style="list-style-type: none"> • Fim das metas abusivas e do assédio moral • Mais segurança nas agências, com portas de segurança, biombos e proibição de transporte de chaves por bancários • Previdência complementar para todos • Regulamentação da remuneração total (fixa e variável) • Igualdade de oportunidades • Efetivação dos caixas • Adiantamento de um salário no retorno das férias, com desconto em até 10 vezes sem juros • Direito de optar por dinheiro, para uso com combustível ou fretado, no lugar de vale-transporte
--	--

Fonte: “Pauta definida” (2012).

O processo de negociação teve início em 1º de agosto, com a entrega da pauta de reivindicações aos representantes da FENABAN (“Pauta está com os Bancos”, 2012) e encerrou-se no dia 02 de outubro, com a assinatura da CCT 2012/2013 (“Acordo assinado”, 2012), após greve de 09 dias (“Bancários de Privados e do BB Aprovam Propostas”, 2012).

Além das negociações salariais, existem também mesas temáticas entre empregadores e sindicalistas para tratar de temas como segurança bancária, saúde no trabalho, jornada e terceirização no meio bancário, bem como comissões de trabalhadores por banco, que tratam de problemas exclusivos a cada um deles – demissões, planos de previdência, etc. (Amorim & Huertas Neto, 2011).

5 RESULTADOS

O primeiro fato que me chamou atenção na análise das matérias publicadas na Folha Bancária ao longo de 2012 foi o grande número de referências a informações extraídas dos relatórios publicados pelos bancos, conforme evidenciam os dados da tabela 1. Tais referências se concentram nas matérias de maior destaque do jornal, sobretudo nas manchetes de capa, das quais mais de 30% citam informações contábeis específicas.

Tabela 1 – Uso de informações contábeis nas matérias da Folha Bancária em 2012

Tipo	Número de matérias		
	Total	Com informações contábeis	
Manchete de capa	117	36	30,8%
Manchete	804	97	12,1%
Editorial	94	22	23,4%
Charge	99	1	1,0%
Quadro	774	2	0,3%
Total	1.888	158	8,4%

Fonte: Dados da pesquisa⁹.

O maior destaque a estas informações corresponde ao período da Campanha Nacional. Segundo relato dos técnicos do DIEESE, este é também um período no qual recebem muitas demandas por parte dos dirigentes sindicais (C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013). Os meses de agosto, setembro e outubro são marcados pelo aumento do número de matérias envolvendo informações contábeis e, sobretudo, pela intensidade com que tais informações são citadas. A apresentação dos itens da pauta de reivindicações da categoria e os relatos sobre as reuniões com a FENABAN são geralmente seguidos por uma série de indicadores extraídos dos relatórios publicados pelos bancos, como na matéria de capa da edição 5.570, de 23 de agosto, na qual constam dados relativos a lucro líquido, despesas de pessoal, remuneração dos administradores, PLR e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, iniciando da seguinte maneira:

A rodada de negociação sobre remuneração foi uma queda de braço. De um lado o Comando Nacional dos Bancários cobrando aumento real de salários, PLR maior, valorização do piso e dos auxílios, *com estatísticas que mostram o resultado melhor do setor* [itálicos nossos], a cada ano. Do outro, os representantes da federação dos

⁹ Base de dados disponível em <https://www.dropbox.com/s/fcx8h0iyj2kbg9w/FB%202012.odt>

bancos com o tradicional “chororô” de que o setor vai lucrar menos. (“Bancos vão apresentar proposta no Dia do Bancário”, 2012).

Além do período da Campanha Nacional, merece destaque também o mês de fevereiro, período de divulgação das demonstrações financeiras anuais dos principais bancos, que foram objeto de análise em notícias especialmente dedicadas a elas. O gráfico 1 apresenta a evolução do uso de informações contábeis na Folha Bancária ao longo do ano de 2012.

Gráfico 1 – Uso de informações contábeis na Folha Bancária ao longo de 2012

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Foley e Maunders (1977), as demandas salariais apresentadas por sindicalistas costumam se basear em quatro tipos de assuntos: variações no custo de vida em decorrência da inflação, aumentos de produtividade das empresas, paridade entre trabalhadores do setor e com os de outros setores, e a capacidade de pagamento das empresas. Nas matérias veiculadas na Folha Bancária em 2012, as informações extraídas dos relatórios publicados pelos bancos são utilizadas essencialmente para tratar da capacidade de pagamento e dos aumentos de produtividade do setor, como indica a tabela 2.

Por si só, tais evidências parecem responder ao problema desta pesquisa, indicando que as demonstrações financeiras publicadas pelos bancos brasileiros são úteis aos representantes do movimento sindical dos bancários, especialmente nos períodos de negociação com a FENABAN. Contudo, convém ter em mente que a Folha Bancária, principal fonte dos dados

analisados, é um veículo de comunicação entre a diretoria do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região e sua base de representação, e portanto opera sobretudo no subprocesso de negociações intraorganizacionais descrito por Walton e McKersie (1965). A tabela 3, que apresenta o número de ocorrências por instituição financeira, deixa clara a predominância das de maior porte, que concentram um maior número de funcionários.

Tabela 2 – Assuntos tratados com informações contábeis na Folha Bancária em 2012

Assunto	Ocorrências	Percentual
Capacidade de pagamento	724	75,0%
Custo de vida	-	-
Paridade	24	2,5%
Produtividade	216	22,4%
Total	965	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3 – Número de ocorrências por instituição financeira

Instituição	Ocorrências*
Itaú Unibanco	349
Bradesco	338
Santander	329
Banco do Brasil	245
Caixa Econômica Federal	209
Geral	158
HSBC	144
Safra	96
Privados	28
BVA	10
Cruzeiro do Sul	8
Nossa Caixa Desenvolvimento	1

*Algumas ocorrências se referem a mais de uma instituição.

Fonte: Dados da pesquisa

Exemplo do papel da Folha Bancária como ferramenta de negociação intraorganizacional pode ser visto no encerramento da greve dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal em 2012. Após nove dias de greve, as propostas da FENABAN e do Banco do Brasil foram aceitas em assembleias dos trabalhadores, seguindo indicação do Comando Nacional dos Bancários. No entanto, os trabalhadores da Caixa Econômica Federal optaram por continuar em greve, contrariando a indicação do Comando. A edição 5.589, de 27 de setembro, dia seguinte às assembleias, apresenta em detalhes as propostas rejeitadas pelos empregados da

Caixa Econômica Federal, inclusive com tabela de projeção sobre quanto cada bancário receberia de antecipação da PLR, caso a proposta tivesse sido aprovada (“Greve continua”, 2012). Em nova assembleia realizada no próprio dia 27, os trabalhadores da Caixa Econômica Federal optaram por encerrar a greve, acatando a proposta que havia sido rejeitada na noite anterior (“Assembleia encerra greve na Caixa”, 2012).

Em que pese este caráter eminentemente intraorganizacional da Folha Bancária, creio que ainda assim se trate de uma boa fonte para a análise das negociações coletivas como um todo, pois como destacam Walton e McKersie (1965), os subprocessos em que se dividem tais negociações são inter-relacionados. Logo, parece-me razoável admitir que as informações extraídas dos relatórios publicados pelos bancos e que são citadas na Folha Bancária sejam as mesmas utilizadas pelos representantes sindicais durante as negociações com a FENABAN.

Evidência maior disso são os estudos a respeito do desempenho dos maiores bancos, publicados pelo DIEESE (2012b, 2012c, 2013), que segundo relato dos técnicos da subseção do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região contêm as principais informações utilizadas pelos sindicalistas (C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013), sendo também condizentes ao levantamento que efetuei na Folha Bancária. O detalhamento destas informações é o assunto da próxima seção.

5.1 Informações utilizadas pelo movimento sindical dos bancários

O gráfico 2 apresenta a relação das informações extraídas dos relatórios publicados pelos bancos brasileiros utilizadas com maior frequência nas matérias da Folha Bancária ao longo do ano de 2012. Dentre tais informações, a de maior destaque é o lucro líquido, utilizado pelo movimento sindical como o principal indicador de capacidade de pagamento dos bancos, o que fica claro na seguinte passagem, sobre o início das negociações salariais com a FENABAN em 2012:

Trabalhadores valorizaram mesa de negociação, apresentando à Fenaban demandas da categoria com dados que comprovam: os sete maiores bancos lucraram R\$ 25,8 bi só no primeiro semestre e *podem pagar* aumento real [itálicos nossos], PLR, piso e auxílios maiores, contratar mais, com melhores condições de trabalho, saúde,

segurança e igualdade de oportunidade para todos. (“Agora falta a proposta dos bancos”, 2012).

Gráfico 2 – Informações contábeis específicas utilizadas na Folha Bancária em 2012

Fonte: Dados da pesquisa

Este papel de destaque do lucro líquido como indicador da capacidade de pagamento é condizente à constatação de Foley e Maunders (1977), de que as informações utilizadas para esta finalidade costumam ser obtidas nas demonstrações financeiras publicadas. Segundo os autores, “Há duas possíveis razões para isto: uma, que elas sejam usadas simplesmente porque estejam disponíveis e sejam relevantes ...; e a outra, que os provedores e/ou usuários estejam 'condicionados' a seu uso pela familiaridade”. (p. 131, tradução nossa)¹⁰. No entanto, Foley e Maunders (1977) criticam o uso indiscriminado de informações contábeis como medidas de

¹⁰ *There are two possible reasons for this: one, that it is used simply because it is available and relevant ...; and the other, that the information provider and/or user is 'conditioned' to its use by familiarity*

capacidade de pagamento, sob o argumento de que demasiada flexibilidade na escolha e uso destas informações pode levar à desconsideração daquelas cujo conteúdo permite estimar o ponto de resistência dos administradores nas negociações distributivas.

Dentre as medidas de capacidade de pagamento defendidas por Foley e Maunders (1977) está o valor adicionado. Neste sentido, é interessante notar que as informações da demonstração do valor adicionado são muito pouco utilizadas, o que talvez indique não desinteresse, mas falta de familiaridade quanto a seu conteúdo no meio sindical, pois se trata de uma demonstração cuja exigência de publicação ainda é recente.

No caso dos bancos, há ainda que se considerar a prevalência de itens ajustados a valor presente em seus resultados, o que torna ainda mais questionável o uso do lucro líquido como medida de capacidade de pagamento. Os dados que coletei não permitem identificar se também nas mesas de negociação com a FENABAN é dada esta ênfase ao lucro líquido, mas segundo os técnicos do DIEESE a demonstração do resultado desperta grande interesse nos dirigentes sindicais, que através dela procuram compreender o perfil dos bancos, identificando suas principais fontes de receitas (C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013). Na Folha Bancária o lucro líquido é uma informação praticamente onipresente, sendo referido, de modo específico ou genérico, em todas as demandas do movimento. Assim, não só as demandas salariais citam o lucro dos bancos, mas também as por emprego, condições de saúde, segurança, redução de metas, etc.

O gráfico 3 apresenta uma relação de assuntos discutidos nas 93 matérias da Folha Bancária em 2012 que citam informações específicas sobre o lucro líquido, na qual se pode perceber uma associação preponderante do lucro líquido aos temas relacionados a emprego e renda, mas também a alguns outros indicadores de produtividade.

Tamanho destaque a informações referentes ao lucro líquido indica também que elas possuem um bom potencial de mobilização da categoria, como evidencia o depoimento de um bancário durante a Campanha Nacional de 2012: *“Sofremos para bater as metas e os bancos vêm com um medíocre reajuste. Eles têm condições de dar um reajuste digno ao funcionalismo, **pois os resultados mostram a realidade do setor** [negritos nossos].”* (“Bancários ligados na Campanha Nacional”, 2012). A exploração deste potencial pode ser evidenciada pela

ilustração 12, que reproduz charge publicada na edição 5.569 da Folha Bancária, de 21 de agosto.

Gráfico 3 – Assuntos discutidos nas matérias que citam o lucro líquido

Fonte: Dados da pesquisa

Ilustração 12 – Charge da edição 5.569 da Folha Bancária, de 21 de agosto de 2012¹¹

Fonte: Baraldi (2012).

Após os dados sobre o lucro líquido, as informações mais utilizadas dentre as contidas nos relatórios publicados pelos bancos são aquelas sobre a composição da força de trabalho, sobretudo número de empregados admitidos e demitidos. Em geral, tais informações são

¹¹ Reproduzida com permissão do autor.

extraídas dos formulários de referência ou dos relatórios de sustentabilidade, e em conjunto com os dados sobre o lucro líquido, como evidencia o gráfico 3, são utilizadas para embasar as demandas da categoria em relação ao nível de emprego.

Também nos formulários de referência se encontram informações sobre a remuneração dos administradores, que ganham bastante destaque durante o período da Campanha Nacional. Das 89 ocorrências registradas, 46 foram no mês de setembro, período que inclui a greve da categoria. O depoimento de um funcionário do Banco do Brasil durante este período deixa claro o papel que tais informações exercem na mobilização dos trabalhadores:

*“Vários motivos nos levaram a parar. O valor da PLR, que será menor para muitos bancários este ano, foi uma das principais causas. **Principalmente depois que o Sindicato divulgou o quanto ganham os executivos do banco** [negritos nossos]. Ali vimos a desigualdade e a injustiça de forma gritante” (“Exemplos da vontade de participar mais”, 2012).*

As informações sobre o volume das operações de crédito, por sua vez, servem como indicador da produtividade dos bancos, como se depreende pela declaração da senhora Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região: *“As operações de crédito, trabalho eminentemente bancário, cresceram 833,68% na última década. Os bancários querem sua parte”* (“Remuneração, segurança e igualdade”, 2012).

As informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, em conjunto com as sobre as taxas de inadimplência, são utilizadas sobretudo de maneira contestatória, como será discutido na seção 5.3. As informações sobre as receitas com tarifas são usualmente comparadas às despesas de pessoal e, em menor escala, às de segurança e vigilância, servindo também como indicador da capacidade de pagamento dos bancos. Quanto à remuneração, são analisadas ainda informações sobre os benefícios a empregados e a PLR. Por fim, algumas outras informações, com ativos totais, número de agências, de contas correntes e patrimônio líquido são utilizadas principalmente como indicadores de produtividade.

5.2 Informações não disponíveis ao movimento sindical dos bancários

Identificar através das matérias publicadas na Folha Bancária quais são as informações de interesse do movimento sindical que não constam nos relatórios publicados pelos bancos brasileiros não é tarefa fácil. Infelizmente, poucas são as declarações como a do senhor Ernesto Izumi, diretor executivo do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, na edição 5.603, ao comentar a divulgação das demonstrações financeiras do Banco do Brasil relativas ao terceiro trimestre de 2012: *“Gostaria que o banco divulgasse também os números de adoecimento, e de uso de remédio tarja preta entre os trabalhadores, causados por sobrecarga e pressão”* (“Emprego não acompanha crescimento”, 2012).

A fim de contornar esta dificuldade, adotei como estratégia o levantamento de todas as ocorrências relativas a assuntos que possam afetar o conteúdo dos relatórios publicados pelos bancos. Conforme já discuti na seção 3.3, trata-se de procedimento não muito preciso, tendo como principal limitação meu próprio conhecimento sobre o conteúdo de tais relatórios, que longe está de ser completo. No entanto, os resultados deste levantamento, apresentados no gráfico 4, parecem-me razoavelmente satisfatórios, permitindo a identificação de alguns temas-chave em que os relatórios se mostram insuficientes para atender às necessidades do movimento sindical, como despesas de pessoal, composição da força de trabalho e PLR, que serão discutidos ao longo desta seção. Mais importante ainda, tais resultados condizem com as informações que obtive junto aos técnicos do DIEESE, o que me dá uma maior segurança para apresentá-los não como algo definitivo, mas como um bom indicativo destas lacunas.

Que os assuntos ligados à remuneração ocupem lugar de destaque, como indica o gráfico 4, não chega a ser surpreendente. Afinal, a defesa dos interesses econômicos da categoria é provavelmente o principal papel de um sindicato. Porém, chama atenção o uso não muito elevado que é feito das informações disponíveis nos relatórios publicados pelos bancos, conforme indica o gráfico 2.

Apesar de pouco citadas na Folha Bancária, as informações referentes às despesas de pessoal estão dentre as mais visadas pelos sindicalistas nas demonstrações financeiras dos bancos, sendo inclusive objeto de análises em âmbito interno. Contudo, tais informações são apresentadas de maneira muito agregada, não permitindo que as análises tenham o nível de

detalhamento desejado pelos dirigentes sindicais, não sendo possível, por exemplo, identificar o total de gastos com planos de saúde, transporte, etc. (C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013). A demasiada agregação das informações nas demonstrações financeiras, e consequente perda de utilidade para as finalidades do movimento sindical, é fenômeno já descrito por Foley e Maunders (1977) e Jackson-Cox et al. (1984).

Gráfico 4 – Informações contábeis gerais utilizadas na Folha Bancária em 2012

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 5 soma as ocorrências específicas, apresentadas no gráfico 2, e as ocorrências gerais, apresentadas no gráfico 4, permitindo visualizar o quanto das referências a

determinado assunto são feitas com informações extraídas diretamente dos relatórios publicados pelos bancos, e o quanto são referências genéricas.

Gráfico 5 – Total de ocorrências na Folha Bancária em 2012

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos dados sobre a composição da força de trabalho, os formulários de referência oferecem informações sobre os volumes de contratações e demissões, que são bastante citadas. Quanto a estes aspectos também são utilizadas informações oriundas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do qual são extraídos dados consolidados para o setor.

Porém, informações relativas à composição da categoria em termos de idade, gênero, raça, escolaridade e deficiência, assuntos que fazem parte da pauta do movimento sindical, geralmente são extraídas do Censo da Diversidade do setor, levantamento feito pela FENABAN em 2008 e com nova realização prevista para 2014 (FENABAN & CONTRAF, 2012b). Embora os relatórios de sustentabilidade pudessem suprir tal necessidade, o depoimento dos técnicos do DIEESE dá conta de que eles carecem de consistência e comparabilidade, não permitindo o acompanhamento de séries históricas destes indicadores

(C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013). Posição essa similar a de Sanches e Davanço (2010), em publicação sobre o sistema financeiro elaborada através de parceria do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região com o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP):

A publicação dos Balanços Sociais ou Relatórios de Administração é citada como referência nas ações de boa governança corporativa. Busca-se, com essa prática, a transparência nas informações. O dado relativo ao número de terceirizados nesses materiais é disperso, ou seja, não é publicado todos os anos e nem por todas as instituições, o que dificulta qualquer análise comparativa. Mas, tampouco o dado, ainda que disponível, pode ser considerado consistente, na medida em que não há padronização sobre como divulgar o índice, de modo que reflete a visão particular de cada administrador. (p. 255).

Quanto à PLR, o grande número de ocorrências evidencia a importância crescente da remuneração variável na composição da remuneração total da categoria, que em 1995 correspondia a 5,4% e em 2011, a 14,5% do total recebido anualmente por um caixa bancário (Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região & DIEESE, 2012, p. 38). O relato dos técnicos do DIEESE é de que as demonstrações financeiras não permitem uma análise detalhada das despesas dos bancos com a PLR, não sendo possível segregar a parcela referente aos executivos da referente aos demais empregados, tampouco identificar o montante relativo à CCT da categoria e o que se refere a programas próprios de distribuição de resultados das instituições financeiras (C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013).

Quanto ao lucro líquido, além das referências específicas a informações extraídas das demonstrações financeiras, também são comuns referências genéricas, utilizadas igualmente como indicadores da capacidade de pagamento dos bancos. Em relação às receitas da intermediação financeira, as referências às taxas de juros cobradas pelos bancos, via de regra criticando seus altos patamares, costumam citar dados consolidados pelo BCB. O mesmo se aplica ao resultado bruto da intermediação financeira e ao volume das operações de crédito, sendo comuns as críticas aos altos patamares dos *spreads* bancários.

O detalhamento das condições e de alterações propostas aos planos de previdência complementar também é recorrente, sendo baixa, no entanto, a quantidade de referências a

informações sobre os benefícios a empregados contidas nas demonstrações financeiras. Da mesma forma, as referências às contingências trabalhistas costumam tratar da atuação jurídica do sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores, não havendo ocorrência que trate especificamente de informações extraídas das demonstrações financeiras.

5.3 Usos e papéis das informações contábeis

A tabela 4 resume a classificação das 964 ocorrências de informações extraídas diretamente dos relatórios publicados pelos bancos brasileiros nas matérias da Folha Bancária ao longo de 2012, quanto ao uso feito destas informações e quanto ao papel que elas desempenham.

Tabela 4 – Usos e papéis das 964 ocorrências específicas nas matérias da Folha Bancária em 2012

Uso	Papel		Total
	Munição/Racionalização	Respostas/Aprendizado	
Consensual	6,7%	2,4%	9,1%
Estratégico	72,6%	4,8%	77,4%
Contestatório	13,4%	0,1%	13,5%
Total	92,7%	7,3%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na consulta de prioridades para a Campanha Nacional de 2012 feita pelo Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região junto aos trabalhadores de sua base, cujo formulário se encontra no Anexo B, 76% das respostas elencaram como prioridade o aumento real de salários, e 75%, aumentos nos vales alimentação e refeição (“Delegados eleitos para conferência”, 2012). Já ao comentar a indicação de aprovação da proposta feita pela FENABAN, a senhora Juvandia Moreira, presidente do Sindicato, declarou o seguinte:

*O Comando Nacional avaliou que a proposta contempla importantes avanços nas principais reivindicações da categoria. O **aumento real** de salários é maior que no ano passado [negritos nossos], conseguimos manter a valorização do piso e da PLR. Os auxílios alimentação e refeição também subiram mais (“7,5% nos salários e 8,5% no piso e tíquetes”, 2012).*

Na demanda por aumento real está implicitamente contida a ideia de reposição das perdas no poder de compra dos salários causada pela inflação, indicando que as informações

preponderantes para a tomada de decisões econômicas por parte da categoria dos bancários, tanto na elaboração de suas demandas quanto na aceitação das propostas feitas pelos empregadores, são justamente as que dizem respeito aos índices de inflação, o que se alinha a evidências obtidas por outros autores (Foley & Maunders, 1977; Jackson-Cox et al., 1984). Neste contexto, as informações contábeis não teriam um papel determinante, mas apenas permissivo, como destacam Foley e Maunders (1977, p. 130).

No entanto, como evidencia a tabela 4, a grande maioria das informações contábeis citadas na Folha Bancária em 2012 exercem um papel de munção ou racionalização, ou seja, servem para promover as posições do sindicato ou para justificar e legitimar as ações por ele praticadas. Por exemplo, em matéria onde é justificada a rejeição da proposta inicial feita pela FENABAN, sob o sugestivo título de "Balanços mostram que grana tem" (2012), lê-se o seguinte trecho:

É possível escolher vários indicadores publicados nos balanços do primeiro semestre dos maiores bancos que operam no país. Sejam quais forem, todos comprovam que há recursos mais que suficientes para que a Fenaban melhore a proposta de 6% feita aos trabalhadores.

Avaliar a utilidade das informações contábeis apenas em função de sua conexão com os processos de tomada de decisão econômica poderia, neste caso, levar à conclusão de que elas pouco são úteis ao movimento sindical dos bancários. Contudo, em linha com o que sustentam Burchell et al. (1980), creio que esta seja uma visão limitada das funções que a contabilidade exerce nas organizações e na sociedade.

Ao ampliar o escopo de investigação, é possível perceber que as informações extraídas dos relatórios publicados pelos bancos brasileiros desempenham papel de destaque nas estratégias de legitimação dos discursos do movimento sindical dos bancários, ainda que provavelmente pouco influenciem as decisões do movimento. E este papel é desempenhado através de um uso essencialmente estratégico das informações coletadas, como evidencia o trecho citado acima, sendo utilizadas aquelas informações que se coadunam aos objetivos do próprio movimento sindical.

Além disso, uma crítica recorrente na Folha Bancária ao longo de 2012 diz respeito ao

montante das perdas estimadas pelos bancos com os créditos de liquidação duvidosa. Em síntese, a alegação é de que “Essa manobra contábil esconde o lucro, uma vez que entra como despesa nos balanços, e não encontra nenhuma justificativa nos percentuais de inadimplência dessas empresas, que permanecem abaixo de 5%.” (“Categoria cobra PLR maior”, 2012).

A contestação desta prática contábil, aliás, é o principal exemplo de influência das informações contábeis nas decisões tomadas pela categoria, uma vez que é motivada principalmente por seu efeito sobre o montante a ser distribuído aos bancários a título de PLR. Mais uma vez, o relato dos técnicos do DIEESE é de que as demonstrações financeiras não apresentam informações suficientemente detalhadas para que se compreenda o cálculo do montante contabilizado pelos bancos, dificultando a realização de análises (C. Uehara & G. Cavarzan, comunicação pessoal, 20 de março, 2013).

Cabe ainda destacar que a crítica à gestão das instituições financeiras também é feita pelo uso consensual de informações a respeito de práticas apoiadas pelo movimento sindical. O principal exemplo disso é a posição adotada em relação às iniciativas de redução de juros e tarifas nos bancos públicos durante 2012, exposta no seguinte depoimento da senhora Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região:

Há margem para o aumento do crédito. O governo está fazendo a sua parte ao baixar a Selic, os juros e tarifas no Banco do Brasil e na Caixa Federal, mas os bancos privados têm de fazer o mesmo. O setor financeiro privado tem altos lucros e tem de devolver isso à população, cumprindo sua função social. (“Ampliar empréstimos é essencial para a economia”, 2012).

Tais evidências sugerem que o movimento sindical dos bancários é capaz de utilizar as informações contábeis a que tem acesso em seu próprio proveito. Isso indica que os temores expressos por alguns autores de que o acesso a tais informações possa prejudicar o movimento sindical não se aplica ao caso dos bancários, embora seja preciso levar em consideração que o setor financeiro tem tradição de alta rentabilidade no Brasil, o que de certa forma facilita o uso estratégico de suas informações contábeis.

5.4 Políticas de divulgação de informações das instituições financeiras

Na classificação proposta por Craft (1981), a que melhor parece descrever a política de divulgação de informações financeiras para o movimento sindical por parte das instituições financeiras brasileiras é a julgamental. Além do requerido por lei, as grandes instituições financeiras divulgam também relatórios de sustentabilidade, que embora contenham algumas informações de interesse do movimento sindical, não se mostram voltados diretamente para este público. E este conjunto de divulgações, conforme vem sendo argumentado neste capítulo, se mostra útil na construção dos discursos do movimento sindical, mesmo que provavelmente não tenha um papel determinante em suas tomadas de decisões.

Em que pese o histórico de mobilização e de conquistas dos bancários, que lhes garante papel de destaque no movimento sindical brasileiro, são os empregadores que aparentam gozar de maior poder de barganha nas negociações coletivas, fator apontado por Craft (1981) como um dos determinantes das políticas de divulgação por eles adotadas. Os gráficos 6 a 12 apresentam os resultados destas negociações entre 2008 e 2012, mostrando que os termos dos acordos firmados se apresentam consistentemente mais próximos às propostas iniciais da FENABAN do que ao demandado pela CONTRAF, ainda que provavelmente as demandas apresentadas pela CONTRAF não correspondam a suas reais metas nas mesas de negociação.

Gráfico 6 – Negociações coletivas sobre salários

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012), CONTRAF (2007), FENABAN (2008), e FENABAN e CONTRAF (2009, 2010, 2011, 2012).

Gráfico 7 – Negociações coletivas sobre pisos salariais

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012), CONTRAF (2007), FENABAN (2008), e FENABAN e CONTRAF (2009, 2010, 2011, 2012).

Gráfico 8 – Negociações coletivas sobre vales-refeição

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012), CONTRAF (2007), FENABAN (2008), e FENABAN e CONTRAF (2009, 2010, 2011, 2012).

Gráfico 9 – Negociações coletivas sobre vales-alimentação

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012), CONTRAF (2007), FENABAN (2008), e FENABAN e CONTRAF (2009, 2010, 2011, 2012).

Gráfico 10 – Negociações coletivas sobre auxílio-creche/babá

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012), CONTRAF (2007), FENABAN (2008), e FENABAN e CONTRAF (2009, 2010, 2011, 2012).

Gráfico 11 – Negociações coletivas sobre a parcela fixa da PLR

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012) e Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região e DIEESE (2012).

Gráfico 12 – Negociações coletivas sobre a parcela variável da PLR

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de “A cara da campanha” (2008), “Proposta rejeitada” (2008), “Bancários é 10” (2009), “Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM” (2009), “Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia” (2010), “Banqueiros vão levar bancários para greve” (2010), “Pauta definida” (2011), “Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27” (2011), “Pauta está com os Bancos” (2012), “Fenaban propõe aumento real de 0,7%” (2012) e Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região e DIEESE (2012).

Por fim, Craft (1981) ressalta também a natureza do relacionamento entre as partes como fator preponderante na constituição da vontade dos empregadores em fornecer informações aos

sindicalistas. Embora os dados que coletei nesta pesquisa não permitam identificar claramente a natureza da relação entre FENABAN e CONTRAF, se predominantemente conflituosa ou conciliatória, o fato de que há vinte anos ocorrem negociações nacionalmente centralizadas entre as partes, havendo poucos recursos à Justiça do Trabalho para solucionar os impasses durante este período (Amorim & Huertas Neto, 2011), indica um bom grau de maturidade nas relações e de reconhecimento à legitimidade do movimento sindical por parte dos empregadores.

Ao apontar a tendência de que as políticas de divulgação de informações financeiras ao movimento sindical por parte dos empregadores se enquadrem em uma zona de acomodação, Craft (1981) ressalta a prevalência da ideia de que as partes devam manter uma relação equidistante, a fim de que possam exercer adequadamente seus papéis. Tal ideia pode ser percebida na seguinte declaração da senhora Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, ao comentar a recusa dos bancos em discutir no âmbito da Campanha Nacional de 2012 a limitação da imposição de metas a seus funcionários: *“Deixamos claro o grande adoecimento da categoria em função das metas que desrespeitam a condição humana. **Não queremos discutir gestão, posição no mercado, nada disso** [negritos nossos]. Mas mudanças para que os bancários parem de adoecer”* (“Emprego e metas abusivas preocupam bancários, sim”, 2012).

Talvez resida neste tipo de concepção a explicação para um fato aparentemente contraditório que identifiquei nesta pesquisa: embora as informações financeiras divulgadas pelos bancos brasileiros se mostrem úteis ao movimento sindical dos bancários, conforme indicam os resultados apresentados nas seções anteriores, o acesso a tais informações não consta na pauta de reivindicações do movimento.

É bem verdade que a regulação contábil do sistema financeiro brasileiro compete ao BCB, que pouco se mostra afeito a discutir suas posições. Assim como também é verdade que nas ocasiões em que o BCB se dispôs a discutir em audiência pública propostas para a regulação de assuntos sob interesse do movimento sindical não faltaram manifestações do movimento. Exemplo disso foram os editais de audiência pública nº 35, sobre critérios para política de remuneração de administradores e empregados das instituições financeiras, e nº 41, tratando da responsabilidade socioambiental destas instituições, que receberam comentários de

sindicalistas, da CONTRAF e do DIEESE (Banco Central do Brasil [BCB], 2010, 2012).

No entanto, tais manifestações parecem limitadas ao âmbito do sistema financeiro. Por exemplo, em publicação elaborada conjuntamente pelo Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região e o CECON/UNICAMP, no ano de 2010, são apresentadas diversas considerações sobre o sistema financeiro nacional, acompanhadas de sugestões para aperfeiçoá-lo, segundo a óptica do movimento sindical. Tais sugestões têm caráter essencialmente macroeconômico, enfatizando a necessidade de controles sobre os fluxos de capitais. Embora em determinado momento se discuta o papel do valor justo na crise financeira de 2008, não chegam a ser apresentadas quaisquer sugestões referentes à regulação contábil (Marcolino & Carneiro, 2010).

Outro exemplo da falta de manifestação quanto à regulação contábil pode ser dado pelo caso da estimação de perdas com créditos de liquidação duvidosa, política contábil fortemente contestada pelo movimento sindical dos bancários brasileiros, como indicam os dados desta pesquisa, e que vem sendo objeto de discussões no âmbito do IASB desde 2009: dentre as cartas-comentário recebidas pelo organismo e disponíveis em seu sítio eletrônico, não constam manifestações oriundas do movimento sindical ao redor do mundo (IASB & FASB, 2011; IASB, 2009).

Mais significativa ainda me parece a ausência de dispositivos nos acordos sobre programas próprios de PLR que garantam ao movimento sindical o acesso a informações além das que constam nas demonstrações financeiras dos bancos, mesmo que tal possibilidade seja prevista pela Lei nº 10.101 (2000). Este é o caso dos acordos relativos ao ano de 2012 firmados pela CONTRAF com Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander, disponíveis no sítio eletrônico da entidade (CONTRAF, 2013). Assim, além da resistência dos bancos em prover mais informações do que as disponíveis nos relatórios que publicam, também o movimento sindical não aparenta enviar esforços para obter acesso às informações contábeis mantidas pelos bancos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilidade das demonstrações financeiras para seus usuários é tema de central importância no atual estágio de desenvolvimento da contabilidade, seja como disciplina acadêmica, seja como prática social. No entanto, o que se percebe é uma restrição crescente do público-alvo de tais demonstrações, cada vez mais limitadas ao atendimento dos interesses de investidores e credores.

Avaliar a utilidade das demonstrações financeiras para um outro grupo de interesse ligado às organizações, os trabalhadores, foi meu principal objetivo nesta pesquisa. Para tanto, procurei investigar o uso que delas faz o movimento sindical dos bancários brasileiros, empregando técnicas de análise de conteúdo e tendo como principal fonte de dados a Folha Bancária, mais importante veículo de comunicação impressa entre a direção do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região e os trabalhadores de sua base. Além disso, também analisei documentos como convenções e acordos coletivos de trabalho da categoria, e entrevistei técnicos da subseção do DIEESE no referido Sindicato.

Com base no referencial teórico, adotei as premissas de que a regulação contábil não exerce um papel socialmente neutro, e que provavelmente não busca atender aos interesses dos trabalhadores; que as negociações coletivas entre empregados e empregadores se constituem em subprocessos por vezes contraditórios, dando margem a múltiplas possibilidades de papéis e de uso das informações contábeis; que tais papéis podem ser de respostas, de aprendizado, de munção ou de racionalização, como sugerido por Amernic (1985); que tais informações podem ser usadas de modo consensual, estratégico ou contestatório, segundo McBarnet et al. (1993); e que as políticas de divulgação de informações das organizações ao movimento sindical podem ser classificadas em limitada, seletiva, julgamental, inefetiva ou completa, conforme modelo proposto por Craft (1981).

De um modo geral, as evidências que analisei indicam que sim, as demonstrações financeiras e demais relatórios (da administração, de sustentabilidade, e formulários de referência) publicados pelos bancos brasileiros são úteis ao movimento sindical dos bancários. Informações como lucro líquido, composição da força de trabalho, remuneração dos

administradores e saldo das operações de crédito ganham destaque na Folha Bancária ao longo de todo o ano de 2012, especialmente no período da campanha salarial da categoria, servindo fundamentalmente para legitimar os discursos do movimento e mobilizar a base de trabalhadores.

Porém, tal conclusão deriva do entendimento de que a contabilidade pode desempenhar funções mais amplas do que apenas subsidiar decisões econômicas, uma vez que se vislumbra, no máximo, um papel acessório das informações divulgadas pelos bancos nas tomadas de decisões do movimento sindical dos bancários. Que os principais órgãos normatizadores adotem esta visão estreita a respeito da contabilidade se explica por uma série de fatores históricos, bem descritos por Young (2006). No entanto, como pesquisadores é preciso que nos mantenhamos atentos às diversas possibilidades que a disciplina oferece, sob pena de limitarmos nossa compreensão a respeito dela.

Auxiliando a promover as posições do movimento sindical e a justificar e legitimar suas ações, as informações divulgadas pelos bancos brasileiros exercem papéis predominantemente de munção e racionalização, tais como descritos por Burchell et al. (1980). E ao utilizarem, dentre as informações divulgadas pelos bancos, aquelas que se coadunam a seus próprios objetivos, os sindicalistas fazem delas um uso sobretudo estratégico, conforme classificação proposta por McBarnet et al. (1993). Logo, o exemplo dos bancários brasileiros não dá guarida a temores como os apresentados por Ogden e Bougen (1985), de que o acesso a informações contábeis geradas pela administração seja lesivo aos interesses dos sindicatos, e corrobora as evidências sobre a capacidade dos trabalhadores julgarem em seus próprios termos as informações com que são confrontados, como indicam casos analisados por McBarnet et al. (1993) e por Bougen (1994).

Talvez por esta capacidade crítica do movimento sindical, as instituições financeiras brasileiras parecem adotar uma política julgamental de divulgação de informações aos sindicatos, segundo o modelo de Craft (1981), limitando-se ao cumprimento de suas obrigações legais e complementando-as com relatórios de sustentabilidade que não se destinam especificamente a este público. Informações de interesse do movimento sindical, tais como as despesas de pessoal, a composição da força de trabalho e as despesas com a PLR são apresentadas sem um nível de detalhamento suficiente para atender às necessidades dos

sindicalistas.

Desta forma, as instituições financeiras parecem privilegiar os aspectos distributivos nas suas relações com o movimento sindical, em que a retenção de informações é uma das principais táticas a serem adotadas. Contudo, esta postura pode lhes tolher os benefícios advindos de negociações integrativas, conforme descritas por Walton e McKersie (1965), que requerem uma maior disposição de compartilhar informações. Da mesma maneira, nos processos de estruturação atitudinal o fornecimento de uma quantidade maior de informações ao movimento sindical poderia contribuir para o aumento da confiança entre as partes. Mas dada a escassez dos dados que analisei diante da complexidade das negociações coletivas, convém não tentar inferir qual seria a postura mais adequada para as instituições financeiras.

Por sua vez, a postura do movimento sindical dos bancários na busca por acesso a informações contábeis, em face das evidências de que elas lhe são úteis, se mostra bastante curiosa. Tanto no âmbito da formulação de normas contábeis quanto no das negociações coletivas, a garantia de acesso às informações mantidas pelas empresas não parece fazer parte das pautas do movimento. Infelizmente, os dados que levantei nesta pesquisa me permitem apenas especular as causas deste comportamento.

Amernic (1985) propõe que as demonstrações financeiras publicadas e auditadas possuem uma aura de autoridade difícil de dissipar. E ao relatar os fatores que levaram à criação do DIEESE, entidade que exerce papel fundamental na interface entre as demonstrações financeiras e o movimento sindical, Amorim (2007) aponta a desqualificação das reivindicações salariais dos sindicatos durante a década de 50 pela opinião patronal, segundo a qual tais reivindicações revelavam desconhecimento técnico. Assim, mais do que vontade, talvez o uso apontado nesta pesquisa de informações oriundas dos relatórios divulgados pelos bancos brasileiros revele uma necessidade do movimento sindical, haja vista a disponibilidade de tais informações. Talvez as informações contábeis sejam vistas pelos sindicalistas menos como uma oportunidade a ser explorada, e mais como um problema a ser tratado.

Mas dizer que o acesso a informações não é pauta do movimento sindical dos bancários não condiz plenamente à realidade. Dentre as reivindicações da categoria atendidas durante a Campanha Nacional de 2012 estava a realização de um Censo da Diversidade do setor,

previsto para 2014 e que repetirá levantamento já realizado pela FENABAN em 2008 (FENABAN & CONTRAF, 2012b). O interessante a notar neste caso é que o acesso às informações a serem levantadas, sobre a composição da força de trabalho do setor em termos de idade, gênero, raça, escolaridade e deficiência, poderiam ser buscadas através dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas instituições financeiras, com maior tempestividade e menores custos. A opção por via alternativa para a obtenção destas informações pode ser um indicativo de baixa credibilidade da profissão contábil perante o movimento sindical, em linha com o que afirmam Foley e Maunders (1977) em relação especificamente aos auditores.

Uma melhor avaliação destas proposições requer mais pesquisas. A investigação junto aos negociadores da FENABAN e da CONTRAF poderia oferecer também conclusões mais precisas sobre o efetivo papel das informações contábeis nas mesas de negociação entre as partes. O estudo de casos de outros setores do movimento sindical ajudaria a traçar um panorama mais completo das interações da contabilidade com as relações de trabalho e as negociações coletivas. E levantamentos de caráter histórico ajudariam a compreender como se desenvolveram tais interações.

Em relação ao BCB, dada sua responsabilidade de zelar pela estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), parecer-me-ia injusto criticá-lo por priorizar o aspecto prudencial em sua regulação contábil. Contudo, tendo em vista os compromissos assumidos internacionalmente pelo Estado brasileiro de promover o acesso a informações sobre as atividades empresariais aos diversos grupos de interesse com os quais se relacionam as empresas, creio que o BCB poderia se valer de seu poder regulatório sobre o SFN para fazer cumprir este objetivo, na medida em que não conflite com seu mandato legal. Neste sentido, a recente iniciativa de propor à discussão pública propostas de regulação sobre a responsabilidade social das instituições financeiras me parece bem vinda, e acredito que os resultados desta pesquisa, sobretudo os discutidos na seção 5.2, apontem temas que merecem atenção.

Do ponto de vista de IASB e CPC, não vejo grande utilidade nos resultados desta pesquisa, uma vez que pouco se importam com outras partes interessadas que não investidores e credores, como dito pelos próprios:

Outras partes interessadas, como, por exemplo, órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos (CPC, 2011).

Quanto à ideia presente por trás da postura destas entidades, de que relatórios voltados a investidores e credores atendem às necessidades de outros usuários, os resultados desta pesquisa são ambíguos. Se por um lado eles indicam que os relatórios publicados pelos bancos brasileiros são úteis ao movimento sindical, por outro eles apontam algumas deficiências que comprometem esta utilidade.

Para entidades voltadas à promoção da sustentabilidade empresarial, como a GRI, estes resultados também apontam temas que podem ser melhor trabalhados, indicando sobretudo uma necessidade de maior desagregação das informações divulgadas pelas empresas em seus relatórios.

Como contador, um aspecto que me chama atenção na GRI é que ela não se apresenta ao público como uma entidade de normatização contábil. Creio que a postura da profissão contábil, através de seus principais órgãos normatizadores, FASB e IASB, de excluir do escopo da disciplina os interesses de outros grupos que não investidores e credores, leve esses grupos de interesse a recorrer a outros meios que não a contabilidade na busca por informações a respeito das organizações. Uma iniciativa recente para integrar os relatórios financeiros e os de sustentabilidade vem sendo levada a cabo pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), podendo representar uma oportunidade de conciliação entre os contadores e os demais grupos de interesses ligados às organizações. Porém, trata-se ainda de um projeto incipiente, que ao término desta pesquisa (julho de 2013) ainda se encontra em processo de consulta a respeito de sua estrutura conceitual (International Integrated Reporting Council [IIRC], 2013).

Por fim, creio que a qualidade de uma pesquisa deva ser avaliada não só pelas respostas que ela apresenta, mas também pelas questões que ela suscita. Muito embora eu quisesse ter conduzido uma investigação mais ampla, acredito que este trabalho tenha cumprido minimamente com seus objetivos, e se não oferece respostas plenamente satisfatórias, mesmo porque é difícil imaginar que se possa obter tal espécie de respostas, espero ao menos que

desperte interesses por uma área de pesquisa ainda carente de atenção.

REFERÊNCIAS¹²

7,5% nos salários e 8,5% no piso e tíquetes. (2012, 26 de setembro). *Folha Bancária*, p. 1.

A cara da campanha. (2008, 29 de julho). *Folha Bancária*, p. 1.

Acordo assinado. (2012, 5 de outubro). *Folha Bancária*, p. 1.

Agora falta a proposta dos bancos. (2012, 23 de agosto). *Folha Bancária*, p. 3.

Amernic, J. H. (1985). The roles of accounting in collective bargaining. *Accounting, Organizations and Society*, 10(2), 227–253.

Amernic, J. H. (1988). Accounting disclosure and industrial relations: a review article. *The British Accounting Review*, 20(2), 141–157.

Amorim, W. A. C. (2007). *A evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras: um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Amorim, W. A. C, & Huertas Neto, M. (2011). A Negociação Coletiva do Setor Bancário Brasileiro: Desenvolvimento Recente e Tendências. *Boletim Informações FIPE*, (374), 26–34.

Ampliar empréstimos é essencial para a economia. (2012, 30 de outubro). *Folha Bancária*, p. 1.

¹² De acordo com o estilo APA – *American Psychological Association*

Antunes, L. R. (2001). *Reestruturação Produtiva e Sistema Bancário: movimento sindical bancário brasileiro nos anos 90*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

Archel, P., Husillos, J., & Spence, C. (2011). The institutionalisation of unaccountability: Loading the dice of Corporate Social Responsibility discourse. *Accounting, Organizations and Society*, 36(6), 327–343.

Assembleia encerra greve na Caixa. (2012, 28 de setembro). *Folha Bancária*, p. 1.

Aumento real de 0,37%: proposta ruim leva bancários à greve a partir do dia 27. (2011, 21 de setembro). *Folha Bancária*, p. 1.

Balanços mostram que grana tem. (2012, 10 de setembro). *Folha Bancária*, p. 2.

Bancários de Privados e do BB Aprovam Propostas. (2012, 27 de setembro). *Folha Bancária*, p. 1.

Bancários é 10. (2009, 28 de julho). *Folha Bancária*, p. 1.

Bancários ligados na Campanha Nacional. (2012, 30 de agosto). *Folha Bancária*, p. 3.

Banco Central do Brasil. (2010). *Edital de audiência pública nº 35*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de <https://www3.bcb.gov.br/audpub/edital/ExibeEdital.jsp?edt=48>

Banco Central do Brasil. (2012). *Edital de audiência pública 41/2012*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de <https://www3.bcb.gov.br/audpub/edital/ExibeEdital.jsp?edt=54>

Bancos vão apresentar proposta no Dia do Bancário. (2012, 23 de agosto). *Folha Bancária*, p. 1.

Banqueiros vão levar bancários para greve. (2010, 23 de setembro). *Folha Bancária*, p. 1.

Baraldi, M. (2012, 21 de agosto). [Charge]. *Folha Bancária*, p. 4. São Paulo.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Bhatia, R. J. (1961). Unemployment and the Rate of Change of Money Earnings in the United States, 1900-1958. *Economica*, 28(111), 286–296.

Bhatia, R. J. (1962). Profits and the rate of change in money earnings in the United States, 1935-1959. *Economica*, 29(115), 255–262.

Bougen, P. (1994). Accounting and labour: integrations and disintegrations. In A. G. Hopwood, & P. Miller (Eds.), *Accounting as Social and Institutional Practice* (pp. 138–167). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Bryer, R. (2006). Accounting and control of the labour process. *Critical Perspectives on Accounting*, 17(5), 551–598.

Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A., Hughes, J., & Nahapiet, J. (1980). The roles of accounting in organizations and society. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), 5–27.

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. (2013). *Quem somos: a PREVI*. Recuperado em 23 de maio de 2013, de http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,1011986&_dad=portal&_schema=PORTAL

Caixa Econômica Federal. (2012). *Relatório de Sustentabilidade Caixa 2011*. Recuperado em 23 de maio de 2013, de http://www1.caixa.gov.br/relatorio_sustentabilidade/pt/index.html

Canêdo, L. B. (1986). *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas, SP: Unicamp.

Castro, C. de M. (1977). *A Prática da Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

Categoria cobra PLR maior. (2012, 11 de setembro). *Folha Bancária*, p. 3.

Circular BCB nº 1.273. (1987). *Institui, para adoção obrigatória a partir do Balanço de 30.06.88, o anexo PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - COSIF*. Recuperado em 09 de outubro de 2012, de http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_O.pdf

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em 1º de julho de 2013, de http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2013). *Regimento Interno do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC*. Recuperado em 30 de junho de 2013, de <http://www.cpc.org.br/regimento.htm>

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2007). *Convenção Coletiva de Trabalho - 2007/2008*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de <http://www.contrafcut.org.br/convencaoAcordo.asp?ano=2008>

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2012a). *Convenção Coletiva Nacional dos Bancários 1992 - 2012: 20 Anos de Unidade, Lutas e Conquistas*. São Paulo: Autor.

- Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2012b). *Consulta Nacional 2012 - Gráfica*. Recuperado em 29 de outubro de 2012, de <http://www.contrafcut.org.br/busca.asp?p=consulta+nacional&x=0&y=0>
- Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2013). *Convenções e Acordos*. Recuperado em 06 de junho de 2013, de <http://www.contrafcut.org.br/convencaoAcordo.asp?ano=2013>
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 05 de outubro). Recuperado em 20 de maio de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Cooper, D. J., & Morgan, W. (2008). Case Study Research in Accounting. *Accounting Horizons*, 22(2), 159–178.
- Cooper, D. J., & Sherer, M. J. (1984). The value of corporate accounting reports: arguments for a political economy of accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 9(3), 207–232.
- Cooper, K., & Keim, G. D. (1983). The economic rationale for the nature and extent of corporate financial disclosure regulation: A critical assessment. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2(3), 189–205. doi:10.1016/0278-4254(83)90024-8
- Cooper, S. M., & Owen, D. L. (2007). Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7-8), 649–667. doi:10.1016/j.aos.2007.02.001
- Craft, J. (1981). Information disclosure and the role of the accountant in collective bargaining. *Accounting, Organizations and Society*, 6(1), 97–107.
- Definida pauta de reivindicações de SP. (2012, 17 de julho). *Folha Bancária*, p. 3.

Delegados eleitos para conferência. (2012, 10 de julho). *Folha Bancária*, p. 1.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2012a). *Referências intergovernamentais sobre responsabilidade social das empresas*. Recuperado em 16 de maio de 2013, de <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec117responsabilidadeSocialEmpresas.pdf>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2012b). *Desempenho dos cinco maiores bancos em 2011*. Recuperado em 31 de maio de 2013, de <http://www.dieese.org.br/dieese/esp/desempenhoBancos2011.pdf>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2012c). *Desempenho dos bancos: 1º semestre de 2012*. Recuperado em 31 de maio de 2013, de <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2012/desempenhoBanco1Sem2012.pdf>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2013). *Desempenho dos bancos em 2012*. Recuperado em 31 de maio de 2013, de <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2012/desempenhoBancos2012.pdf>

Drucker, P. F. (1989). *As fronteiras da administração: onde as decisões do amanhã estão sendo determinadas hoje* (A. Z. Sanvicente, trad.). São Paulo: Pioneira.

Elias, N. (1990). The effects of financial information symmetry on conflict resolution: An experiment in the context of labor negotiations. *Accounting Review*, 65(3), 606–623.

Emprego e metas abusivas preocupam bancários, sim. (2012, 9 de agosto). *Folha Bancária*, p. 1.

Emprego não acompanha crescimento. (2012, 13 de novembro). *Folha Bancária*, p. 2.

Exemplos da vontade de participar mais. (2012, 20 de setembro). *Folha Bancária*, p. 3.

Ezzamel, M., Willmott, H., & Worthington, F. (2004). Accounting and management–labour relations: the politics of production in the “factory with a problem”. *Accounting, Organizations and Society*, 29(3-4), 269–302.

Federação Nacional dos Bancos. (2008). *Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de <http://www.contrafcut.org.br/convencaoAcordo.asp?ano=2009>

Federação Nacional dos Bancos, & Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2009). *Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de http://www.contrafcut.org.br/download/convencao_acordo/09102012176.pdf

Federação Nacional dos Bancos, & Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2010). *Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de http://www.contrafcut.org.br/download/convencao_acordo/101020173013.pdf

Federação Nacional dos Bancos, & Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2011). *Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012*. Recuperado em 05 de junho de 2013, de http://www.contrafcut.org.br/download/convencao_acordo/122110210.pdf

Federação Nacional dos Bancos, & Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2012a). *Convenção Coletiva de Trabalho Sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados dos Bancos em 2012*. Recuperado em 21 de maio de 2013, de http://www.contrafcut.org.br/download/convencao_acordo/12103104751.pdf

Federação Nacional dos Bancos, & Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. (2012b). *Convenção coletiva de trabalho 2012/2013*. Recuperado em 22 de maio de 2013, de

http://www.contrafcut.org.br/download/convencao_acordo/12103104050.pdf

Fenaban propõe aumento real de 0,7%. (2012, 29 de agosto). *Folha Bancária*, p. 1.

Financial Accounting Standards Board. (1990). *Summary of Statement No. 106: Employers' Accounting for Postretirement Benefits Other than Pensions*. Recuperado em 20 de maio de 2013, de <http://www.fasb.org/summary/stsum106.shtml&pf=true>

Foley, B., & Maunders, K. (1977). *Accounting information disclosure and collective bargaining*. London: Macmillan Press.

Fontes, P., Macedo, F., & Sanches, A. T. (2013). *90 Anos Fortalecendo a Democracia: Bancários de São Paulo - CUT (1923 - 2013)*. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região.

Friedman, M. (1977). *Capitalismo e Liberdade* (L. Carli, trad.). São Paulo: Arte Nova.

Fundação dos Economiários Federais. (2013). *Quem somos: FUNCEF - histórico e estrutura administrativa*. Recuperado em 23 de maio de 2013, de <http://www.funcef.com.br/ccom/PageSvr.aspx/Get?Sec=QuemSomos>

Fundação IFRS, & Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade. (2012). *Quem somos e o que fazemos*. Recuperado em 09 de outubro de 2012, de http://www.ifrs.org/The-organisation/Documents/WhoWeAre_Portuguese_2012.pdf

Global Reporting Initiative. (2011). *Sustainability reporting guidelines*. Recuperado em 18 de maio de 2013, de <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3.1-Sustainability-Reporting-Guidelines.pdf>

Global Reporting Initiative. (2013). *Sustainability Disclosure Database*. Recuperado em 23 de maio de 2013, de <http://database.globalreporting.org/search>

Gomes, S. M. S. (1998). *O uso das demonstrações contábeis como um instrumento orientador das negociações trabalhistas no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Gramsci, A. (2001). *Cadernos do Cárcere: Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce*. (C. N. Coutinho, L. S. Henriques, & M. A. Nogueira, eds., C. N. Coutinho, trad.) (Vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gray, R. (2010). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability...and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting, Organizations and Society*, 35(1), 47–62. doi:10.1016/j.aos.2009.04.006

Greve continua. (2012, 27 de setembro). *Folha Bancária*, p. 4.

Hendriksen, E., & Breda, M. Van. (2007). *Teoria da contabilidade* (A. Z. Sanvicente, trad.). São Paulo: Atlas.

Hines, A. (1964). Trade unions and wage inflation in the United Kingdom 1893-1961. *The Review of Economic Studies*, 31(4), 221–252.

Hogler, R., Hunt, H., & Wilson, P. (1996). Accounting standards, health care, and retired American workers: An institutional critique. *Accounting, Organizations and Society*, 21(5), 423–439.

HSBC. (2012). *Relatório de Sustentabilidade do HSBC Brasil 2011*. Recuperado em 23 de maio de 2013, de <http://www.hsbc.com.br/1/2/relatoriodesustentabilidade>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Pesquisa Mensal de Emprego: Março 2013*. Recuperado em 16 de maio de 2013, de ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Comentarios/2013/pme_201303tmcomentarios.pdf

Instrução CVM nº 480. (2009, 7 de dezembro). Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Recuperado em 09 de junho de 2013, de <http://www.cvm.gov.br/>

International Accounting Standards Board. (2009). *Impairment: summary feedback analysis for the Request for Information regarding the expected cash flow approach*. Recuperado em 06 de junho de 2013, de <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Financial-Instruments-A-Replacement-of-IAS-39-Financial-Instruments-Recognition/Impairment/Documents/FIRM-ECF-RfI-feedback-analysis.pdf>

International Accounting Standards Board. (2010). *The Conceptual Framework for Financial Reporting*. Recuperado em 09 de junho de 2013, de <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/en/2013/conceptualframework.pdf>

International Accounting Standards Board, & Financial Accounting Standards Board. (2011). *Comment letter summary*. Recuperado em 06 de junho de 2013, de <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Financial-Instruments-A-Replacement-of-IAS-39-Financial-Instruments-Recognition/Impairment/Meeting-Summaries/Documents/FI0411b04Dobs.pdf>

International Accounting Standards Committee. (1989). *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. London: Author.

International Integrated Reporting Council. (2013). *Consultation Draft of the International <IR> Framework*. Recuperado em 1º de julho de 2013, de <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/Consultation-Draft/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework.pdf>

Iudícibus, S. de. (2004). *Teoria da contabilidade* (7a ed.). São Paulo: Atlas.

Jackson-Cox, J., Thirkell, J. E. M., & McQueeney, J. (1984). The disclosure of company information to trade unions: The relevance of the ACAS Code of Practice on Disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, 9(3-4), 253–273.

Joseph, G. (2012). Ambiguous but tethered: An accounting basis for sustainability reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 23(2), 93–106. doi:10.1016/j.cpa.2011.11.011

Kaldor, N. (1959). Economic growth and the problem of inflation. *Economica*, 26(104), 287–298.

KPMG. (2011). *KPMG International Responsibility Reporting 2011*. Recuperado em 18 de maio de 2013, de <http://www.kpmg.de/docs/Survey-corporate-responsibility-reporting-2011.pdf>

Lei 4.595. (1964, 31 de dezembro). Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Recuperado em 06 de junho de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595compilado.htm

Lei Complementar nº 109. (2001, 29 de maio). Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Recuperado em 21 de maio de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm

Lei nº 10.101. (2000, 19 de dezembro). Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Recuperado em 20 de maio de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10101compilado.htm

Lei nº 12.353. (2010, 28 de dezembro). Dispõe sobre a participação de empregados nos

conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências. Recuperado em 09 de junho de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12353.htm

Lei nº 6.404. (1976, 15 de dezembro). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Recuperado em 09 de junho de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm

Liberty, S. E., & Zimmerman, J. L. (1986). Labor union contract negotiations and accounting choices. *Accounting Review*, 61(4), 692–712.

Lipsey, R. G., & Steuer, M. (1961). The relation between profits and wage rates. *Economica*, 28(110), 137–155.

Lucros sobem e receita com tarifas também. (2012, 26 de julho). *Folha Bancária*, p. 1.

Mahoney, L. S., Thorne, L., Cecil, L., & LaGore, W. (2012). A research note on standalone corporate social responsibility reports: Signaling or greenwashing? *Critical Perspectives on Accounting*. doi:10.1016/j.cpa.2012.09.008

Marcolino, L. C., & Carneiro, R. (Orgs.). (2010). *Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira*. São Paulo: Publisher Brasil.

Martins, G. de A. (2008). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa* (2a. ed.). São Paulo: Atlas.

Martins, G. de A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

- Marx, K. (1977). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. (M. H. B. Alves, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1859).
- Marx, K. (1983). *O Capital: Crítica da Economia Política*. (P. Singer, ed., R. Barbosa, & F. R. Kothe, trans.) (Vol. 1). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1867).
- McBarnet, D., Weston, S., & Whelan, C. J. (1993). Adversary accounting: Strategic uses of financial information by capital and labour. *Accounting, Organizations and Society*, 18(1), 81–100.
- Minella, A. (2007). Maiores bancos privados no Brasil: perfil econômico e sociopolítico. *Sociologias*, 100–125.
- Nash Jr., J. F. (1950). The bargaining problem. *Econometrica*, 18(2), 155–162.
- O que interessa a você, bancário. (2012, 24 de maio). *Folha Bancária*, p. 1.
- Ogden, S., & Bougen, P. (1985). A radical perspective on the disclosure of accounting information to trade unions. *Accounting, Organizations and Society*, 10(2), 211–224.
- Outro banco é preciso. Amarre-se nessa ideia. (2010, 17 de agosto). *Folha Bancária*, p. 1.
- Owen, D. L., & Lloyd, A. J. (1985). The use of financial information by trade union negotiators in plant level collective bargaining. *Accounting, Organizations and Society*, 10(3), 329–350.
- Pauta definida. (2011, 2 de agosto). *Folha Bancária*, p. 1.

Pauta definida. (2012, 24 de julho). *Folha Bancária*, p. 1.

Pauta está com os Bancos. (2012, 2 de agosto). *Folha Bancária*, p. 1.

Peltzman, S. (1976). Toward a More General Theory of Regulation. *The Journal of Law and Economics*, 19(2), 211–240.

Perry, G. (1964). The determinants of wage rate changes and the inflation-unemployment trade-off for the United States. *The Review of Economic Studies*, 31(4), 287–308.

Phillips, A. (1958). The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957. *Economica*, 25(100), 283–299.

Pierson, G. (1968). The Effect of Union Strength on the US“ Phillips Curve”. *The American Economic Review*, 58(3), 456–467.

Portelli, H. (1977). *Gramsci e o bloco histórico*. (A. Peralva, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Proposta rejeitada. (2008, 25 de setembro). *Folha Bancária*, p. 1.

Puxty, A., Willmott, H., Cooper, D., & Lowe, T. (1987). Modes of regulation in advanced capitalism: locating accountancy in four countries. *Accounting, Organizations and Society*, 12(3), 273–291.

Remuneração, segurança e igualdade. (2012, 14 de agosto). *Folha Bancária*, p. 3.

Resolução BCB nº 3.786. (2009, 24 de setembro). Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Recuperado em 30 de junho de 2013, de http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf

Sanches, A. T., & Davanço, A. C. T. (2010). A economia política das holdings financeiras no Brasil. In L. C. Marcolino, & R. Carneiro (Orgs.), *Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira*. São Paulo: Publisher Brasil.

Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, & DIEESE. (2012). *Participação dos Trabalhadores Bancários nos Lucros e Resultados: Balanço e Perspectivas (1995 - 2011)*. São Paulo.

Spence, C. (2009). Social accounting's emancipatory potential: A Gramscian critique. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(2), 205–227.

Stigler, G. (1971). The theory of economic regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 2(1), 3–21.

Tá aí porque os banqueiros chamaram a PM. (2009, 18 de setembro). *Folha Bancária*, p. 2.

Tinker, A. (1984). Theories of the state and the state of accounting: Economic reductionism and political voluntarism in accounting regulation theory. *Journal of Accounting and Public Policy*, 3(1), 55–74.

Tinoco, J. (2001). *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas.

Vanderkamp, J. (1966). Wage and price level determination: An empirical model for Canada. *Economica*, 33(130), 194–218.

Walton, R., & McKersie, R. (1965). *A behavioral theory of labor negotiations: An analysis of a social interaction system*. New York: McGraw-Hill.

Young, J. J. (2006). Making up users. *Accounting, Organizations and Society*, 31(6), 579–600.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista com técnicos do DIEESE

Apêndice B – Estrutura do banco de dados

Apêndice C – Ficha de coleta de dados

Apêndice A – Roteiro de entrevista com técnicos do DIEESE

Nº	Questão	Referência	Objetivo
1	Quais informações das demonstrações financeiras dos bancos são analisadas pelo DIEESE?		(a)
2	Quais informações das demonstrações financeiras dos bancos despertam maior interesse dos dirigentes sindicais?		(a)
3	Os bancos fornecem informações solicitadas diretamente pelo Sindicato?	Craft (1981)	(e)
4	Os acordos de PLR incluem cláusulas sobre o fornecimento de informações ao Sindicato?	Craft (1981)	(e)
5	Quais informações a respeito dos bancos o Sindicato gostaria de receber mas não obtém acesso?		(b)
6	O Sindicato questiona práticas contábeis adotadas pelos bancos (por exemplo, PDD)?	McBarnet et al. (1993)	(d)
7	O Sindicato questiona decisões gerenciais tomadas pelos bancos (por exemplo, políticas de concessão de crédito, reestruturações societárias, etc.)?	McBarnet et al. (1993)	(d)
8	O DIEESE participa e/ou subsidia a participação de sindicalistas nas discussões sobre normas contábeis?		(a) e (b)
9	A participação na gestão de fundos de previdência influencia a percepção dos sindicalistas a respeito das informações contábeis?		(a)

Apêndice B – Estrutura do banco de dados

Campo	Dados	Descrição
ID Notícias	Número	Chave primária das notícias
Notícia	Texto	Título da notícia
Edição	Número	Número da edição
Página	Número	Página onde se encontra a notícia
Tipo	Charge	Charge
	Editorial	Editorial
	Manchete	Manchete
	Manchete de capa	Manchete de capa
	Quadro	Quadro
Informações contábeis?	Sim/Não	A notícia contém informações contábeis?

Campo	Dados	Descrição
ID Ocorrência	Número	Chave primária das ocorrências
ID Notícias	Número	Notícia a qual pertence a ocorrência
Ocorrência	Texto	Segmento da notícia no qual consta a informação utilizada
Informação	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Classificação das ocorrências, elaborada de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras (COSIF) e com os estudos sobre o desempenho dos maiores bancos preparados pelo DIEESE
	Ativos totais	
	Captações no mercado aberto	
	Composição da força de trabalho	
	Depósitos	
	Despesas com publicidade	
	Despesas com segurança e vigilância	
	Despesas de pessoal	
	Despesas em geral	
	Despesas Tributárias	
	Disponibilidades	
	Distribuição do valor adicionado	
	Dividendos	
	Índice de eficiência	
	Lucro líquido	
	Margens de lucro	
	Número de agências	
	Número de contas correntes	
	Número de correspondentes bancários	
	Operações de crédito	
	Outras Despesas Administrativas	
	Outras Receitas Operacionais	
	Passivo atuarial	
	Patrimônio líquido	
	Perdas com fraudes	
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
	Provisões trabalhistas	
	Receitas da intermediação financeira	
	Receitas de Prestação de Serviços	
	Receitas em geral	
	Relações interfinanceiras	
	Remuneração dos administradores	
	Rendas de Tarifas Bancárias	
	Resultado bruto da intermediação financeira	
	Resultado de aplicações compulsórias	
	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	
	Retorno sobre o patrimônio líquido	
	Taxas de inadimplência	
Tipo	Específica	A ocorrência se refere a uma informação extraída dos relatórios publicados pelas instituições financeiras
	Geral	A ocorrência se refere a uma informação que afeta o conteúdo dos relatórios publicados pelas instituições financeiras
Assunto	Capacidade de pagamento	A ocorrência trata da <i>capacidade de pagamento</i> das instituições financeiras (Foley e Maunders, 1977)
	Custo de vida	A ocorrência trata sobre o <i>custo de vida</i> dos trabalhadores (Foley e Maunders, 1977)
	Paridade	A ocorrência trata sobre a <i>paridade</i> de rendimentos e condições de trabalho (Foley e Maunders, 1977)
	Produtividade	A ocorrência trata da <i>produtividade</i> das instituições financeiras (Foley e Maunders, 1977)
Papel	Munição/Racionalização	A ocorrência desempenha um papel de <i>munição</i> , servindo para promover as próprias posições do sindicato, ou de <i>racionalização</i> , servindo para legitimar e justificar as ações que o sindicato já decidiu tomar (Burchel et al., 1980, p. 15)
	Respostas/Aprendizado	A ocorrência desempenha um papel de <i>resposta</i> , subsidiando uma tomada de decisão estruturada, através de computação, ou de <i>aprendizado</i> , subsidiando uma tomada de decisão através de julgamento (Burchel et al., 1980, p. 15)
Uso	Consensual	A ocorrência é considerada uma informação objetiva, utilizada de acordo com os valores e objetivos das administrações das instituições financeiras (McBarnet et al., 1993)
	Estratégico	A ocorrência é utilizada para promover os valores e objetivos do sindicato (McBarnet et al., 1993)
	Contestatório	A ocorrência é utilizada para contestar decisões tomadas pelas instituições financeiras com base em suas informações contábeis, ou para questionar as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras (McBarnet et al., 1993)
Nota	Texto	Eventual observação sobre os dados coletados.
Geral	Sim/Não	Campos de identificação das instituições financeiras às quais a ocorrência se refere
BB	Sim/Não	
Caixa	Sim/Não	
Bradesco	Sim/Não	
Itaú Unibanco	Sim/Não	
Santander	Sim/Não	
HSBC	Sim/Não	
Safra	Sim/Não	
Privados	Sim/Não	
BVA	Sim/Não	
Citibank	Sim/Não	
Cruzeiro do Sul	Sim/Não	
Nossa Caixa Desenvolvimento	Sim/Não	

Apêndice C – Ficha de coleta de dados

ID Notícias

1100

Notícia

Lucros sobre e receita com tarifas também

Edição

55620

Página

1

Manchete de capa

Manchete de capa

Informações contábeis?

☒

Ocorrência	Informação	Tipo	Assunto	Papel	Uso	Nota	BB	Caixa	Bradesco	Itaú Unibanco	Santander	HSC	Safra	Privados	BVA	Citibank	Cruzeiro do Sul	Nossa Caixa	Desenvolvimento
Lucros	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Recita com tarifas	Rendas de Tarifas Bancárias	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Resultados	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Resultados	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Provisionamentos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Provisionamentos	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Crescimento de 2,7%	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Reserva	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Estratégico														
Perdas com inadimplência	Taxas de inadimplência	Genral	Capacidade de pagamento	Respostas/Aprendizado	Contestatório														
Resultado	Lucro líquido	Genral	Capacidade de pagamento	Respostas/Aprendizado	Contestatório														
Despesa	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Genral	Capacidade de pagamento	Respostas/Aprendizado	Contestatório														
Lucro	Lucro líquido	Genral	Capacidade de pagamento	Respostas/Aprendizado	Contestatório														
PDD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Ao mesmo período do ano anterior	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
A elevação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Operações de crédito	Operações de crédito	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Inadimplência	Taxas de inadimplência	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Lucro líquido recorrente	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Em relação o mesmo semestre de 2011	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Índice de inadimplência	Taxas de inadimplência	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Operações vencidas acima de 90 dias	Taxas de inadimplência	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
O trimestre anterior	Taxas de inadimplência	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Resultado trimestral	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
PDD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
O primeiro semestre de 2011	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Tarifas	Rendas de Tarifas Bancárias	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Recita dos bancos com prestação de servi	Recetas de Prestação de Serviços	Genral	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
O aumento foi de 10,3%	Recetas de Prestação de Serviços	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Renda com serviços	Recetas de Prestação de Serviços	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														
Resultado	Lucro líquido	Específica	Capacidade de pagamento	Munção/Racionalização	Contestatório														

Registro

31

de

31

de

31

ANEXOS

Anexo A – Exemplo de ocorrências destacadas em notícia da Folha Bancária

Anexo B – Consulta para a Campanha Nacional dos Bancários 2012

Anexo A – Exemplo de ocorrências destacadas em notícia da Folha Bancária

Folha Bancária

São Paulo
quinta, sexta e segunda-feira
26, 27 e 30 de julho de 2012
número 5.562

qui

Min. 14°C
Máx. 27°C

sex

Min. 14°C
Máx. 25°C

seg

Min. 13°C
Máx. 25°C

LUCROS SOBEM E RECEITA COM TARIFAS TAMBÉM

Balancos divulgados por Bradesco e Itaú mostram excelentes resultados. Pauta dos bancários será entregue no dia 1º de agosto em cenário que mais uma vez aponta para crescimento do setor

A temporada de divulgação dos balanços semestrais das instituições financeiras no Brasil foi inaugurada por Bradesco e Itaú. Exatamente uma semana antes de os bancários entregarem à federação dos bancos a pauta de reivindicações para a Campanha Nacional 2012, os dois maiores mostram excelentes resultados. “E que poderiam ser ainda maiores caso os provisionamentos não tivessem sido ainda mais inflados que em outros anos”, afirma a presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira.

O lucro líquido do Bradesco chegou a R\$ 5,7 bi, representando crescimento de 2,7%. E só não foi maior porque o banco continua elevando a provisão para devedores duvidosos (PDD). Essa reserva, feita com base na expectativa de perdas com inadimplência, entra no resultado como despesa, portanto, diminui o lucro.

No primeiro semestre deste ano o PDD do Bradesco cresceu quase 40% em relação ao mesmo período do ano anterior. O banco justifica a elevação com base na expansão das operações de crédito e na elevação da inadimplência, que, de acordo com o próprio balanço, elevou-se apenas 0,1 p.p. no trimestre.

O Itaú apresentou lucro líquido recorrente de R\$ 7,13 bi no primeiro semestre de 2012, com expansão de 2,5% em relação ao mesmo semestre de 2011.

O índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias teve pequena alta de 0,1 ponto percentual em comparação com o trimestre anterior. O resultado semestral do banco foi impactado negativamente pelo PDD, que cresceu 26,7% se comparado com o primeiro semestre de 2011, somando R\$ 12 bilhões.

Tarifas – A receita dos bancos com prestação de serviços aumentou 15%, chegando a R\$ 22,8 bi no último ano, de acordo com levantamento feito pela Austin Rating, agência classificadora de risco, a pedido do jornal *Brasil Econômico*. No Itaú, o aumento foi de 10,3%, evoluindo para R\$ 10 bilhões. No Bradesco, a renda com serviços avançou 15,7%, para R\$ 8,3 bilhões.

“Na próxima quarta-feira 1º de agosto, entregaremos aos bancos nossa pauta de reivindicações para a Campanha Nacional 2012. Essa pauta é fruto de debate amplo e democrático, feito por bancários de todo o Brasil. Ou seja, deve ter toda atenção e o respeito da Fenaban”, afirma Juvandia. “Vamos para a primeira mesa de negociação, marcada para 7 de agosto, negociar nossa pauta com toda a seriedade e certos de que, com esse resultado, os bancos podem atendê-la.”

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Debates estaduais e nacional definirão a pauta de reivindicações a ser entregue à Fenaban na quarta 1º de agosto. As primeiras rodadas de negociação estão marcadas para 7 e 8, 15 e 16 de agosto.

- Reajuste salarial de 10,25% (5% de aumento real, além da inflação projetada de 5%)
- PLR maior – três salários mais R\$ 4.961,25
- Piso maior – salário mínimo do Dieese (R\$ 2.416,38)
- Vales alimentação, refeição e auxílio-creche valor do salário mínimo nacional (R\$ 622)
- 13º vale-refeição e 14º salário
- Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todos os bancários
- Auxílio-educação pagamento para graduação e pós
- Emprego – ampliação das contratações, aumento da inclusão bancária, combate às terceirizações, além da aprovação da convenção 158 da OIT (que inibe dispensa imotivada)
- Respeito à jornada de seis horas
- Fim das metas abusivas e do assédio moral que levam a categoria ao adoecimento em níveis epidêmicos
- Mais segurança nas agências bancárias, com instalação das portas giratórias
- Previdência complementar para todos os trabalhadores
- Regulamentação da remuneração total (fixa e variável) para interferir na lógica de gestão dos bancos, que cobram metas individuais
- Igualdade de oportunidades
- Efetivação de todos os caixas
- Adiantamento de um salário no retorno das férias, com desconto feito em até 10 vezes sem juros, conforme já praticado por alguns bancos
- Direito de optar pelo valor em dinheiro, para uso com combustível ou fretado, no lugar de vale-transporte

Fonte: “Lucros sobem e receita com tarifas também” (2012).

Anexo B – Consulta para a Campanha Nacional dos Bancários 2012

CONSULTA

CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2012

Quais são suas prioridades?
 Responda e participe!

Banco: Agência/Depto:
 Função:
 SÓCIO DO SINDICATO: () Sim () Não SEXO: () Masculino () Feminino
 TEMPO DE BANCO: () até 5 anos () 5 a 10 anos () 11 a 15 anos () acima de 15 anos
 ORIUNDO DE OUTRO BANCO? () Sim () Não Qual?

1. Para você, quais devem ser as prioridades da Campanha Nacional dos Bancários 2012?

a. Remuneração Fixa Direta (Marque somente duas opções)

- ☐ Aumento real (índice acima da inflação)
☐ Ampliar o piso da categoria
☐ 14º salário
☐ PCCS – Plano de Carreiras, Cargos e Salários
☐ Ampliar gratificações de funções
☐ Criar piso para gerente

b. Remuneração Fixa Indireta (Marque somente duas opções)

- ☐ Auxílio-creche/babá de um salário mínimo
☐ Auxílio-educação
☐ Cesta-alimentação maior
☐ Auxílio-combustível
☐ Abono-assiduidade
☐ Plano de previdência complementar
☐

c. Remuneração Variável (Marque somente duas opções)

- ☐ PLR maior
☐ Não desconto da PLR nos programas próprios
☐ Negociar a remuneração total

d. Saúde, condições de trabalho e segurança (Marque somente duas opções)

- ☐ Combate ao assédio moral
☐ Fim das metas abusivas
☐ Isonomia de direitos aos afastados por licença médica
☐ Segurança contra assaltos e sequestros
☐ Adicional de risco de vida nas agências, postos e tesouraria
☐

e. Emprego (Marque somente duas opções)

- ☐ Garantia de emprego/Ratificação da Convenção 158 da OIT
☐ Mais contratações
☐ Fim das terceirizações
☐ Ampliação do horário de atendimento com dois turnos
☐ Jornada de 6 horas para todos sem redução de salários
☐ Igualdade de oportunidades na contratação e no local de trabalho
☐

2. No período de setembro de 2011 a agosto de 2012, a inflação projetada pelo Dieese é de 4,97%. Qual o índice de reajuste total (inflação + aumento real) que você acha que deve ser reivindicado junto aos banqueiros?

3. Você está disposto a participar da Campanha Nacional dos Bancários?

() SIM () NÃO

4. Para conseguir essas propostas, de que forma você está disposto a participar da Campanha Nacional dos Bancários? (Marque todas as alternativas das quais pretende participar)

- ☐ Participando das assembleias
☐ Participando de reuniões
☐ Encontro de final de semana
☐ Passeatas
☐ Dia de protesto
☐ Paralisação parcial
☐ Greve
☐

5. Qual a importância desses temas atuais para a Campanha Nacional dos Bancários?

Regulamentação do sistema financeiro

- ☐ Muito importante ☐ Importante
☐ Pouco importante ☐ Nenhuma importância

Redução dos juros

- ☐ Muito importante ☐ Importante
☐ Pouco importante ☐ Nenhuma importância

Fusão e incorporação de bancos

- ☐ Muito importante ☐ Importante
☐ Pouco importante ☐ Nenhuma importância

6. Você teve algum afastamento do trabalho por motivo de saúde nos últimos 12 meses?

() SIM () NÃO

7. Você usou nos últimos 12 meses ou está usando medicação controlada?

() SIM () NÃO

Prazo de devolução para o Sindicato:

Sindicatos e Federações